

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

VANDERLEI ANTONIO KUHN

**MIGRAÇÃO, URBANIZAÇÃO E PERIFERIAS: MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO DO
BAIRRO VILA REAL EM CHAPECO-SC (1973-1999)**

**CHAPECÓ
2021**

VANDERLEI ANTONIO KUHN

**MIGRAÇÃO, URBANIZAÇÃO E PERIFERIAS: MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO DO
BAIRRO VILA REAL EM CHAPECÓ-SC (1973-1999)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Marlon Brandt.

**CHAPECÓ
2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC – Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

KUHN, Vanderlei Antonio

Migração, urbanização e periferias: memórias da formação do bairro Vila Real em Chapecó/SC (1973-1999) / Vanderlei Antonio Kuhn.-- Chapecó, 2021.

135 p.: il.

Orientador: Doutor Marlon Brant

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2021.

1. Migração. 2. Urbanização. 3. Memória. 4. Paisagem. 5. Chapecó. I Brant, Marlon, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Rafael P. de Almeida – CRB-14/1703
Campus Chapecó/SC
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

VANDERLEI ANTONIO KUHN

**MIGRAÇÃO, URBANIZAÇÃO E PERIFERIAS: MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO DO
BAIRRO VILA REAL EM CHAPECÓ-SC (1973-1999)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre em História defendido em banca examinadora em 2021.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Brandt

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 25 de Setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marlon Brandt – UFFS
Presidente da banca/orientador

Prof. Dr. Ederson do Nascimento – UFFS
Membro Externo

Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva – UFFS
Membro Interno

Chapecó/SC, Novembro de 2021

A todas (os) as mulheres e os homens que fazem parte das memórias e lembranças da história de protagonismo do Bairro Vila Real. A todos (as) os (as) Adãos e Marias, que se identificam com a história de migração e urbanização dos espaços periféricos.

AGRADECIMENTOS

Gratidão pelo sentimento de dever seguir avante. Sou grato pela vida, pela oportunidade de estudar e pelas pessoas que encontrei pelo caminho, sobretudo, pela Instituição Marista, que, por anos, me acolheu. Pelas pessoas que convivi nesse período de mestrado, que ajudaram ou incentivaram esse caminhar, com apoio e estímulo.

Obrigado a minha família, por toda energia positiva. Minha mãe Eli, meu pai Geraldo e meus irmãos. A minha esposa Christiane e minha filha Sofia, que me acompanharam com a paciência infinita e apoio irrestrito nessa jornada. A todos os meus amigos e companheiros, de forma especial, ao grupo 'Invictos e Convictos', pelo seu exemplo de bem querência, que souberam descontraír e alegrar-me nos encontros fraternos.

Agradecido a todos os mestres da UFFS e os professores que me marcaram pela minha vida educacional, de forma muito especial, a Me. Rosane Meneghetti Kampmam, com seu incentivo e exemplo de educadora. A todos os mestres de minha vida acadêmica e, neste momento, em especial, a meu orientador Marlon Brandt e aos membros da banca Claiton da Silva, Samira Peruchi Moretto e Ederson Nascimento. Obrigado por toda a caminhada de aprendizado, indicação, construção e busca pela pesquisa que o mestrado proporcionou.

Agradeço ainda a todos que fizeram parte dessa caminhada. Meus colegas e amigos do PPGH/UFFS, pela ajuda, apoio, alegrias, angústias compartilhadas, sonhos gestados e vivências fomentadas com intensidade. A todas as pessoas que me atenderam nos espaços de pesquisa, na escola e no centro Infantil Vila Real e, em especial, a equipe do Centro de História e Memória de Chapecó – CEOM.

Por fim, minha gratidão a Comunidade do bairro Vila Real, pela acolhida, entusiasmo e colaboração com dicas, consentimentos de informações e, sobretudo, orgulho em fazer parte da história local, o que me proporcionou, por meio das visitas, entre um café, chimarrão ou lanche compartilhado, detalhes que permitiram a minha inserção, como membro dessa comunidade.

RESUMO

A proposta da pesquisa é a de analisar a migração, a organização e a periferia, por meio da formação do bairro Vila Real, localizado na região nordeste do município de Chapecó, SC, por meio das lembranças dos moradores locais, do processo de transformações na paisagem advindas da ocupação e urbanização da área, tendo, como fontes, biografias, jornais, panfletos e depoimentos descritos em trabalhos anteriores. Para isso, adotou-se, como principal recorte temporal, descrever o período de 1973, com o deslocamento dos prostíbulos que se encontravam mais próximos a área central da cidade, até o ano de 1999, quando o loteamento passou a ser oficialmente o bairro Vila Real, por meio da Lei Nº 4017, de 20 de agosto de 1999. O texto apresenta detalhes da formação urbana de Chapecó, os deslocamentos da população pobre para novos espaços periféricos e o crescimento urbano com os loteamentos, para abrigar a população provinda da migração regional. O lugar, que se constitui a partir do deslocamento dos prostíbulos para aquele espaço, na década de 1970, dá ao local o codinome de ‘Céu Azul’. A ocupação por meio de loteamentos deu-se em 1982 e, durante essa década, intensificou-se, por meio da atração de migrantes pobres. O bairro caracterizava-se por ser um espaço menos-prezado pela presença dos prostíbulos, pela ausência do poder público, com falta de serviços básicos como água, luz, transporte, ruas pavimentadas e outros, sendo que os moradores obtiveram melhorias a partir de 1989, quando o local passou a ser um loteamento, que integra o bairro Líder. As lembranças e memórias foram expressas por meio das mudanças na paisagem, pelos espaços de sociabilidade, interação e dificuldades enfrentadas por esses moradores. Também se aborda os traços característicos dessas mudanças da paisagem, por meio das modificações, ocupações, ações incidências nos loteamentos e melhorias no bairro, o que leva o local a estar atualmente inserido no espaço urbano de Chapecó, deixando de ser um espaço periférico.

Palavras-chave: Migração. Urbanização. Memória. Paisagem. Chapecó.

ABSTRACT

The research proposal is to analyze migration, organization and the periphery, through the formation of the Vila Real neighborhood, located in the northeast region of Chapecó city, SC, through the memories of local residents, of the process of transformation in the landscape arising from the occupation and urbanization of the area, having as sources, biographies, newspapers, pamphlets and testimonies described in previous works.

For this, it was adopted, as the main time frame to describe the period of 1973, with the displacement of the brothels that were closer to the central area of the city, until the year 1999, when the subdivision officially became the Vila Real neighborhood, through Law No. 4017, of August 20, 1999. The text presents details of the urban formation of Chapecó, the displacements of the poor population to new peripheral spaces and the urban growth with the subdivisions, to shelter the population coming from the regional migration. The place, which was created from the displacement of the brothels to that space, in the 1970s, gives the place the code name “Céu Azul”. The occupation through subdivisions took place in 1982 and, during that decade it was intensified through the attraction of poor migrants. The neighborhood was characterized by being an undervalued space due to the presence of brothels, the absence of public authorities, lack of basic services such as water, electricity, transport, paved streets and others. . The residents obtained improvements from 1989, when the place became a subdivision, which integrates the Líder neighborhood. The memories were expressed through changes in the landscape, through spaces of sociability, interaction and difficulties faced by these residents. The characteristic features of these changes in the landscape are also addressed, through modifications, occupations, actions affecting the subdivisions and improvements in the neighborhood, which leads the place to be currently inserted in the urban space of Chapecó, no longer being a peripheral space.

Keywords: Migration. Urbanization. Memory. Landscape. Chapecó.

LISTA DE ABREVIATURAS

APP: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

BNH: BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

CEIM: CENTRO EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL

CEOM: CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE DE SANTA CATARINA

COHAB: COMPANIA DE HABITAÇÃO POPULAR

CURA: PROGRAMA DE COMPLEMENTO URBANO

EFAPI: EXPOSIÇÃO-FEIRA AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL E COMERCIAL DE CHAPECÓ

FIDREN: PROGRAMA FINANCIAMENTO PARA DRENAGEM

FUCABEM: FUNDAÇÃO CATARINENSE DO BEM-ESTAR DO MENOR

IACH: INDÚSTRIA AURORA ALIMENTOS, DE CHAPECÓ

IBEGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PND: PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

POP: PROGRAMA ORDINÁRIO DE PAVIMENTAÇÃO

PLAMEG: PLANO DE METAS DO GOVERNO

SAIC: SOCIEDADE ANÔNIMA INDÚSTRIAL E COMÉRCIO CHAPECÓ

SNO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO OESTE

SUDESUL: A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL

LISTA DE FIGURAS

IMAGEM 1 – Mapa das Rotas dos Tropeiros.....	24
IMAGEM 2 – Mapa do território da questão de Palmas.....	25
IMAGEM 3 – Foto da vista parcial da vila Passos dos Índios em 1931.....	27
IMAGEM 4 – Foto do centro de Chapecó, na década de 1940.....	35
IMAGEM 5 – Foto do centro da cidade de Chapecó em 1967.....	38
IMAGEM 6 – Mapa da ocupação urbana de Chapecó em 1965.....	40
IMAGEM 7 – Mapa de investimentos públicos no centro de Chapecó.....	49
IMAGEM 8 – Mapas de ampliação do perímetro urbano e localização das agroindústrias na década de década de 1970.....	52
IMAGEM 9 – Mapa comparativo de renda da população de Chapecó.....	58
IMAGEM 10 – Mapa da renda da população urbana de Chapecó (1974).....	67
IMAGEM 11 – Mapa da renda da população urbana de Chapecó (1980).....	71
IMAGEM 12 – Carta Cartográfica de Chapecó de 1975.....	77
IMAGEM 13 – Mapa da parte mais antiga do bairro Vila Real.....	81
IMAGEM 14 – Mapa do bairro Vila Real ilustrado por partes.....	89
IMAGEM 15 – Linha de ônibus e péssimas condições das estradas.....	94
IMAGEM 16 – Avenida Joaquim Domingues cheia de mato.....	96
IMAGEM 17 – Salão comunitário e campo do bairro Vila Real.....	98
IMAGEM 18 – CEIAM Vila Real em 1998.....	106
IMAGEM 19 – Centro de educação infantil do bairro Vila Real.....	106
IMAGEM 20 – Igreja católica construída na década de 1990.....	108
IMAGEM 21 – Bar&Padaria Vila Real na década de 1990.....	111
IMAGEM 22 – Poucas residências e muitos terrenos baldios no bairro.....	113
IMAGEM 23 – Rua John Kennedy: um misto de casas e terrenos baldios.....	114
IMAGEM 24 – Casa construída pelo BNH, em 1982.....	115
IMAGEM 25 – Casa construída na década de 1980 e casa mista de 1990.....	115
IMAGEM 26 – Casas populares e casas de dois pavimentos.....	116
IMAGEM 27 – A avenida Joaquim Domingues na década de 1990.....	116
IMAGEM 28 – A avenida Joaquim Domingues no ano de 2000.....	117
IMAGEM 29 – A avenida Joaquim Domingues na década de 2000.....	117

IMAGEM 30 – Visão aérea atual do bairro Vila Real.....	118
IMAGEM 31 – Acesso a antiga Área Verde, junto a sanga Bela Vista.....	119
IMAGEM 32 – Residência na Área Verde, junto a sanga Bela Vista.....	119
IMAGEM 33 – Residência na Área Verde e poluição da sanga Bela Vista.....	120

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1.0 O PROCESSO MIGRATÓRIO EM CHAPECÓ.....	22
1.1 A OCUPAÇÃO DO OESTE CATARINENSE.....	23
1.2 O PRINCÍPIO DA URBANIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE.....	30
1.3 AS MUDANÇAS DA URBANIZAÇÃO EM CHAPECÓ.....	34

CAPÍTULO II

2.0 A EXPANSÃO URBANA: CENTRO, BAIROS E PERIFERIAS.....	42
2.1 O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO.....	43
2.2 A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS PERIFÉRICOS.....	62

CAPÍTULO III

3.0 MEMÓRIAS DA MIGRAÇÃO E AS MUDANÇAS DE PAISAGEM.....	74
3.1 O CONTEXTO DA FORMAÇÃO DO BAIRRO VILA REAL – ‘CÉU AZUL’.....	75
3.2 MEMÓRIAS E LEMBRANÇAS DA MIGRAÇÃO PARA O BAIRRO VILA REAL.....	90
3.3 HISTÓRIA E MEMÓRIAS DAS INSTITUIÇÕES.....	100
3.3.1 A Escola Básica Municipal Vila Real e CEIM Proteção.....	101
3.3.2 As Instituições religiosas no bairro Vila Real.....	107
3.3.3 O comércio no princípio do bairro Vila Real.....	110
3.4 MEMÓRIAS DAS MUDANÇAS NA PAISAGEM.....	111

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
--	------------

INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa é a de analisar o processo de migração, urbanização, periferias e transformações da paisagem do bairro Vila Real, localizado na região nordeste do município de Chapecó, SC, utilizando as memórias e lembranças dos moradores locais, no processo de migração, urbanização e transformação na paisagem advindas da ocupação do local. Para isso, adotou-se, como principal recorte temporal, descrever o período de 1973, com o deslocamento dos prostíbulos e como marco oficial da ocupação urbana a construção e ocupação das casas populares do BNH (Banco Nacional de Habitação¹) em 1982, até o ano de 1999, quando o loteamento passou a ser, oficialmente, o bairro Vila Real, por meio da Lei Nº 4017, de 20 de agosto de 1999. O local, desde o seu surgimento, com o deslocamento dos prostíbulos, em meados da década de 1970, teve características próprias de periferia e segregação espacial, com a falta de infraestrutura, localização distante do centro e oposta geograficamente à região oeste, onde está localizada a maioria das agroindústrias de processamento de proteína.

A ideia desta pesquisa iniciou em 2016, quando trabalhei na escola municipal local e constatei a falta de conhecimento da história do bairro por parte de seus moradores e, sobretudo, dos alunos da escola. No caso dos estudantes, por serem do Ensino Fundamental, a maioria não possuía conhecimento sobre a formação do bairro para além de sua própria vivência no lugar. Porque essas informações históricas estão na memória do local e não foram repassadas pelos moradores mais antigos para as pessoas mais jovens. Sendo assim, muitos estudantes acreditavam que o bairro sempre foi parecido com o que é atualmente. Naquele momento, estava em um dilema pessoal, entre avançar em relação a iniciar a pesquisa ou seguir reproduzindo o tradicional discurso da história, visualizando a memória histórica do local como algo imaginável e mitológico, narrado a partir da ideia elitizada da cidade próspera, com trabalho, planejada, bela e que invisibilizava os espaços periféricos e de concentração de pobreza. Ou aventurar-me nos primeiros passos da pesquisa sobre o processo das memórias da migração e constituição do bairro, a partir de suas particularidades: prostíbulos, pobres, exclusão social e local segregado e periférico.

Outro fato motivador para continuar o projeto foi a escassez de estudos sobre os espaços periféricos da região nordeste da área urbana de Chapecó, em espaços

1 O BHN (Banco Nacional de Habitação), refere-se ao Programa Nacional de Habitação para população de baixa renda, criado na década de 1970.

tradicionalmente denominados como o Curtume Imperial, no atual bairro Santa Paulina, e as zonas de meretrícios do ‘Céu Azul’ no atual Vila Real. Outra motivação foi a de fazer um contraponto, pelo fato dos estudos que privilegiam os espaços periféricos de Chapecó concentram-se basicamente no bairro São Pedro ou nos bairros operários próximos às agroindústrias².

Realizando conversas informais com os moradores em 2017, verificou-se a possibilidade em desenvolver o trabalho sobre a história do bairro, tendo os próprios moradores como personagens principais. Eles, em sua maioria, são pessoas simples, sem estudos, de classe pobre e trabalhadores, provindas do campo, que me ocasionaram impulso e coragem para seguir. A história que queria contar sobre o bairro Vila Real seria uma história narrada e protagonizada pelo povo simples e pobre, que não consta no discurso oficial de ‘progresso, beleza e desenvolvimento’ da cidade de Chapecó.

Entretanto, em decorrência da pandemia do Covid 19, houve o impedimento de seguir a pesquisa sobre as memórias da migração, por meio de entrevistas. Desse modo, redirecionou-se a pesquisa, porém sem abandonar as memórias produzidas por outros sujeitos, recorrendo, assim, a registros e depoimentos encontrados em materiais de acesso público e já disponibilizados em outras ocasiões. Muitas partes dessas transformações da paisagem do bairro Vila Real estão registradas por escrito em diversos depoimentos, compilados em produções locais como o Histórico Sociocultural do Bairro Vila Real, de 2001; O Projeto: Minha família no bairro, de 2010 e A história da Comunidade do bairro Vila Real, de 2011. Nesse registro, pode-se perceber, como aponta Nora (1993), que a “[...], memória instalada nas lembranças no sagrado, a história a liberta, e a torna prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, no que quer dizer, como Halbwachs o fez, ‘que a memória é, por natureza, múltipla, desacelerada, coletiva, plural e individualizada’” (NORA, 1993, p. 9).

Esses principais registros levantados trazem fragmentos de lembranças peculiares e marcantes dessas vivências. Embora produzidas por outros sujeitos, seu valor para a pesquisa consiste em trazer diferentes olhares a respeito do bairro, de suas trajetórias pessoais, frustrações e conquistas tanto individuais quanto coletivas ao longo do crescimento do bairro. Essas memórias não são homogêneas e caracterizam-se com imagens do vivido, a partir da lembrança de cada morador. Elas podem, em muitos momentos, serem vagas, contraditórias e reconstituídas a partir do contexto de quando foram produzidas, porém são elas que dão visibilidade a esses sujeitos que não se encontram registrados nos autos historiográficos da

² Pesquisas realizadas sobre os bairros periféricos e operários em Chapecó: Gebel (2018); Antunes (2015); Hohn (2004); Lohn (2003), Corioletti (1999) e Gomes (1998).

cidade de Chapecó. Por isso, o trabalho desta pesquisa assemelha-se ao coser de uma bolsa de retalhos: onde cada retalho tem cor, tamanho, espessura, especificidade e importância no todo.

Nos poucos registros históricos do bairro, muitos fatos são vistos, narrados ou descritos de um ponto de vista particular. Por isso, partiu-se principalmente da memória dos moradores para analisar a história da migração e ocupação do espaço urbano, que causou transformações da paisagem do bairro Vila Real. Neste mesmo sentido, buscou-se ir além das informações que permitem reconstruir e entender as experiências vivenciadas nos primórdios do bairro Vila Real, em que se “[...], percebeu a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essas experiências” (SHARPE, 1992, p. 42), visto que, na história oficial de Chapecó, pouco consta sobre os operários e quase nada consta sobre os moradores e migrantes dos bairros mais afastados e periféricos. É importante perceber que as experiências do bairro Vila Real estão na “perspectiva da história vista de baixo, que atraiu os historiadores para explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história. [...]” (SHARPE, 1992, p. 41).

A pesquisa desenvolveu-se pelos seguintes moldes: como o processo transcorreu, quais foram as iniciativas usadas pelos moradores e quais organismos e instituições estiveram presentes nas suas memórias da história da migração do bairro. Buscou-se reconstruir a história do bairro através das memórias dos moradores, com depoimentos transcritos, análise de fotografias, publicações em jornais e outros escritos, como anais e crônicas de entidades locais. Deu-se ênfase, a partir das memórias, nas transformações da paisagem do bairro, por meio da migração e urbanização do espaço. A memória é, nesse caso, “um espaço de recriação e reelaboração de experiências individuais, familiares e sociais. Mesmo sendo relatada por um indivíduo, a memória é o fruto de concepções, visões e experiências socialmente compartilhadas” (MACHADO, 2004, p. 41). Desse modo, constituiu-se uma linha de condução empregando as narrativas registradas nas memórias dos primeiros tempos do bairro, complementadas com fontes escritas e visuais. O levantamento de dados apresentou interpretações e assimilações, podendo questionar e argumentar sobre o pouco que se tem escrito e encontrou-se de forma fragmentada.

A pesquisa tem o método qualitativo descritivo, que auxiliará em: conhecer, caracterizar, analisar e elaborar sínteses sobre o local, tendo, como base, as memórias descritas pelos moradores locais e suas experiências individuais e sociais. De acordo com

Halbwachs (1950, *apud* BOSI, 1979): “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com diversos organismos, instituições e suas relações: família, sociedade, escola, religião, trabalho e outros meios de convívio”. Essas experiências estão relatadas em fontes, nas três obras mencionadas sobre o bairro e na imprensa local, sobretudo em jornais. Os jornais destacam a (salvo exceções) ausência do poder público, violência e a falta de infraestrutura, o que ocasionou muitas dificuldades aos primeiros migrantes do local.

Porém, na pesquisa, também está presente, de modo prévio, o processo de formação territorial da região oeste, desde a população indígena, e a posterior exploração do espaço pelos bandeirantes paulistas, tropeiros e a extração de erva-mate entre finais do século XVIII e XIX. Desse meio, nasce um novo sujeito, fruto do contato entre negros, indígenas, paulista e espanhóis, denominado caboclo. Porém, com o caboclo não há como se fazer uma definição racial, “mas sim a definição de alguns parâmetros para uma identidade cultural destes sujeitos. Ser caboclo é adotar um modo de vida ligado à subsistência, a uma itinerância espacial e a um modo de vida desconectado das demandas capitalistas” (MACHADO, 2017, p. 77). Expresso em outros termos, o caboclo, é um habitante pobre, do meio rural e que não condiz com o modo cultural capitalista e urbano.

A região denominada de oeste catarinense emancipou-se em 1917 em dois municípios: Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó. Desse modo, “se inicia um processo de colonização, com intenção de ‘povoar os vazios demográficos’ que seguiram critérios e objetivos bem claros e definidos [...], foi planejada por órgãos oficiais, quer sejam centrais, provinciais ou estaduais” (HEINSFELD, 1996, p. 124). O modelo econômico implantado foi o da agricultura familiar e a produção de pequena escala, o que impactou na mudança das paisagens rurais, com a exploração e destruição das florestas locais, transformando o espaço em roças agricultáveis.

Uma das razões desse processo migratório foi a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul atingir o seu limite, quando “[...] os colonos veem-se obrigados a buscar novas zonas pioneiras para colonizar, naquilo que Jean Roche chamou de “Enxamagem dos Pioneiros”” (HEINSFELD, 1996, p. 125). A falta de terras, o excesso populacional rural e o empobrecimento fizeram com que homens e mulheres saíssem de seu contexto geográfico e familiar para deslocarem-se como migrantes, atraídos pelas terras férteis e abundantes. “Os municípios originários desse processo de ocupação e colonização desenvolveram características agrícolas, sendo a maior parcela dos habitantes residentes em áreas rurais. [...]” (PICOLI, 2012, p. 83). As pessoas que ocuparam e colonizaram Chapecó, em sua maioria, eram homens e mulheres trabalhadores rurais e urbanos que migraram pela sua condição

social de empobrecimento. Essa classe social está atrelada a história vista de baixo como expressa Jim Sharpe (1992). Recordar-se que a história do povo simples, nesse caso, está nos espaços rurais ou tem sua raiz histórica ligada ao campo.

A urbanização do município de Chapecó foi lenta até 1950, pois a migração estava centrada para a roça, em pequenas propriedades. A partir de meados do século XX, o campo passou a modernizar-se a partir de programas governamentais e a produção agrícola passou a ter um excedente, sobretudo milho e suínos, iniciando a produção com maior ênfase comercial e industrial. Neste sentido, houve um excedente de força de trabalho, que partiu para espaços urbanos nucleadores, que atraíram trabalhadores assalariados no setor de serviços e, principalmente, nas agroindústrias em Chapecó, pois esses migrantes são provenientes do campo ou de pequenas cidades que não tiveram capacidade econômica para fomentar indústrias. Em conjunto com esse processo, ocorreu, em Chapecó, a fundação da Sociedade Anônima Industrial Comercial de Chapecó (SAIC), com a instalação do Frigorífico SAIC e a construção do Frigorífico Marafon. Um aspecto importante, na urbanização de Chapecó, está no papel dos governos, na esfera municipal, estadual e federal, garantindo meios de incentivo fiscal, ajuda financeira, doação de terreno, implementação de tecnologia para a modernização da agricultura, instalação e ampliação das agroindústrias e outras indústrias que derivam do setor agroindustrial, como a prestação de serviços.

A história da elite econômica de Chapecó apresenta a agroindústria como a força motriz da transformação urbana. Mas, em contrapartida, sabe-se que a migração urbana é muito mais em decorrência do “empurrar” do campo, do que propriamente a atração do meio urbano (CASTELLS, 2006). Esse fato teve grande influência econômica devido à produção de capital oriunda do agronegócio de carnes e dos produtos industrializados. Assim, a cidade de Chapecó passou a ser considerada, “[...] um nó que articula cidades de diferentes dimensões, em uma escala regional, estadual e nacional. Já no contexto da urbanização brasileira, Chapecó pode ser considerado uma capital regional, [...]” (ALBA; DAMACENO, 2010, p. 10).

O processo de deslocamento populacional por meio da migração rural-urbana, e da urbana-urbana que avança, ampliaram o perímetro urbano da cidade de Chapecó. Na década de 1960, foram criados 12 novos loteamentos, todos próximos e ao redor do centro. Nas décadas seguintes, foram criadas algumas dezenas de novos loteamentos de caráter operário, com objetivo de atender a demanda populacional que estava migrando para trabalhar nas indústrias, serviços, comércio, construção civil e outros. Também surgiram alguns bairros

periféricos, com predomínio de uma população extremamente pobre: Curtume Imperial, Vila Real, São Pedro, “COHAB”³ e outros bolsões de pobreza. Percebe-se que existe a divisão social, bem como o crescimento da valorização dos terrenos da zona central da cidade e eliminação dos pobres do centro e do ‘bairro da Lagoa’, transferidos para um local distante do centro, denominado São Pedro. Constituíram-se, assim, espaços periféricos, como o São Pedro, onde a maioria dos pobres é descendente de caboclos, que foram excluídos dos processos urbanísticos e industriais de Chapecó (WOLFF, 2008).

Percebe-se, no contexto da formação do bairro Vila Real, o processo de limpeza social, com a retirada dos prostíbulos do centro, “a qual visava a dar-lhe os ares da modernidade, da civilidade. [...], paralelo a essas ações estavam remodelando os parques, jardins e avenidas; a idéia de ‘limpeza urbana’ visava a transformar a imagem da cidade” (WOLFF, 2008, p. 180-181). Ainda são destacados alguns elementos do local dos prostíbulos, anteriores ao período da pesquisa.

A vila denominada de ‘Céu Azul’ foi constituída em 1973 com o deslocamento dos prostíbulos. Esse local não integrava oficialmente o espaço urbano de Chapecó, pois era vergonhoso e fez parte do processo de limpeza urbana. Durante a década de 1970, nesse local, funcionaram algumas dezenas de prostíbulos e casas ligadas à prostituição. O loteamento para além do ‘Céu Azul’, que, na realidade, era uma vila, por não fazer parte do espaço urbano, foi denominado de Vila Real e constituído com base nas regras de urbanização do Plano diretor de 1977 e da Lei nº 071 de 18 de setembro de 1980, que dispõe sobre o Zoneamento do município e institui as normativas do uso das áreas territoriais. A implementação do loteamento foi no ano de 1981, quando foi realizada a medição dos terrenos. No entanto, sua ocupação é mais antiga, remetendo ainda à década de 1970, quando os prostíbulos foram retirados do centro e colocados em um espaço distante da cidade, na antiga estrada de acesso a Xaxim. Com as casas esparsas, em que funcionavam prostíbulos, o local formou uma vila, que, em certo período, constituía-se com algumas dezenas de casas de prostituição e pessoas ligadas a elas. O espaço ficou conhecido como zonas de meretrício e por isso se dava o nome ao local como ‘Céu Azul’. Portanto, quando se cita ‘Céu Azul’, refere-se ao lugar como vila e reporta-se ao início da habitação, com os prostíbulos na década de 1970 e 1980. Quando se refere ao bairro ou loteamento Vila Real, trata-se da ocupação efetiva do loteamento, que ocorreu a partir do ano de 1982, quando as primeiras casas construídas pelo programa do BNH foram entregues à população. Também se caracteriza o espaço geográfico constituído

3 COHAB (Companhia de Habitação Popular), de responsabilidade dos governos municipais.

pelo processo de urbanização, com loteamentos para atender à crescente migração rural e urbana da região, assim como a relocação de moradores de bairros de Chapecó para o local. A ocupação do loteamento, como em tantas outras áreas periféricas dos centros urbanos brasileiros, é marcada por ausências de saneamento, pavimentação nas ruas e transporte público. Tais ausências são indicadas em alguns pontos da pesquisa e somam-se ao espaço de concentração de pobres e periféricos, contornados por espaços agrícolas, caracterizando a região do bairro.

O bairro Vila Real formou-se por um misto populacional extremamente pobre e de classe operária pobre. Tem sua localização periférica em relação ao centro e às agroindústrias, que está atrelada ao capital imobiliário, em que se percebe o grau de interesse da especulação imobiliária, por meio do favorecimento que estes possam atribuir ao processo de reprodução do seu próprio capital. Assim, as “porções do espaço, segundo Santos (1994b), denomina-se de “espaços luminosos” (subespaços ativos e também funcionais à acumulação capitalista) e de “espaços opacos”, os fragmentos do espaço mais ou menos desprezados pelos maiores agentes capitalistas” (PERTILE, 2008, p. 182). Esse espaço opaco é caracterizado pelo desprezo social, por causa dos prostíbulo, por ser um local distante e, muitas vezes, esquecido pelo poder público.

O bairro é analisado no estudo por ser um local de urbanização afastado das agroindústrias, sabendo-se que no período da década de 1970, o perímetro urbano aumentou em aproximadamente três vezes o seu traçado, “o que ocasionou a expansão da cidade em direção às agroindústrias. Estas, por sua vez, são beneficiadas ao aproximar os trabalhadores de suas unidades fabris com a construção de loteamentos descolados da malha urbana, em terrenos baratos e com pouca infraestrutura” (NASCIMENTO, 2017 p. 120). Nesse ponto, observa-se que o bairro Vila Real está em oposição geográfica à agroindústria e sua constituição está na contramão do crescimento urbano do período, que se concentra rumo à região oeste.

Toda essa trajetória de migração, urbanização e constituição de periferias materializa-se na paisagem, profundamente transformada nessas décadas analisadas pela pesquisa. Neste sentido, é possível compreender a paisagem como sendo as ações humanas materializadas ao longo do tempo, envolvendo uma combinação de objetos naturais e de objetos fabricados, isto é, objetos sociais (SANTOS, 2004). Essa definição de paisagem ajudará a compreender essas transformações como sendo promovidas a partir das relações humanas que os sujeitos estabeleceram no espaço do bairro Vila Real. Ao analisar sua dinâmica e dialogar com a

memória e as lembranças registradas pelos moradores, considera-se a paisagem como uma moldura dos olhos para contemplar as paisagens e suas mudanças. Entretanto, situa-se a percepção da natureza e a percepção humana em campos distintos, que, porém, são inseparáveis. Por isso, a paisagem é um repouso para a mente e, antes disso, uma obra da mente (SCHAMA, 1995). Ainda se considera que, na história e memória da paisagem, no espaço da pesquisa, seja um modo de olhar, observar e intervir em conjunto com o redescobrir do que já possuímos. Assim, algumas formas de descobrir fogem aos olhos da apreciação e sensação, centrando, assim, não no que já perdeu, mas no que ainda se pode descobrir sobre a memória da paisagem (SCHAMA, 1995). No bairro Vila Real, o conceito sobre memória tem sua base na construção social, a partir das modificações e transformações do espaço, por meio da ação humana.

Na pesquisa, também serão tratadas as principais instituições no bairro, seja de forma direta, como a Escola Básica Municipal Vila Real; o Centro de Educação Infantil Municipal Proteção, a igreja Católica e a igreja Assembleia de Deus. O primeiro comércio constituído pelo bar do Tigrinho, como local de encontro e compra de gêneros de primeira necessidade. Também serão citados outros pontos de comércio, que foram sendo criados no decorrer do período. O Centro Comunitário será descrito, como local de sociabilidade e diversão, com festa, convivências, práticas esportivas e outros. E ainda grupos serão citados de modo indireto, como o clube de mãe, grupo da terceira idade e Associação de Pais e Professores.

Ademais, destaca-se o contexto espacial do bairro Vila Real, que passa de uma totalidade rural para uma região mista entre rural e urbana, prevalecendo, num primeiro plano, as roças de cultivo, onde a urbanização avança sobre as matas, nascentes fluviais e áreas de cultivo consorciadas. Essas memórias exemplificam-se nas mudanças que vão ocorrendo no loteamento, por meio das casas que vão ocupando os terrenos e recebendo melhorias no decorrer dos anos: barraco, casa de madeira, mista, de alvenaria e, mais recentemente, com apartamentos. As ruas esburacadas e sem esgoto, que são pavimentadas, calçadas, afastadas, iluminadas e arborizadas também são paisagens que se modificam. Os mecanismos de utilização do solo em Chapecó estão atrelados ao poder do capital do agronegócio e agroindústria, que está em conjunto com o modelo político do agronegócio e do processo de migração e urbanização, que impactam as constantes mudanças da paisagem.

A presente pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro, de caráter introdutório, trata de forma macro a historiografia regional e local, tendo uma aproximação para meados do século XX, quando as migrações rurais diminuíram e passou-se por uma

mudança no processo de produção rural causado pela modernização da agricultura. Desse modo, constata-se um excedente produtivo de milho e suínos, iniciando-se o processamento de banha, depois de derivados de carne. Por fim, as mudanças políticas em Chapecó e a fundação dos primeiros frigoríficos, como SAIC e Marafon.

No segundo capítulo, destaca-se o modo de produção rural sendo direcionado para a indústria de alimentos e o campo começando a expelir pessoas para o espaço urbano. Assim, Chapecó passou a atrair pessoas para trabalhar nas agroindústrias e, conseqüentemente, percebe-se grupos de migrantes, necessitando de um espaço urbano para habitar. Desse modo, ampliaram-se os espaços com novos loteamentos, causando mudanças na paisagem. Essas mudanças impactaram diretamente na geografia urbana de Chapecó, com novos loteamentos e bairros, sendo que alguns espaços urbanos periféricos ficaram a margem dos benefícios da urbanização, formando cinturões de pobres excluídos do crescimento da cidade.

O terceiro capítulo trata da formação do bairro Vila Real, desde a década de 1970, com o deslocamento dos prostíbulos ao local. Cita-se a criação dos primeiros loteamentos na década de 1980 e a ampliação do espaço urbano, com a transformação da paisagem, por meio de melhorias no espaço, frutos da ação humana, por meio de obras públicas. O local é distante do centro e das agroindústrias e as mudanças urbanas são caracterizadas pelas dificuldades prévias enfrentadas pela população carente, que ocupou o bairro. São apresentadas, ainda, as melhorias com obras públicas: água, cascalho, luz, transporte, escola e creche. Com relação às memórias, as instituições locais são espaços de sociabilidade e lembranças de tempo e ações que já se modificaram e continuam em movimento de transformação.

Portanto, a pesquisa sobre a migração e memória do processo migratório e a mudança na paisagem do bairro Vila Real estão no contexto dos acontecimentos de expansão e crescimento urbano da cidade de Chapecó. A ênfase na cidade e, especificamente, no bairro dá-se a partir do modelo migratório de pessoas do campo para a cidade. A disparidade é uma predominância no bairro, que também é perceptível em outros espaços urbanos da cidade de Chapecó. Nessa perspectiva, o bairro Vila Real não é um texto já escrito, mas uma tela permanentemente reestruturada para um simbólico que se modifica à medida da produção de um conteúdo ideológico pelas práticas sociais que agem na e sobre a unidade urbana (o bairro) (CASTELLS, 2006).

CAPÍTULO I

1. O PROCESSO MIGRATÓRIO EM CHAPECÓ

Neste capítulo, serão descritos, em linhas gerais, a ocupação do oeste catarinense, os primeiros povos que habitavam a região, os processos migratórios sazonais, a constituição e formação política de Chapecó. Serão abordados alguns traços sobre a migração de descendentes de europeus, as mudanças na produção rural pela modernização da agricultura.

O desenvolvimento urbano da cidade de Chapecó, a partir da década de 1950, está marcado pela fundação e instalação das agroindústrias, como da SAIC (Sociedade Anônima Indústria e Comércio de Chapecó) e a indústria Marafon, que contribuíram com a migração. As agroindústrias em conjunto com a modernização do campo promoveram mudanças que impactaram na natureza e urbanização da região.

Por fim, neste capítulo, serão enfatizadas as razões que levaram Chapecó a ser um polo regional de grande influência, que se caracteriza pela grande atração migratória regional; sua capacidade de absorver trabalhadores, principalmente nas agroindústrias; a concentração da produção de derivados de carne e sua crescente urbanização (BAVARESCO, 2005). Recordar-se ainda que Chapecó atraiu muitos migrantes para trabalhar nas agroindústrias, os quais foram expelidos do campo rumo a cidade. Também se pretende destacar o processo crescente de urbanização, com novos loteamentos, o surgimento de espaços periféricos e o deslocamento da população para novos espaço. Neste sentido, os traços históricos da colonização e algumas características da formação urbana de Chapecó também serão contemplados. Entretanto, como ressalta Alba (2002, p. 15), “é de fundamental importância, fazer um breve levantamento histórico, a fim de que possa perceber quais são os agentes históricos responsáveis pela formação do espaço urbano de Chapecó”.

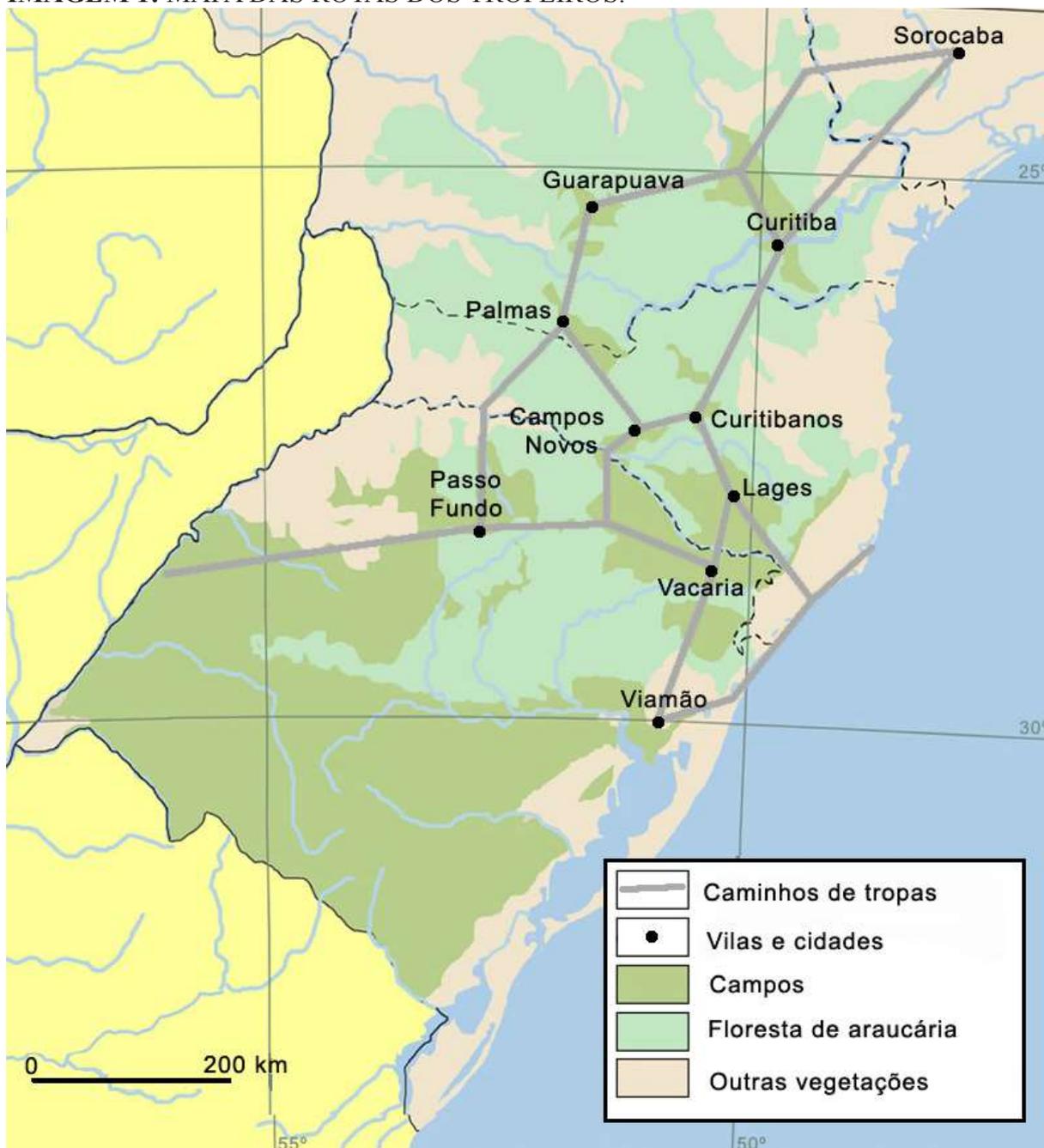
1.1 A OCUPAÇÃO DO OESTE CATARINENSE

A formação histórica da ocupação do sul do Brasil aconteceu com a exploração do território, com a migração dos povos indígenas. Como aponta Lino (2015, p. 92): “[...] não há espaço que não tenha sido previamente ocupado ou explorado quando da chegada e povoamento dos primeiros povoadores não indígenas na região”. Segundo Noelli (2000), são

exemplos mais recentes dessa ocupação indígena, os grupos Kaingangs, Xokleng e Guaranis, que ocuparam a região sul do Brasil. No século XVIII, iniciou um processo intenso de povoamento, de origem luso-brasileira (LINO, 2015). A partir disso, começou a ocupação das matas do oeste catarinense com as migrações regionais, formando fazendas em Lages, a partir de 1771, e depois de 1810, nos campos de Guarapuava. Essa “população era o excedente das fazendas de criar, instalados nos Campos de Palmas, Erê, Irani, Lages, desloca-se para o sul, rumo a região de Chapecó, [...]” (RENK, 2006, p. 38). A população iniciou uma miscigenação com os bandeirantes portugueses e espanhóis, com os tropeiros e os indígenas, que formou um ‘tipo de pessoa’ típica da região, denominando de ‘caboclo’. “O mestiço ou caboclo, descendente destes contatos, identifica-se como um verdadeiro apêndice da cultura indígena, [...]” (VALENTINI, 1999, p. 82). Expresso em outros termos, o Caboclo provém do modo de vida cultural indígena, com o cruzamento cultural dos bandeirantes paulistas e tropeiros. Essas pessoas denominadas de nativos caboclos habitavam na região, cultivando pequenas roças, no sistema de coivara, explorando a erva-mate e trabalhavam como peões nas fazendas.

As incursões no território oeste no século XIX constituíam-se de ações dos fazendeiros para ampliar seus pastos e foram importantes para entender a interação do ser humano com a natureza (bioma e humanos), com as matas, rios e paisagens naturais, que impactaram em mudanças na vegetação natural da região. Destaca-se que a pecuária favoreceu a ocupação do oeste de Santa Catarina e sua integração na região sul e com a unidade nacional, conforme Corazza (2015). A erva-mate foi outra economia na região e teve uma importância significativa em meados do século XIX. Já os primeiros processos migratórios de ocupação deram-se com os tropeiros, que constituíram pontos estratégicos e de forma pontual pequenos vilarejos. Eles funcionavam como pousos, “nos caminhos de ida e volta das tropeadas, eram obrigatórias as paradas para os pousos, e muitos desses locais tornaram-se base para a formação de vilas e povoados” (PERTILE, 2008, p. 34). Um desses locais foi denominado de Goio-En, aproveitando o chamado passo de Goio-En, ao sul da atual cidade de Chapecó, fazendo uma ligação mais interiorana, entre Sorocaba e a região das Missões (PERTILE, 2008). Essa rota foi estratégica na formação de povoados na região mais para o oeste de Santa Catarina, onde se formaram as vilas de Campina do Xanxerê, Serra do Tigre, Passo Carneiro, depois chamado Passo Bormann, atingindo o Goio-En, então no lado paranaense, e Nonoai, do lado rio-grandense e, de lá, alcançando Cruz Alta (RENK, 2006). A imagem do mapa aponta a nova passagem dos tropeiros mais ao oeste:

IMAGEM 1: MAPA DAS ROTAS DOS TROPEIROS.



Fonte: Mapa das principais rotas dos tropeiros do planalto meridional brasileiro (traçado retilíneo aproximado).⁴ (BRANDT, 2007, p. 53).

Com a Lei nº 601, de 1850, conhecida como ‘Lei de terras’, o governo passou a exigir documentação oficial das terras ‘ditas devolutas’. “Esses entendimentos [...], que passou a exigir a escrituração e o registro da propriedade para quem pretendesse ser “dono”. [...]”

⁴ Rota dos Tropeiros. Fonte: Bases cartográficas: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de biomas do Brasil**. Brasília, 2004.

(RADIN, 2001, p. 143). Assim, os mandatários do império foram concedendo possessões a fazendeiros e estes tomaram outras terras de grilagem, como afirma Machado (2017, p. 60):

[...]. Muitas pessoas que tinham uma posição privilegiada, nos diversos escalões do Estado. Principalmente tabeliões, agrimensores, advogados e os próprios fazendeiros, começaram a legitimar com suas regiões que pouco ou nada conheciam, [...], independente de quem as de fato as habitavam ou cultivavam.

O governo nacional instituiu as Colônias Militares de Chapecó e Chopim pelo Decreto Imperial nº 2.502, de 16 de novembro de 1859. Essas colônias militares foram instaladas em 1882 e foram mecanismos estratégicos para garantir o território de fronteira e iniciar uma migração e ocupação esparsa da região de Palmas (HEINSFELD, 2006). Também teve a disputa política entre Brasil e Argentina pela região de Palmas e que teve a sentença favorável ao Brasil, no ano de 1895. A imagem demonstra a região do território da questão de Palmas.

IMAGEM 2: MAPA DO TERRITÓRIO DA QUESTÃO DE PALMAS.



Fonte: MAGNOLI, Demétrio, Revista Nossa História, n. 25, novembro 2005, p. 14-19. Disponível em: <https://www.geni.com/projects/Quest%C3%A3o-de-Palmas-Question-of-Palmas/17365>. Acessado em 05, jun. 2020.

As disputas internas da região de Palmas, entre Paraná e Santa Catarina, iniciaram em

meados do século XIX, quando “[...], a área em litígio era constituída pelas terras localizadas entre os rios do Peixe e Pereri-Guaçu (como limite leste e oeste, respectivamente) e entre os rios Uruguai e Iguaçu (delimitando as fronteiras Sul e Norte)” (PERTILE, 2008, p. 47-48). Essa disputa terminou de modo arbitrário pelo governo nacional, que “em 6 de março de 1917, através da lei nº 1.146, encerra-se os trâmites legais que puseram fim as disputas entre Paraná e Santa Catarina. [...]” (ALBA, 2013, p. 17). Assim sendo, o território em litígio ficou assim definido: ao norte, para o Paraná e, ao sul, para Santa Catarina.

Segundo os dados de Heinsfeld (1996), a região dos Campos de Palmas tinha 5.793 habitantes de acordo com o censo de 1890. A definição das fronteiras e divisas, em conjunto com a ocupação do espaço por descendentes de alemães, italianos, poloneses e outros, e não só de indígenas e caboclos, foi estratégica para a manutenção e controle da posse do espaço territorial por parte do Estado e das elites econômicas, que eram os militares e fazendeiros que possuíam terras na região. Desse modo, segundo Heinsfeld (1996), “se tem o processo embrionário de vilas (Goio-En, Serra do Tigre, Campina do Xanxerê e outras), na região oeste”, foram pontos de referência, que se tornaram centros urbanos e sede de municípios.

Na virada para o século XX, houve a construção da ferrovia de São Paulo – Rio Grande passando pela região de Joaçaba, que foi estratégica para explorar e ocupar o espaço. A população cabocla passou a estar em crise, por estar sem terra, sem casa, sem alimentos e necessitando mudar constantemente. Os caboclos sertanejos na região do Contestado juntaram-se, no ano de 1912, em torno de um benzedor e curandeiro, denominado José Maria. Essa aglutinação gerou a Guerra do Contestado, conflito armado entre camponeses e governo, que massacraram milhares de vidas (MACHADO, 2017).

No ano de 1917, o governo de Santa Catarina tomou posse do território com o ato de sua presença municipalizando o espaço, através da Lei catarinense nº 1.147, de 25 de agosto de 1917, criou os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó (ALBA, 2013). Esse processo de criação dos municípios também foi importante para o desenvolvimento da região oeste. Já a cidade de Chapecó teve sua primeira sede municipal, na localidade do Passo do Bormann, distrito de Passo do Carneiro (PERTILE, 2008). Havendo divergências políticas, “a sede municipal foi transferida diversas vezes para Xanxerê; [...]. Em 1931 é fixada a sede do município na localidade de Passo dos Índios [...]” (CASSOL, 2013, p. 24). A seguir, apresenta-se a imagem da vila Passo dos Índios em 1931:

IMAGEM 3: FOTO DA VISTA PARCIAL DA VILA PASSO DOS ÍNDIOS EM 1931.



FONTE: Memória Chapecó: Facebook, em 25 de Set. de 2018.

A partir da criação do município de Chapecó que compreendia toda a região localizada mais ao oeste de Santa Catarina, a região começou a ser colonizada por descendentes de europeus. “[...]. Nesse aspecto, Santa Catarina aplicaria o mesmo modelo de ocupação agrária que já era preponderante no Brasil, ou seja, desconsiderar as populações indígenas e caboclas residentes na região” (CASSOL, 2013, p. 17). Esse processo de desconsiderar os povos nativos continuaria de forma intensa na história da formação do espaço urbano de Chapecó. A colonização não foi de modo espontâneo. Portanto, a ocupação dos “vazios demográficos” seguiram critérios e objetivos estabelecidos por parte dos órgãos governamentais. O modelo econômico adotado foi o da agricultura familiar, com pequenas propriedades, geralmente, com 25 hectares de terra por família, com o trabalho de mão de obra familiar. Assim, “[...], as classes dominantes, influenciadas pelo eurocentrismo, apostavam na migração de europeus para o desenvolvimento socioeconômico, considerando as ‘culturas do trabalho’” (CASSOL, 2013, p. 17). Percebe-se, assim, a clara intenção dos governos de conduzir descendentes de europeus para a região, pois, conforme Nodari (2002, p. 35):

A escolha das colonizadoras recaiu sobre os teutos e ítalos brasileiros, estabelecidos no Rio Grande do Sul, onde já haviam demonstrado a capacidade de colonizar e haviam se mostrado, como foi definido pelo jornal República, em 1932, como “morigerados e trabalhadores” (NODARI, 2002, p. 35).

Portanto, fica clara a opção governamental por conduzir descendentes de europeus para o oeste e a intenção do projeto de colonização por meio do grande mito, que, segundo Nodari (2002), define como povo do espírito étnico de trabalhador, dos ítalos, teutos e outros. A migração para o oeste catarinense foi importante, conforme salienta Renk, (2000, p. 90), para a “ideologia da colonização europeia no país, tendo como protagonistas os colonos

‘trabalhadores’, “construtores do progresso e da civilização”. [...]”. O que atesta a ideologia do trabalho que Nodari (2002) apresenta como “éthos do trabalho”, em que somente os descendentes de europeus são considerados aptos à migração, ao trabalho e ao direito de acesso à terra.

Associado ao fato de a fronteira agrícola do Rio Grande do Sul ter atingido o seu limite nas primeiras décadas do século XX, os colonos descendentes de europeus buscaram novas terras para cultivar, o que foi definido por Jean Roche (1969) como “Enxamagem dos Pioneiros”. O processo migratório teve, como causa, o esgotamento do solo, a falta de terra para as gerações seguintes e um conseqüente empobrecimento da população. As grandes dificuldades nas colônias velhas eram em relação as terras, que eram ‘cansadas’, pobres em nutrientes. Assim, “[...], é importante ter em mente que nas “colônias velhas” o esgotamento do solo constituiu-se em um sério problema enfrentado pelos colonos, pelo fato de que eles não dispunham de técnicas adequadas para recuperá-lo, dificultando assim uma melhor produtividade” (RADIN, 2001, p. 148). Em contrapartida, “as condições do oeste catarinense eram propícias para receber os colonizadores, nas colônias velhas, do Rio Grande do Sul, surgiram inúmeras dificuldades aos colonos [...]” (RADIN, 2001, p. 147).

O fato de os migrantes, em sua grande maioria, terem o desejo de adquirir terra demonstra a opção de não migrarem para centros urbanos e ela foi possibilitada pela “migração empreendida a partir dos anos de 1920, que possibilitou aos colonizadores europeus, ou seus descendentes [...], uma estratégia de reprodução social camponesa, mas também uma nova possibilidade de realização dos sonhos da chegada a uma terra” (RENK, 2004, p. 19). Cita-se também que alguns migrantes que já foram diretamente para o espaço urbano, sobretudo, a partir de 1940, atuando como ferreiros, celeiros, alfaiates, artesãos, sapateiros, pequenos comerciantes e outros (RADIN, 2001). Mas a maioria dos migrantes tinha, como base, o desejo de continuar como agricultores, como seus antecedentes e manter seu modo de vida. “Os descendentes dos alemães e italianos, ao migrarem para o Oeste de Santa Catarina, acreditavam que poderiam recriar as suas próprias práticas socioculturais, idéia essa que era passada pelas próprias colonizadoras. [...]” (NODARI, 2002, p. 35).

As colonizadoras tiveram um importante papel para atrair colonos do Rio Grande do Sul, por meio de propagandas, por intermédio dos agentes das colonizadoras, além de jornais e das igrejas. Essas publicidades “[...], evidenciavam outras qualidades relacionadas à fertilidade, a existência de água, madeira e clima favorável que abrandava as dificuldades que pudessem decorrer a quem adquirisse um lote” (RADIN; VICENZI, 2017, p. 89). Para os

imigrantes, o acesso à terra foi essencial e, a partir da demarcação dos lotes “[...], que era subordinada ao regime hidrográfico, predominando o padrão de povoamento linear. [...]” (RENK, 2000, p. 95). A divisão da terra foi organizada em linhas ou comunidades, seguindo o modelo cultural do Rio Grande do Sul. “Em Chapecó e por boa parte do oeste de Santa Catarina, o modelo de colonização adotado proporcionou a formação de uma sociedade de pequenos produtores, cujos lotes raramente possuíam área maior do que trinta hectares. [...]” (ONGHERO; RADIN; CARBONERA; RENK; SALINI, 2017, p. 111). Dessa forma, permitia-se a unicidade cultural, que se expressava no cuidado em manter a comunidade religiosa e étnica como ponto de partida e referência da construção do processo socioeconômico dos migrantes.

A colonização de Chapecó concretizou-se com a empresa Bertaso, Maia S/A, que começou a vender áreas de terra a colonos e teve seu ápice do período de 1930 a 1960. “O oeste “crescia” à medida que novas famílias de colonos migrantes se instalavam nas áreas abertas à colonização. As famílias iniciavam seu ciclo cultural adquirindo uma área de terra. [...]” (BAVARESCO, 2017, p. 291). A indústria da madeira foi importante, pois, o objetivo dos colonos migrantes era de “derrubar a mata e procuravam salvar a madeira de maior valor comercial, bem como aquelas que poderiam ser utilizadas nas construções da casa, estábulo e galpão” (BAVARESCO, 2017, p. 291). O grande impulso econômico da madeira deu-se com a venda para exportação da “[...]. maior parte da produção de madeira era destinada ao mercado argentino e uruguaio, transportada por meio do rio Uruguai, em forma de balsas, durante o período das cheias” (WOLOSZYN, 2010, p. 161).

Com a ocupação das terras, os caboclos foram perdendo seus territórios e obrigados a migrarem para regiões mais distantes, ou eram forçados a trabalhar na derrubada e transporte da madeira ou como balseiros, recebendo pequenos pagamentos, para auxiliar na renda, pois suas pequenas roças de subsistência (quando ainda tinham) já não garantiam mais os provimentos para sustentar sua família (MOREIRA, 2019). Portanto, o mosaico do processo migratório de exploração do território oeste e da constituição urbana da região, por meio de seus processos econômicos, não são harmoniosos e muito menos agradáveis (BAVARESCO, 2005). Percebe-se a destruição das paisagens, com a exploração econômica, poluindo os rios e causando transformações irreversíveis na natureza e no meio ambiente em geral. Concomitante ao período da exploração da madeira, houve a chegada de mais migrantes rurais para a prática da agricultura familiar de subsistência, de troca de produtos e serviços, de pequenas vendas e compras de caráter comercial, que, aos poucos foi se intensificando.

As colônias constituíram-se com moradores distantes e que, aos poucos, formaram pequenas vilas e deram origem aos primeiros núcleos urbanos, como foi o caso de Chapecó: “Os primeiros núcleos urbanos da região começaram a se organizar em pequenas vilas (povoados) e cidades, entre elas a de Passo dos Índios – atual Chapecó” (ALBA, 2008, p. 22-23). Além de Chapecó, contempla-se, a partir de 1950, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Concórdia, entre outras. Nesses locais, destaca-se o papel relevante de um pequeno número de migrantes urbanos, que atuaram como sapateiros, seladores, ferreiros, pequenos comerciantes e outros e que foram responsáveis pelo comércio, que foi se desenvolvendo em torno de uma estrutura urbana básica: igreja, cartório, casas de saúde, delegacia, pequenas fábricas artesanais e, especialmente, os referidos comércios.

Afirma-se, por fim, que a definição das fronteiras e das divisas, em conjunto com a ocupação do espaço com habitantes não indígenas e não caboclos, foi estratégica para a hegemonia dos descendentes de europeus. Por isso, era preciso fazer a manutenção e controle da posse do espaço territorial oestino, por parte do governo, o que aconteceu nos moldes de colonização já existentes no Rio Grande do Sul, pois “o espaço, é a fonte de explicação onde intervêm todas as realidades da história” (BRAUDEL, 1984, p. 6).

1.2 O PRINCÍPIO DA URBANIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE

O crescimento populacional da região oeste catarinense foi maciço devido à migração e à colonização em grande explosão entre 1930 e 1960, em razão da intensificação de migrantes do Rio Grande do Sul. Em 1950, o oeste de Santa Catarina tinha oito municípios: “Chapecó; Caçador; Capinzal; Concórdia; Joaçaba; Piratuba; Tangará e Videira, com uma população total de 280.289 habitantes” (PERTILE, 2008, p. 72). Mesmo com o início do crescimento de municípios instituídos no oeste catarinense, houve pouco crescimento da população urbana. O predomínio rural sobre o urbano não se modificou nas duas décadas seguintes e, de acordo com IBGE (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística), de 1960 e 1970. “Em 1970, eram 730 mil habitantes na região e representavam 25% do total da população catarinense. [...]” (PERTILE, 2008, p. 72). Ainda de acordo com o IBGE, “apenas 20% do total da população do oeste catarinense era habitada em área urbana”.

A presença de uma população migrante no contexto rural trouxe mudanças na questão urbana, pois a exploração da madeira nas terras dos migrantes fez com que os donos das madeiras fossem acumulando capital. Em muitos casos, “as empresas colonizadoras

exploravam a madeira mais nobre e só depois vendiam as terras aos colonos” (BAVARESCO, 2005, p. 73). O aumento de agricultores desenvolveu pequenos comércios e alguns núcleos urbanos começaram a destacar-se. Porém, essa urbanização estava voltada para o rural, porque a produção econômica era do campo (BAVARESCO, 2005). Uma mudança significativa no desenvolvimento urbano foi a produção de milho, impactou diretamente no modo de produzir suínos e, conseqüentemente, as vendas de derivados de suínos para os grandes centros urbanos. Com os migrantes, esse processo intensificou-se, pois já tinham o hábito de produzir um excedente de suínos. “[...]. Na safra do milho, os suínos eram soltos no cercado e encaminhados até a plantação para que, nela, pudessem engordar” (PERTILE, 2008, p. 85). Houve abundância na produção de milho e a possibilidade de armazená-lo, permitindo criar suínos, o ano todo, cercados em currais. Muitos migrantes começaram a intensificar a criação de suínos, porque representava um ganho significativo para os agricultores e um pequeno acúmulo de capital, por parte dos pequenos comerciantes. Com a produção de suínos durante o ano todo foram fundadas algumas fábricas de banha e os primeiros abatedouros.

Outra mudança no modo de produzir foi o horizonte comercial, que se ampliou por meio da ferrovia, que foi acelerado na região nas cidades de Joaçaba, Concórdia e Videira. Isso só foi possível na região de Chapecó, de modo tardio, comparado com as cidades supracitadas. Por isso, na região de Chapecó, os suínos eram revendidos inicialmente nas casas comerciais e, depois, conduzidos em tropas até os abatedouros. Esses abatedouros, na prática, eram fábricas de banha, pois o comércio concentrava-se na banha. Em Chapecó, havia várias fábricas de banha, como os abatedouros Diadema, Pompermayer e outros. Assim, “as possibilidades de produzir para um mercado maior e de ter a possibilidade do transporte com caminhões e sobretudo com a ferroviário, fizeram com que os frigoríficos despertassem interesse para o aumento de suas produções” (PERTILE, 2008, p. 86). Entretanto, junto com o desenvolvimento da atividade produtiva de suínos e a industrialização de derivados, tem-se o desenvolvimento de diversos núcleos urbanos transformando-se em cidades, a partir de um abatedouro, uma vez que essas fábricas têm a capacidade de empregar pessoas, gerando comércio e lucros.

Há de se recordar que o comércio ampliou-se, passando da banha para os derivados, como salame, toucinho e defumados, que passaram a ser mais atrativos. Nesse contexto, migrou-se das fábricas de banha para os frigoríficos, com a fundação de três grandes frigoríficos:

Nos anos de 1940, a família Brandalise, adquiriu um frigorífico no distrito de Videira, posteriormente denominado Perdigão S.A. Comércio e Indústria. Em 1942, no distrito de Herval D'Oeste, implanta-se a Comércio e indústria Saulle Pagnoncelli, e, em 1944, também resultante da expansão do capital comercial e da incorporação de um frigorífico já existente, funda-se a Sadia, no município de Concórdia. [...] (PERTILE, 2008, p. 90).

A urbanização e a industrialização da região mais ao oeste e de Chapecó foi lenta por estar deslocada da ferrovia, para transportar e vender a produção. Outra razão era por ainda ter muitos colonos migrantes que estavam se estabelecendo nas pequenas propriedades, devastando a paisagem nativa ou parcialmente explorada pela indústria madeireira. A produção estava ainda pautada na subsistência ou um horizonte comercial pequeno.

A produção de milho cresceu na região oeste, fazendo-a consorciada com a produção de suínos, de modo que as políticas econômicas incrementaram o incentivo à produção agrícola com a mecanização para agricultura. Neste sentido, quando se cita a esfera nacional, tem-se que retornar um pouco no tempo e recordar que, desde o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, fomentou-se a ideia de ocupar os ‘vazios’ demográficos e a ocupação das regiões mais ao oeste, com a ‘Marcha para o Oeste’, que influenciou indiretamente no desenvolvimento agrícola e industrial da região oeste de Santa Catarina e, duas décadas mais tarde, houve a política nacional de modernizar a agricultura, no reboque do ‘Plano Desenvolvimento Nacional’ (LOHN, 2004). Essa ampliação da produção e desenvolvimento econômico provêm de um macro plano nacional de criar novos mercados consumidores. “O governo brasileiro procura criar estratégias para o desenvolvimento de um plano de expansão do mercado interno e consolidação do capitalismo industrial nacional, tendo o planejamento como mecanismo central. [...]” (PERTILE, 2008, p. 120).

Fruto da política desenvolvimentista nacional, foi criado, em Santa Catarina, o PLAMEG (Plano de Metas do Governo), que dava ênfase à modernização da agricultura. Essa política estadual de modernização do campo foi concentrando a terra e a riqueza do campo na mão de poucas pessoas (LOHN, 2004). Isso gerou o crescimento gradativo da produção e uma consequência negativa, por meio da concentração da terra, sendo que muitos agricultores foram excluídos da cadeia de produção imposta pela modernização. Assim, esses agricultores migraram rumo ao espaço urbano.

Desse modo, a agricultura passou gradativamente por “um processo de modernização, enquanto política agrícola, a agricultura passou a ser consumidora de insumos modernos: fertilizantes, sementes, defensivos e máquinas agrícolas” (BAVARESCO, 2017, p. 305). Em decorrência disso, tornou-se acessível aos agricultores ter motores estacionários para mover as

trilhadeiras, moedores e trituradores. A modernização agrícola avançou com a chegada de tratores e colheitadeiras, que facilitaram a produção e ampliaram quantitativamente a produção rural nas décadas de 1950 a 1970. Os caminhões têm um papel de destaque nessa cadeia produtiva e comercial, pois são o meio de transporte desses produtos. Também há de se considerar a incorporação do uso de fertilizantes: ureia, fosfato, adubo químico e calcário, que melhoraram a qualidade da terra e, conseqüentemente, ampliaram a produção rural.

A produção ampliou e o excedente agrícola proporcionou o início de um novo processo migratório, rumo aos centros urbanos. A modernização agrícola gerou um excedente populacional, que migrou para os espaços urbanos. Em contrapartida, a cidade de Chapecó passou a ofertar empregos para trabalhadores, no comércio e, principalmente, nas indústrias de processamento de proteína animal, nos centros urbanos de maior expressão no oeste de Santa Catarina. A produção em escala crescente e as condições regionais da geografia foram importantes para o processo global, que não esteve na fabricação do produto (da agricultura), mas na capacidade de consumi-lo por parte da população da área urbana, pois o excedente de grãos e animais no campo era cada vez maior. Isso levou os comerciantes a mais acúmulo de capital, surgindo e expandindo as agroindústrias, que foram um divisor econômico, pois “[...], a carne era vendida na forma de linguiça ou como carne salgada, e agora possuem meios de conservá-la e vendê-la congelada. [...]” (BAVARESCO, 2018, p. 305). Esse contexto foi um divisor do período econômico, do modo de produção, do êxodo rural, das migrações regionais e da constituição urbana de Chapecó.

Com a produção voltada para o urbano e o acúmulo de capital, surgiu e expandiu-se a agroindústria como motor econômico da região. Essa mudança no modo de produção coincidiu com o fim das migrações de rural – rural, provindas do Rio Grande do Sul (RADIN, 2001), o que impactou diretamente no início da migração regional e interestadual do rural para o urbano e na constituição urbana do grande oeste catarinense, onde Chapecó destacou-se. Enfim, pode-se sintetizar que o processo migratório “[...] emerge o processo de urbanização, também repercutindo nas cidades da região entre as quais se destaca Chapecó. [...]” (PERTILE, 2008, p. 81).

Outro fator para a migração rural-urbana crescer foi o fato de a agricultura necessitar de menos mão de obra do que outrora, pois as máquinas auxiliaram e facilitaram, ampliando numericamente o processo produtivo. Desse modo, percebeu-se a crescente urbanização provinda de um novo contexto de migração regional causado pelo êxodo rural. O crescimento da população urbana e a procura por produtos de qualidade que atendessem à nascente

indústria, que continuava aumentando, e: “[...] Ao mesmo tempo, era necessário liberar mão-de-obra para as atividades urbanas e isso poderia ser possível com a maior mecanização da agricultura, ‘modernizando-a’” (PERTILE, 2008, p. 121).

O processo de urbanização avançou e marcou significativamente a região oeste, modificando e ampliando o perímetro urbano das cidades, como foi o caso de Chapecó. A população da região oeste aumentou significativamente, a partir da metade do século XX em diante: “[...] A população, que em 1940 era de 44.237 habitantes, em 1950 passou para 96.624 habitantes. [...]” (ALBA, 2002, p. 25). Também surgiram cidades que cresceram e emanciparam-se de Chapecó, como o caso de São Miguel do Oeste, que se desmembrou em 1953.

Assim, destacam-se o pequeno comércio, as indústrias artesanais, que vão crescendo e acumulando capital por meio do comércio de derivados de carne suína. A produção rural de milho e de suínos ressalta-se com as melhoras das técnicas e a oferta de produtos. Passou-se das fábricas de banha para a fundação dos frigoríficos, que desempenham uma importante contribuição econômica, de mudança na produção rural, para um início do processo migratório rural-urbano, em que Chapecó fez o processo de uma crescente urbanização.

1.3 AS MUDANÇAS NA URBANIZAÇÃO EM CHAPECÓ

A modernização da agricultura, a ampliação da oferta de produtos é gradual e causaram impacto no campo e um crescimento do espaço urbano de Chapecó. Iniciou-se o processo do êxodo rural, porque muitos agricultores perderem suas terras, com dívidas adquiridas para modernizar a propriedade, por causa das pessoas da segunda e terceira geração não terem terra disponível na proporção da necessidade e serem excluídos do campo. Esses fatos foram impulsionadores de políticas que deveriam também atender ao rural, para que este pudesse ser eficiente o suficiente no suprimento do mercado nacional (PERTILE, 2008). Assim, muitas pessoas foram expelidas do campo e transferiram-se para a cidade, atraídas pela possibilidade de trabalho assalariado em Chapecó. A imagem abaixo demonstra a cidade de Chapecó, da década de 1940, com uma paisagem de pequena cidade, com muitas árvores, mata nas proximidades do centro do núcleo urbano. Por estar cercado de plantações e florestas, demonstra uma cidade bastante próxima do rural e que se modifica nas próximas décadas.

IMAGEM 4: FOTO DO CENTRO DE CHAPECÓ, NA DÉCADA DE 1940.



FONTE: Memória Chapecó: Facebook, em 17 de Set. de 2018.

É perceptível pela imagem a conotação de interioridade, de vila e de cidade pequena, que também é debatida nos meios políticos e registrado nos meios de comunicação escritos. Neste sentido, “[...], o debate político em torno da falta de infraestrutura, a ausência de uma rede de energia elétrica eficiente na cidade, está presente na imprensa escrita, entre os periódicos locais no início de 1950” (PETROLI, 2008, p. 37). A falta de infraestrutura como a energia elétrica precária e a falta de pavimentação são perceptíveis em Chapecó.

É importante destacar as mudanças no cenário político em Chapecó, que, após um longo tempo de domínio por parte dos grandes proprietários de terras, seguiu com uma grande instabilidade, com trocas constantes de prefeitos no período getulista. Com a ascensão econômica da família Bertaso modificou-se o cenário representativo das elites de Chapecó. “A ascensão da família Bertaso na vida política ocorreu em 1944, quando Serafim Bertaso foi nomeado prefeito de Chapecó, aproximando-se, do Governo de Getúlio Vargas, firmando-se, então como representante da Colonizadora Bertaso. [...]” (HASS, 1997, p. 76). Outro fato relevante foi que, até as vésperas das eleições municipais de 1950, o partido hegemônico em Chapecó era o PSD. A oposição era formada pelos extratos médios de caráter ‘urbano/liberal burocrático’ – representados pela UDN e o PTB -, que começaram a ocupar esses espaços (ALBA, 2002). O resultado das eleições não tirou o poder político da elite industrial agrária e comercial, representada pelo PSD, mesmo que o grupo político formado pelos profissionais liberais tenha sido o vencedor. Diante do resultado adverso das eleições, “a derrota dessa elite

industrial e comercial, não saiu do poder político. Representa mudança na política, com um novo grupo de políticos, procedentes de estratos médios e de feição urbano/burocrático/liberal, ocupando espaço na estrutura do poder local” (HASS, 1997, p. 200).

Esse período foi um tempo nada pacífico em Chapecó, em que casas eram incendiadas, o clube da cidade ‘pegou fogo’ e o estopim foi o incêndio da igreja central. “[...] No dia 4 de outubro, por volta da meia noite, quando ainda eram apurados os votos, o povo foi despertado por tiros e o badalar nervoso dos sinos. Assustados, viram a sua igreja em chamas. [...]” (HASS, 2003, p. 74). Depois de alguns dias, com os quatro supostos autores do crime presos e um clima de grande tensão, misturado com o desejo de vingança pairando nas mentes dos cidadãos chapecoenses, o anunciado aconteceu. “Dezoito de outubro: A justiça foi feita... E depois de terem mortos. Arrastaram para o solo. Com facões e com revólveres. Furaram os corpos de bala. Golpeando pernas e braços. Cometendo horrível escala” (HASS, 2003, p. 107).

Após o linchamento dos quatro homens ‘considerados culpados’, as notícias do ocorrido espalharam-se, deixando uma imagem de violência da cidade, pois o crime projetou sobre Chapecó o título de ‘incivilidade’, culminando em uma nova orientação de desenvolvimento regional que não é a da madeira (LIMA, 2018). O que influenciou negativamente na atração de pessoas e a venda de lotes parou por dois anos, fruto dessa fama de cidade ‘incivil’. Pode-se colocar a história da urbanização de Chapecó como antes e depois do linchamento, porque as elites econômicas e política uniram-se em torno de um projeto econômico, industrial e urbano, com a fundação da SAIC, impactando diretamente no crescimento urbano da cidade (LIMA, 2018). O objetivo em torno da SAIC foi reativar a venda de terras pela colonizadora Bertaso. Essa razão foi o grande motivo para a elite local mobilizar-se em torno da instalação de um frigorífico no lugar, a fim de reativar a economia e, assim, iniciar o fluxo migratório urbano (SILVA; HASS, 2017).

No mesmo período, o comerciante e industrial Plínio Arlindo de Nês começou a destacar-se na política (ALBA, 2002), articulando politicamente tanto na esfera estadual, como federal, muitos recursos e benefícios de infraestrutura para a cidade de Chapecó, que também favoreceram os próprios negócios. Esses incentivos “foram importantes para a produção de um modelo de desenvolvimento, que unificasse as elites e produzissem um consenso, uma hegemonia, em torno da agroindústria. (1956-1961)” (SILVA; HASS, 2017, p. 355).

Como sequência dos atos políticos em torno da SAIC, que teve a função de dar uma

nova imagem a Chapecó: de cidade com progresso, atraente aos migrantes e com pujança econômica, começou a urbanização de Chapecó demonstrando um tímido crescimento, que foi se intensificando e ampliando o espaço urbano. A principal causa foi a necessidade de mão de obra para as indústrias, assim, atraindo pessoas dispostas a migrar. Dessa forma, o espaço urbano de Chapecó passou a crescer com o impulso da agroindustrialização.

Nesse cenário, o papel da modernização agrícola destaca-se e tem a capacidade de criar suínos em escala industrial, dobrando a produção em poucos anos, o que possibilitou a agroindústria deslançar e multiplicar seus números, conseqüentemente, empregando mais pessoas, que, na grande maioria, eram migrantes. Também se destacam as mudanças no uso da terra e da propriedade rural, que passou da subsistência para produzir em escala comercial (LOHN, 2004). A terra passou a estar em função da produção de alimentos para a produção de suínos, que foi se intensificando e ampliando o número de migrantes que foram atraídos para trabalhar na indústria de processamento de proteína animal e habitar na área urbana de Chapecó. A produção agrícola de milho, soja, trigo e outros esteve voltada para a produção de animais, pois “[...], na esteira da produção de suínos, foram se desenvolvendo outras atividades complementares como a cultura do milho, do feijão, do arroz e da mandioca. [...]” (BAVARESCO, 2018, p. 305). É importante frisar que a instalação das indústrias de processamento de proteína e modernização do campo passou a atender de modo indireto ao plano nacional de desenvolvimento e à política estadual de desenvolvimento, que influenciaram de forma direta no desenvolvimento urbano de Chapecó.

Em Chapecó, as políticas influenciaram na organização e implantação de uma boa infraestrutura urbana, com uma série de melhorias por causa do desenvolvimento das indústrias, agroindústrias e produção de matéria prima para o processamento de proteína. “Paralelo ao crescimento industrial e comercial que ia se efetivando, verificou-se o melhoramento das estradas de rodagem por onde se daria o escoamento da produção [...]” (ALBA, 2002, p. 27). É importante destacar a SNO (Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste), que foi criada na década de 1960. De acordo com Cassol (2013), o primeiro diretor da secretaria foi o empresário Plínio de Nês, que buscou recursos para o desenvolvimento da cidade e, assim, facilitou o crescimento de seus negócios: “[...] a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, permitiu grandes investimentos na região, especialmente na construção de estradas, pontes, instalações de energia, etc.” (ALBA, 2002, p. 27). A imagem mostra algumas melhorias na infraestrutura e no crescimento urbano do centro de Chapecó.

IMAGEM 5: FOTO DO CENTRO DA CIDADE DE CHAPECÓ EM 1967.



FONTE: Memória Chapecó: Facebook, em 22 de Set. de 2018.

A intervenção do governo do estado em Chapecó e em todo o oeste catarinense ocorreu a partir da Secretaria de Negócios do Oeste, sendo que as elites políticas estavam associadas, assim, direcionando recursos para as empresas agroindustriais e de apoio aos agricultores na expansão da produção agrícola. Com isso, “[...] pode-se dizer que no decorrer da década de 1960, a competitividade regional foi construída a partir da relação entre as agroindústrias e a produção agrícola familiar diversificada, apoiada pelo Estado” (ALVES; MATTEI, 2006, p. 2). Com todas essas medidas em nível nacional, estadual e local, tem-se “esse processo que gerou uma intensa expansão urbana e industrial com a ampliação das novas funções urbanas, com segmentos produtivos que, por sua vez, direcionaram e elevaram a demanda interna por produtos rurais” (PERTILE, 2008, p. 120).

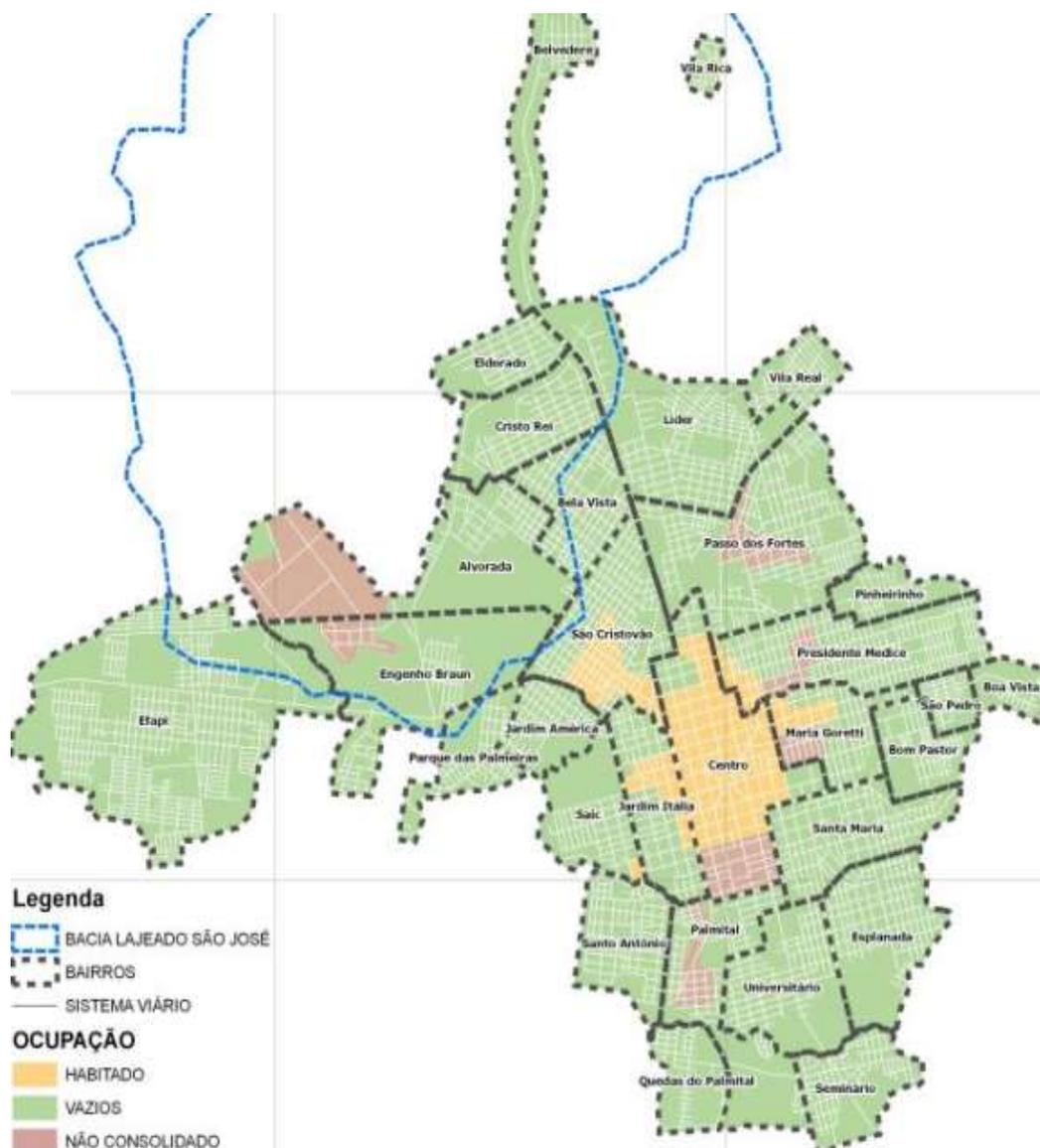
O crescimento demográfico no espaço urbano trouxe a necessidade da indústria atender a demanda desse novo mercado consumidor em ascensão, que teve “o crescimento da população urbana, com a demanda por produtos de qualidade que atendessem à nascente indústria, que também continuava aumentando. [...]” (PERTILE, 2008, p. 121). O que se percebe claramente, segundo o IBGE, no Censo Demográfico Brasileiro de 1970, foi que “a população urbana de Chapecó, considerando o período de 1950 a 1970 passou de 10,08% para 40%.” O crescimento demográfico de Chapecó, na década de 1960, foi causado pelo “[...]”

sistema agroindustrial de produção desigual implantado na região, incentivaram o processo migratório campo-cidade, que determinou grandes impactos na estrutura urbana de Chapecó” (RECHE, 2008, p. 47).

A agroindústria e a agricultura foram os principais agentes de produção econômica de Chapecó, além da paisagem do espaço urbano, assim como dos seus arredores, para uma visão de cidade moderna, em franco desenvolvimento. Percebe-se o destaque por parte das elites políticas que o avanço da urbanização em Chapecó fez parte de “[...], uma forte tendência de organização e integração urbana, a partir de pontes, canais, construção de estradas, pavimentação, iluminação e fornecimento de água e energia elétrica” (SILVA; HASS, 2017, p. 363), que, no seu conjunto, foram responsáveis pelo acelerado crescimento da urbanização a partir da década de 1960, gerando a necessidade de ampliação do espaço urbano em Chapecó, tanto que, “ao longo desta década, foram aprovados 12 novos loteamentos em Chapecó. A cidade recebia muitas pessoas que vinham em busca de emprego e precisavam de moradia. Uma vez que os atrativos cresciam, a cidade também crescia. [...]” (FACCO; ENGLER, 2017, p. 295).

O crescimento urbano da década de 1960 está na esteira das migrações rural-urbano que a cidade de Chapecó passa a receber. Ela tinha um espaço urbano bastante reduzido se comparado a atualidade. O centro destacado de amarelo como local de habitação consolidada e em seu contorno a cor vermelha, que demonstra o crescimento urbano ao redor do centro, em bairros não consolidados. Percebe-se uma habitação acentuada nos bairros São Cristóvão, Maria Goretti, Presidente Médici e Jardim Itália. Também se percebe uma crescente habitação de áreas não consolidadas, que rumam para os arredores dos bairros anteriormente citados, o que faz “[...], o avanço da urbanização é fato consolidado em Chapecó, isto é, a ideia de trazer pessoas para o município com vagas de trabalho nas unidades agroindustriais e outros segmentos deram certo” (FACCO; ENGLER, 2017, p. 295). Os atrativos para muitos migrarem estão assentados na oferta de emprego, sobretudo, no setor da agroindústria que se expande. A imagem do mapa que está ilustrado na sequência é do espaço urbano de Chapecó de 2010, com a ocupação urbana da década de 1960.

IMAGEM 6 – MAPA DA OCUPAÇÃO URBANA DE CHAPECÓ EM 1965.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Chapecó. ⁵ Mapa da ocupação urbana em Chapecó na década de 1960. Edição Júlie M. Engler (2010). (apud, Facco; Fujita; Berto, 2014, p. 205).

A cidade de Chapecó foi se transformando, ampliando os espaços urbanos e a sua paisagem de pequena cidade foi sendo modificada para um centro urbano e econômico, que consolidou a sua importância regional. A grande maioria da população que chegava era oriunda de outros municípios da região oeste de Santa Catarina, assim como do Rio Grande do Sul e do Paraná. Esses migrantes deixavam o campo em busca de melhores condições de vida na cidade. Poucas pessoas preocuparam-se, num primeiro plano, sobre que espaço/local

⁵ Mapa da ocupação urbana em Chapecó na década de 1960. Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Chapecó. Elaboração: Júlie M. Engler (2010).

iriam habitar. No entanto, alguns migrantes tinham um pequeno capital proveniente das sobras da venda da propriedade e podiam adquirir um terreno.

Destacam-se ainda as particularidades que o processo migratório na região oeste e seu contexto no Rio Grande do Sul: as principais economias da região, os acontecimentos políticos, o processo de mudança na produção rural e o contexto político e econômico da fundação da SAIC. Também se constata que, em Chapecó, o processo migratório teve como causa central, o êxodo rural em consonância com a expansão do agronegócio, por meio das indústrias de abate e processamento de derivados de proteína animal, e a constituição do processo de urbanização e criação dos primeiros bairros, mais próximos ao centro. Neste sentido, na década de 1960 e seguinte, as diversas administrações do município de Chapecó tiveram suas preocupações voltadas à integração do capital, em consonância com o emprego e a atração de trabalhadores para atender a demanda de mão de obra. Um exemplo desse modelo administrativo foi o mandato municipal de 1965 a 1969, do prefeito Sadi de Marco, que intensificou uma agenda de progresso, entendendo que tais ações estariam voltadas para a melhoria da estrutura do município e facilitação da integração capitalista, gerando emprego e renda. (SILVA; HASS, 2017), o que foi um grande motivador para gerar empregos e atrair migrantes para o espaço urbano de Chapecó.

Portanto, nesta parte inicial da pesquisa, consta uma grande síntese histórica sobre a região oeste de Santa Catarina, enfatizando a realidade dos descendentes de europeus no Rio Grande do Sul, o processo migratório que os atraiu para Santa Catarina e as características da migração. Também se citam as mudanças na produção rural, por meio da modernização da agricultura, do aumento da oferta de milho e suínos, que, em conjunto com a acumulação de capital, por parte dos pequenos comerciantes, possibilitou a ampliação das fábricas de banhas para frigoríficos, que passaram a industrializar derivados de carne de suínos, que abasteciam os grandes centros. A ampliação da produção, em conjunto com a modernização da agricultura, empurrou muitas pessoas para os espaços urbanos. Porém, poucas cidades tinham dinâmica econômica para gerar empregos, muitas pessoas foram migrando para Chapecó e em poucos anos, expandiu-se e atraiu muitas pessoas para trabalhar como assalariados. O papel da esfera pública nos planos nacionais e estaduais para o desenvolvimento econômico e da expansão urbana de Chapecó está claro, no apoio econômico, financeiro e fiscal a agroindústria, na modernização do campo, nos investimentos em infraestrutura e melhorias da área urbana da cidade, o que fez com que o crescimento urbano de Chapecó se acelerasse, com a ampliação do espaço urbano, com novos loteamentos.

CAPÍTULO II

2. A EXPANSÃO URBANA: CENTRO, BAIRROS E PERIFERIAS

Este capítulo tratará da expansão urbana da cidade de Chapecó a partir da década de 1970. Serão destacados elementos que ajudam a entender as características dos espaços urbanos com uma forte presença da segregação social dos espaços diversificados em condições materiais. Essa diversidade urbana produziu locais elitizados, intermediários, de pobreza e outros de extrema pobreza. A modernização da agricultura empurrou muitas pessoas para as cidades, mas os poucos empregos ofertados nas cidades de menor potencial industrial, em conjunto com o empobrecimento da população de origem rural, levou esse contingente populacional a migrar para outras cidades, como Chapecó. Empregavam-se muitos migrantes na produção agroindustrial, na construção civil, no comércio e outras empresas prestadoras de serviços. Em decorrência disso, surgiu a necessidade de criar novos espaços urbanos, de caráter residencial, para atender a demanda dessa migração regional. Nesses espaços, surgiram bairros pobres, periféricos e distantes da malha urbana, como o bairro São Pedro.

O crescimento industrial gerou empregos, a população aumentou em número e projetos políticos foram criados nesse período no intuito de desenvolver e obter recursos para a infraestrutura das agroindústrias, indústrias e agricultura. Esse processo aconteceu na entrada do século XX, em algumas regiões do Brasil, identificando-se a redefinição das “relações de domínio entre o rural e o mundo urbano” (MARTINS, 1975). Essa redefinição aconteceu na região oeste de Santa Catarina a partir de 1960, quando o urbano passou a predominar sobre o rural, tendo seu modo de produção econômica destacado. A modernização do campo passou a estar em função da industrialização e da agroindustrialização, que, por sua vez, atendem o modelo econômico. Portanto “[...], a economia se desenvolve, seja para atender o mercado consumidor em célebre expansão, ou seja, para atender a uma demanda” (SANTOS, 2009, p. 55). A grande consequência desse processo na região oeste, em um curto espaço de tempo, é o rápido crescimento dos índices populacionais da cidade de Chapecó.

Em Chapecó, a migração e ampliação dos espaços urbanos responderam a um processo que teve, como causa, a grande modernização agrícola e a exclusão de muitos agricultores da cadeia produtiva a partir de 1970, o que se intensificou “a partir dos anos de 1980, durante o período de modernização das propriedades, agravaram-se os problemas na

agricultura. A mecanização no campo e implantação de métodos modernos de produção contribuí para a crescente migração do campo para a cidade. [...]” (BAVARESCO, 2005, p. 181). Essa migração rural-urbana aconteceu, em um primeiro momento, rumo às cidades menores e próximas, que, em geral, não desenvolveram uma indústria que gerasse emprego e renda. Com isso, parte da população retirou-se dessas cidades em direção aos centros urbanos que estavam se industrializando e oferecendo emprego, como foi o caso de Chapecó (CASOL, 2013). Esses migrantes, em sua maioria são originários do campesinato e, em geral, com pouco estudo, práticas nos trabalhos rurais e desprovidos de bens materiais. Isso produziu a desigualdade social nos espaços urbanos periféricos ocupados por grupos de migrantes extremamente pobres. Em Chapecó, essa é uma realidade concreta, pois “[...], a estrutura espacial urbana segregada que atua como um mecanismo para potencializar a inclusão ou acentuar a exclusão social dependendo da localização onde se está, onde as dificuldades e as oportunidades estão distribuídas de modo desigual” (NASCIMENTO, 2017, p. 108). A segregação do urbano tende a redistribuir-se por zonas sociais, com bairros economicamente opostos entre ricos, operários e pobres. Também se destaca a limpeza social, com a retirada dos pobres do centro e seus arredores, a criação de espaços periféricos e de grande pobreza, como o bairro São Pedro (RECHE, 2008).

2.1 O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO URBANO

A migração populacional para o espaço urbano de Chapecó, a partir da década de 1970, esteve atrelada predominantemente à agroindústria e decorrência dela com outras empresas, com uma maior oferta de empregos. A ampliação das migrações é intensificada com a agroindústria SAIC desde a década de 1960 e que foi impulsionada em 1973 com a instalação do frigorífico da Sadia. Em decorrência da agroindustrialização, outras empresas e cooperativas foram fundadas nesse contexto, como a Aurora e a Cooperativa Agroindustrial Alfa. Essa realidade gerou uma grande atração de migrantes e, conseqüentemente, um crescimento populacional e a expansão da área urbana da cidade de Chapecó.

Uma das razões da atração de migrantes foi o grande crescimento agroindustrial, pela sua capacidade de ampliar e qualificar a produção agrícola, que foi apoiada pelo Estado na implantação do modelo produtivo. Acreditava-se que a “[...], economia se desenvolve para atender o mercado consumidor em célebre expansão, seja para atender a uma demanda exterior. Nesse contexto, o país passa a ser um grande exportador, tanto de produtos agrícolas,

de produtos parcialmente industrializados ou industrializados. [...]” (SANTOS, 2009, p. 39). Entretanto, o êxodo rural foi uma consequência do modelo econômico implantado e fomentado pela presença constante do Estado na modernização da agricultura, na instalação das agroindústrias e outras indústrias em vista do mercado.

Os incentivos dos governos para o melhoramento tecnológico da agricultura com máquinas, mudanças genéticas das sementes e dos animais foram importantíssimos. Fomentou-se o incremento de novas raças de animais na suinocultura, a fim de substituir o porco “comum”, por outros mais propícios à produção de carne. Assim, Bavaresco (2005) afirma que a criação de porcos do tipo ‘banha’ aos poucos foi substituída [...]. As raças Duroc, Large White e Landrace apresentaram maior produtividade de carne em relação aos porcos ‘pretos’ ou ‘comuns’. No modo específico da produção rural, o discurso foi sobre a necessidade de modernizar o campo e produzir mais, com menos pessoas. Percebe-se claramente a mudança na produção agrícola com “[...], a mecanização na produção agrícola dos médios e grandes proprietários, com instalações de aviários e chiqueirões cada vez maiores, reduzindo o número de pessoas necessárias para a produção. [...]” (CASSOL, 2013, 26). Isso causou mudanças na ampliação e qualificação da produção agrícola, que passou a estar em vista da indústria. Neste sentido, a relação dialética entre o rural e o urbano gerou ocorrências relacionais, que não aconteceram de modo isolado no campo. Na verdade, deu-se interligado com todo o modelo político desenvolvimentista e de modernização implantado com o regime militar, a partir da década de 1960, quando foi desenvolvida e reorganizada a estrutura produtiva do país, o que Santos (2009) “denomina de processo simultâneo de melhora na produção quantitativa e qualitativa”.

Assim, o Brasil passou por um processo de mudança econômica do rural para o urbano, com uma estreita interligação, pois, “nas regiões agrícolas é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala), enquanto que nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que tem este papel” (SANTOS, 2009, p. 76). No caso de Chapecó, esse processo relacional entre rural e urbano foi causado pela industrialização, que produziu importantes mudanças com as intervenções do capital privado e estatal em “todas as mudanças e intervenções do capital na agricultura e na vida dos produtores rurais, tiveram impacto na vida da maioria das pessoas, inclusive aquelas que viviam nas cidades. Porque o cotidiano das pessoas sofreu algumas alterações com as atividades industriais. [...]” (LOHN, 2003, p. 49). Como resultado da intensificação do capital, houve uma maciça atividade comercial e industrial e, em

decorrência disso, pessoas migrando rumo aos espaços urbanos.

As migrações continuam sendo predominantemente do campo para a cidade, mas também se tem migrações oriundas das pequenas cidades para as cidades com uma economia industrial. Nesse contexto, a vinda para a cidade Chapecó foi um espaço alternativo, que atraiu migrantes que empobreceram e que sofreram as consequências das mudanças do processo de modernização da produção rural e não foram absorvidos com empregos nas pequenas cidades. Esses rurais empobrecidos visualizaram a possibilidade do emprego ofertado na crescente indústria de processamento de derivados de proteína animal, de serviços e em outros ramos, como uma alternativa de vida (RECHE, 2008). Neste sentido, cabe mencionar que:

[...] as cidades em rápida expansão localizam-se próximas a zonas rurais empobrecidas, sendo uma solução para a miséria vivida pela população. Em alguns casos, porém, a concentração populacional viabilizou o desenvolvimento industrial devido à disponibilidade de mão de obra (RAMINELLI, 2011, p. 179).

Em Chapecó e região, o processo de mudança, com a industrialização e a decorrente migração, alavancou as indústrias de alimento, que, em nível nacional, conforme Santos (2009), foi “a expropriação da terra que faz com que muitos brasileiros procurem novas alternativas de vida. E nessa constante luta pela sobrevivência, fez muitos brasileiros encontrar nas agroindústrias sua oportunidade de trabalho, uma alternativa de vida” (SANTOS, 2009, p. 20). Esse relato de Santos também é válido para o oeste de Santa Catarina, onde se destaca a cidade de Chapecó, com a geração de empregos e que possuía a capacidade de absorver boa parte da mão de obra da população rural pobre e de desempregados dos pequenos centros urbanos. Portanto, a industrialização e a descapitalização (empobrecimento) dos agricultores expropriaram muitos agricultores de seu espaço na região oeste de Santa Catarina (BAVARESCO, 2005).

A vinda da Sadia para Chapecó “também foi “motivo de euforia”, pois se tratou da instalação do “maior abatedouro de aves da América Latina”” (Revista Celeiro Catarinense, 1971, p. 8). A Sadia proporcionou uma grande demanda de oferta de empregos e era uma empresa cujos dirigentes deram os primeiros passos em um modelo de produção próprio. Tratava-se do sistema de produção ‘parceria’, proporcionando para os agricultores muitas perspectivas positivas e “[...], o maior entusiasmo entre os avicultores, com as perspectivas da colocação certa de seus produtos” (Revista do Sul, 1971, p. 40). Percebe-se o discurso oficial

da cidade, segundo a Revista do Sul (1971), “que tanto os agricultores como os trabalhadores das agroindústrias estiveram entusiasmados pelo poder de persuasão do modelo econômico em absorver a produção nas agroindústrias e uma conseqüente ofertar de trabalho assalariado”. Mas se sabe que toda essa euforia nem sempre resultou em emprego, ou em lucro com a venda dos animais, que garantissem a viabilidade das propriedades rurais.

O papel dos governos na esfera municipal, estadual e federal foi usar diversos meios para a implantação, desenvolvimento e ampliação da agroindústria. Em Chapecó, percebe-se a adoção de uma política e organização do espaço urbano voltado aos interesses desenvolvimentistas dos setores econômicos hegemônicos. Desse modo, “Chapecó manteve a política de Planejamento Urbano alicerçada no Modelo Tecnicista, ratificava o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), implantado pelo governo de Ernesto Geisel em 1973” (HOHN, 2004, p. 16).⁶ Nota-se que o ideal administrativo municipal esteve em consonância com a gestão estadual e a nacional.

O Estado é também considerado agente importante na formação regional. Sua participação para o desenvolvimento e estruturação das empresas agroindustriais na região Oeste aconteceu através de: intercâmbio entre o conhecimento dos agricultores dentro de uma lógica de modernização agrícola; na formação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das indústrias no município, equipando o território com energia elétrica, estradas, pontes etc.; no financiamento às agroindústrias da região e também na participação política dos donos dos frigoríficos nos cargos de governança, tornando-os aliados do Estado (ALBA, 2002, p. 13).

Na prática, tratava-se de ajudas fiscais, financeiras, doação de terrenos, implantação de tecnologia industrial e ampliação da modernização da agricultura. Por exemplo, a instalação do frigorífico da Sadia para Chapecó está atrelada a ações do governo municipal, do prefeito Altair Wagner, que “[...], nesta gestão municipal, uma ação foi fundamental para a continuidade das ações voltadas aos projetos de desenvolvimento: a instalação da maior unidade de produção da SADIA S. A, [...], com incentivos da prefeitura municipal. [...]” (SILVA; HASS, 2017, p. 369). As administrações municipais de Chapecó, que vieram na sequência, deram continuidade ao desenvolvimento, mesmo quando “[...], a agenda de progresso saiu da mão de trabalhistas, moderados ou não, para, em consonância com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), empreender um processo que consolidou uma hegemonia da ‘ideia de progresso’” (SILVA; HASS, 2017, p. 369). Percebe-se que o ideal

⁶ MARICATO, Ermíria – As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In. Planejamento urbano no Brasil. FAUSC, SP. 2001, p. 138. As diretrizes foram dados pelo PNDU (Plano Nacional Desenvolvimento Urbano) previsto no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), elaborado pelo Governo Ernesto Geisel em 1973.

político de progresso garantiu recursos para a industrialização, o que favoreceu meios para a ampliação das agroindústrias e outras fábricas.

A modernização da agricultura garantiu a produção em escala cada vez maior, possibilitou a garantia da compra da produção pela indústria e uma conseqüente garantia de renda para os agricultores. Mesmo com os preços fixos para os produtos agrícolas, a partir da década de 1970, os lucros nem sempre eram reais. As políticas de créditos rurais e industriais passaram a possibilitar e estar direcionadas para as agroindústrias (ALBA, 2002). Assim, de forma direta ou indireta, beneficiaram os agroprodutores que estavam atrelados às agroindústrias por meio do processo de ‘fomento’ ou ‘integração’.

Como a modernização agrícola em Chapecó, está diretamente vinculada as agroindústrias, as grandes beneficiadas pelas políticas desenvolvidas pelo Estado e principalmente pelos créditos. Elas se beneficiaram duplamente. Os créditos ou eram direcionados para a reestruturação produtiva das empresas ou eram direcionados aos agricultores, que de qualquer forma iriam reverter em resultados positivos na produtividade e na qualidade da produção, beneficiando, assim diretamente o capital agroindustrial (ALBA, 2002, p. 46).

Percebe-se por meio de incentivos governamentais supracitados que “[...] a agricultura teve que se reestruturar e produzir de acordo com os interesses e necessidades do mercado, que é regido pelas regras ditadas pelo mercado consumidor, que é predominantemente urbano. A cidade muda o campo e lhe impõe as suas regras” (ALBA, 1998, p. 4). Assim, a cidade passou a comandar o campo com as agroindústrias que são regidas pelo mercado nacional e internacional, “[...], pois as agroindústrias necessitam da matéria-prima que tem sua origem no campo, que deverá se adaptar segundo os padrões da empresa, seguindo as orientações dos técnicos, como na implantação de aviários, pocilgas ou galpões” (ALBA, 1998, p. 4). A conseqüência desse processo ocasionou a seleção do número de produtores rurais. Segundo Martins (1980), “que indicam a desintegração da pequena propriedade familiar como fator fundamental das migrações internas que aconteceram no Brasil, tendo como movimento principal a passagem do campo à cidade”. O discurso da cidade sobrepôs-se ao campo e está no conceito do termo ‘modernização’ das ações governamentais. Com isso, reduziu-se o número de agricultores, que foram excluídos do modelo produtivo, que tiveram que vender a propriedade, por causa do endividamento, pois, não tinham mais renda, ou não deram conta de pagar as linhas de créditos feitas para melhorar seus animais, adquirir máquinas e a instalação de chiqueirões e aviários maiores e mais modernos. A seleção e exclusão dos agricultores produziu a migração para o espaço urbano. Assim:

A modernização tornou-se a palavra-chave, ligada à ideia de que a cidade seria a portadora das virtudes e das atitudes correspondentes à sociedade desenvolvida que se pretendia construir. [...]. Era preciso que o campo assumisse as feições e os modos de vida da cidade para daí surgir o Brasil moderno (LOHN, 2004, p. 57).

A modernização do campo ocasionou o deslocamento maciço da população rural para as cidades no oeste de Santa Catarina, onde se iniciou o processo de polarização com a industrialização, centrando a urbanização em espaços polos. Chapecó foi escolhida pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, no período do regime militar, para desenvolver-se e tornar-se economicamente um polo regional. Entretanto, a região oeste tinha esse potencial industrial alimentar como característica a ser desenvolvida, com as experiências das pequenas indústrias de processamento de alimentos e a produção rural a potencializar-se para esse fim. Contudo, “era preciso, qualificar melhor o campo e as cidades, era preciso respeitar as peculiaridades e características regionais do lugar onde esse centro urbano se localizava” (SOUZA, 1994, p. 139). O histórico regional de produzir suínos e processar a carne levou Chapecó a ser incluída no Plano Nacional de Desenvolvimento, a industrializar-se e tornar-se polo, o que provocou, de forma direta, uma forte onda migratória que por “ironia da situação está no fato de que, deste modo, o desenvolvimento regional, que é originalmente concebido como forma de reduzir as migrações internas, acaba por intensificá-las” (SINGER, 1980, p. 226). Assim sendo, pode-se afirmar que toda cidade industrial tem grande capacidade de absorver migrantes para trabalhar como assalariados no ramo agroindustrial e de novos empregos nos serviços subjacentes. Em Chapecó, isso se evidencia de modo mais claro a partir “[...], dos anos 1980, por que foi significativo o desenvolvimento de empresas ligadas ao setor industrial. [...]. Podemos citar o exemplo do desenvolvimento das empresas fabricantes de maquinários frigoríficos. [...]” (ALBA, 2002, p. 138-139). Foram desativados setores das indústrias e surgiram muitas empresas menores ligadas às grandes agroindústrias, como prestadoras de serviços do sistema industrial e agroindustrial. As novas empresas absorveram mais pessoas nos serviços, tais como construção civil, fundação de instituições educacionais, empresas no ramo transporte e logística e outros como: supermercados, farmácias, lojas etc. Essa realidade ampliou o comércio local, a importância da cidade de Chapecó para a região, que foi se ampliando em termos de urbanização nos decênios posteriores.

Percebe-se, em Chapecó, desde a década de 1960, o processo de mudança na infraestrutura, com ações dos governos municipais, nas pessoas de João Destri e Sadi José de Marco, respectivos prefeitos, com apoio dos empresários, vereadores e do governo do estado, implantando melhorias e inovações, como “a questão da luz, água e calçamento são exemplos

Observa-se na imagem anterior que os investimentos foram direcionados para a região sudoeste e nos locais onde foram sendo criados novos loteamentos na região norte e oeste. Posteriormente, esses locais foram ocupados pela população de baixa renda, em bairros que serviram às agroindústrias na região oeste de Chapecó. Os investimentos do projeto CURA eram basicamente em locais habitacionais, com alguma infraestrutura básica: como luz, água e acesso que favorecia a agroindústria, por ter seu trabalhador residindo na proximidade (GEBEL, 2018). Já os investimentos na área central, pelo projeto POP, continuaram fortalecendo a região central e circunvizinha como “a instalação da rede de esgoto entre as ruas Floriano Peixoto até a 7 de Setembro para receber o asfalto. [...] e a ampliação para 13.000m² de asfalto” (WAGNER, 2005, p. 197-198). Nesse mesmo período também houve loteamentos em direção oposta ao oeste, como o bairro Vila Real, que será tratado adiante.

Chapecó, a partir da década de 1980, passou a desenvolver-se como centro industrial de referência no oeste de Santa Catarina e, no decorrer dos anos, destacou-se em relação a Joaçaba, Videira, Caçador e Concórdia, a ponto de ser um centro econômico regional: Chapecó teve uma crescente industrialização, com predomínio da agroindústria da qual se destacam as mudanças urbanas que influenciaram e potencializaram a atração de migrantes regionais. “[...]. Os trabalhadores rurais sem propriedade, quando atingidos por fatores de mudança (no modo de produção), são os primeiros a se deslocarem. [...]. Ou seja, os fluxos tendem a se orientar para cidades próximas que apresentam melhor dinamismo econômico” (ALVES; MATTEI, 2006, p. 6). Considera-se também que a origem dos migrantes não foi exclusivamente fruto do êxodo rural e “a industrialização do campo é um dos impactos desse desenvolvimento industrial, mas em contrapartida muitas pequenas indústrias localizadas em pequenas cidades desapareceram com os grandes complexos industriais [...]” (CORRÊA, 2011, p. 9), sabendo-se que, no oeste catarinense, eram poucas cidades de menor porte, que já tinham indústrias. Assim, tem-se uma tendência de haver migrantes tanto oriundos do campo, como, em menor proporção, das pequenas cidades, que rumaram a Chapecó. Fruto dessa migração em massa para Chapecó, a população urbana cresceu consideravelmente um curto período:

No período de 1977 a 1981, Chapecó recebia em média, 40 famílias migrantes todos os dias, sejam elas de agricultores expulsos do campo, ou mesmo de trabalhadores de cidades e estados vizinhos, que viram na concentração de grande número de indústrias e na condição consolidada do município como polo regional, melhores perspectivas de emprego e de melhora de vida (PELUSO, 1991, p. 305).

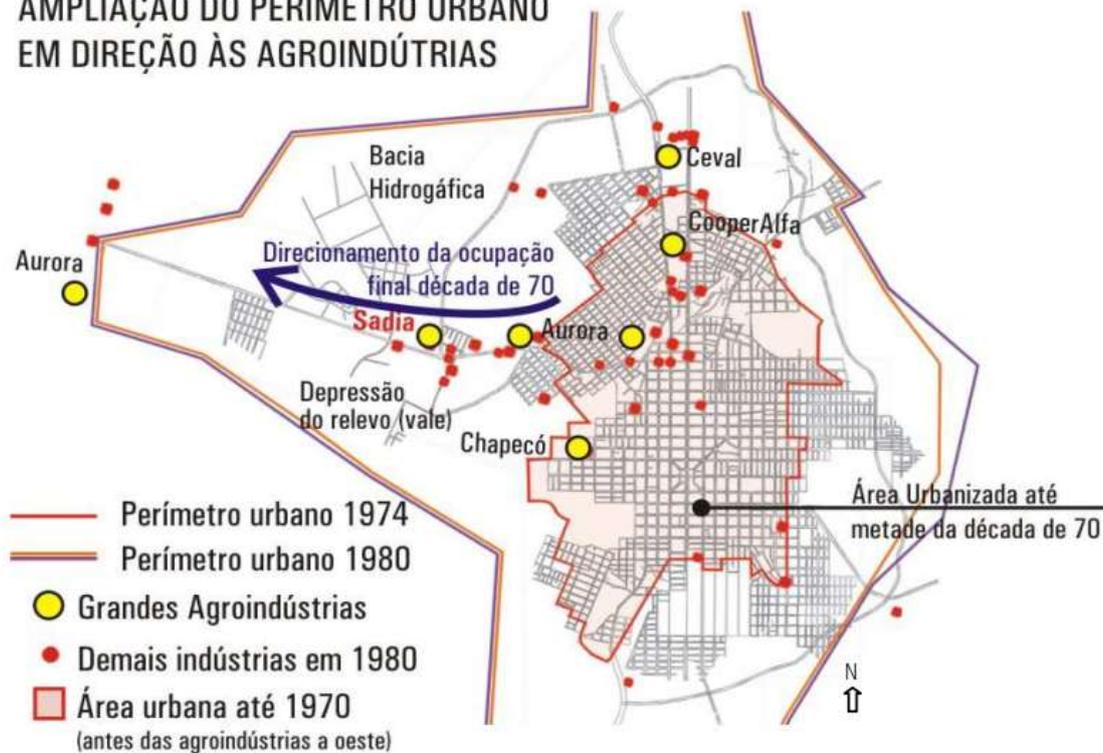
Chapecó passou a ser um polo econômico e industrial e a população concentrou-se no espaço urbano com índices acima de 90%, em 30 anos. “Se em 1970 a população rural de Chapecó equivalia a 70% do total, fruto do processo de êxodo e de polarização da economia. Em 2000, apenas 8,4% de sua população é rural” (ROVER, 2003, p. 282). O crescimento populacional urbano de Chapecó na década de 1970 dobrou. Segundo dados do IBGE, “a população urbana de Chapecó cresceu numa taxa de 16,08% ao ano, recebendo um fluxo migratório intenso, passando a cidade de 23.000 habitantes, em 1974, para 53.181 em 1980, ou seja, mais que duplicando sua população urbana em menos de seis anos” (RECHE, 2008, p. 55). O fenômeno do crescimento migratório urbano de Chapecó teve muitas razões atribuídas, como as ações do governo em modernizar o ‘rural’, em apoiar os empresários e as cooperativas para ampliarem suas indústrias, com investimentos em melhorias urbanas, com infraestrutura no centro e circunferências e a criação de novos loteamentos localizados em regiões distantes das áreas centrais. Também são causas desse fenômeno: a exclusão e o empobrecimento da população do campo e das pequenas cidades que não possuíam um dinamismo econômico para empregar seus habitantes. Com isso, criou-se:

[...]. A necessidade de moradia para a população migrante de baixa renda, passou a ser um mercado promissor para a iniciativa privada do ramo imobiliário. [...], justificada pela pressão populacional, e a demanda crescente, provocou o aparecimento de inúmeros loteamentos (RECHE, 2008, p. 54-55).

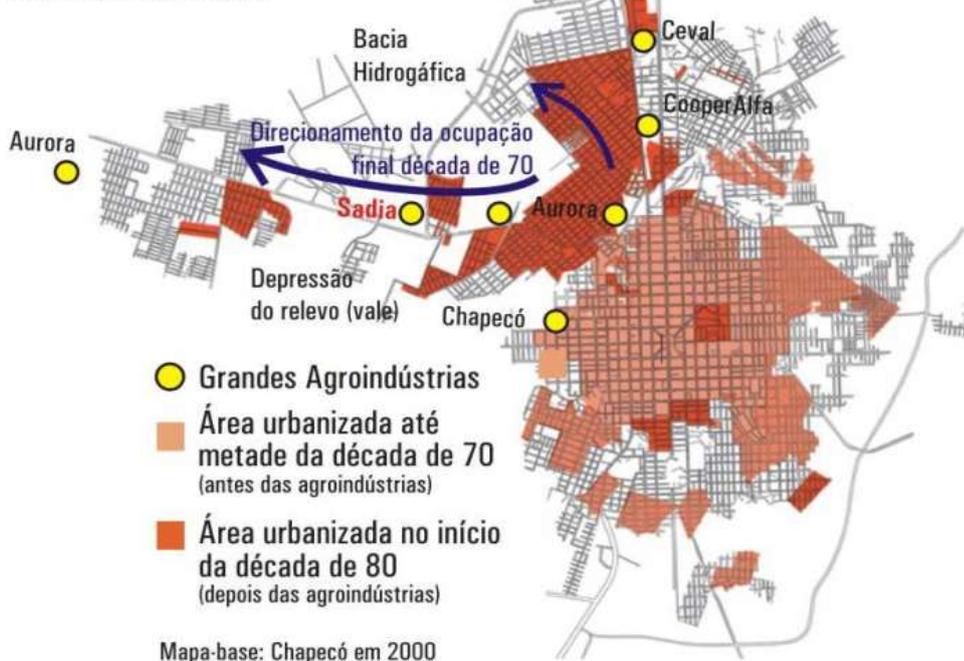
Com o aumento populacional, a transformação social aconteceu por meio “[...] dos proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes industriais; os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1989, p. 12). Em Chapecó, os promotores da urbanização foram a elite política e a econômica ligadas às famílias tradicionais, detentoras de grande parte do capital imobiliário, que proveram espaços para os grupos operários, excluindo-os da região central. Todos esses agentes atuam diretamente sobre a produção e direcionamento do espaço urbano para próximo das agroindústrias. Com a necessidade de novas moradias em decorrência do aumento populacional, a prefeitura municipal em parceria com a iniciativa privada procurou novos espaços para lotear. Na imagem posterior, destaca-se, em um primeiro plano, a urbanização de Chapecó que está ao redor do centro. Com a vinda das agroindústrias, de outras fábricas e a geração de empregos em muitos ramos da economia, a urbanização começou a deslocar-se predominantemente para as regiões noroeste e oeste, com loteamentos e moradias que atendessem as necessidades dos empregados das indústrias e agroindústrias.

IMAGEM 8 - MAPAS DE AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO E LOCALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS NA DÉCADA DE 1970.

AMPLIAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO EM DIREÇÃO ÀS AGROINDÚSTRIAS



ÁREAS URBANIZADAS ANTES E DEPOIS DAS INSTALAÇÕES DAS AGROINDÚSTRIAS



Fonte: PMC, imprensa local, elaborado por Daniella Reche.⁸ (RECHE, 2008, p. 56).

⁸ Imagens elaboradas por Reche: Ampliação do perímetro urbano da metade da década de 70 para o final da mesma década e localização agroindustrial em 1980. Áreas urbanizadas antes e depois das instalações das agroindústrias.

Em Chapecó, destaca-se a importância do papel direto do Estado nos Planos de Desenvolvimento Urbano, a partir da década de 1970. Os setores industriais e imobiliários induziram a administração municipal a tomar decisões para beneficiar seus interesses e planos de expansão dos seus negócios. Entretanto, os Planos de Desenvolvimento Municipal foram ações de intervenção do setor público a partir das regras do poder econômico, que necessitavam estar documentados, com normativas, indicativos e bases para, assim indicarem a regulamentação política-normativa da urbanização em Chapecó. Portanto, o Plano de Desenvolvimento Urbano teve, como base “[...], o crescimento urbano desmensurado que conhecíamos carecia de um controle e que o sistema de planejamento poderia exercer o papel regulador. [...]” (SOUZA, 2004, p. 119). Neste sentido, pode-se afirmar que o Plano Diretor de Chapecó é mais do que ações:

[...]. Ela é uma síntese que reunia em um único documento, as preocupações referentes aos elementos econômicos e sociais, a organização do espaço, os investimentos coletivos públicos e privados, o funcionamento dos serviços públicos e os próprios instrumentos das finanças públicas (SOUZA, 2004, p. 120).

Em Chapecó percebe-se que foram os Planos de Desenvolvimento Urbano da década de 1970 e a Lei de Zoneamento aprovada em 1980 que deram as diretrizes referenciais para a elaboração e execução do processo urbanístico, sobretudo, com os novos loteamentos, direcionados aos operários. Por estarem distantes do centro, os loteamentos foram considerados periféricos. Os Planos Diretores foram ações do Estado e este era um agente regulador da transformação do espaço, que agiu sobre os bairros operários, localizados em regiões longínquas do centro e, portanto, a ação do Estado esteve de modo geral com a seguinte atribuição:

[...]. A elaboração de leis e normas de zoneamento e código de obras, constitui outro atributo do Estado no que se refere a expansão urbana. E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual, enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aos que servem a população, que o Estado se torna o alvo de certas reivindicações de segmentos da população urbana (CORRÊA, 1989, p. 24).

Para atender as mudanças e as demandas das elites políticas, econômicas e imobiliárias das indústrias e dos agroindustriais, elaborou-se o Plano de Desenvolvimento Urbano de Chapecó: “Este Plano Urbano foi aprovado no dia 31 de dezembro de 1974 (Lei nº 068/1974), [...]”. O Plano baseou-se no Termo de Referência elaborado em 1972 pelo

SERFHAU” (RECHE, 2008, p. 79). O plano foi detalhado para atender a demanda urbana, provocada pela intensa industrialização e pelo rápido crescimento populacional, gerado pelas migrações de trabalhadores em busca de emprego. A sistemática adotada previa um levantamento da realidade e medidas para soluções em curto, médio e longo prazo.

Algumas diretrizes previstas no Plano Diretor já estavam sendo postas em prática com a localização da Sadia e, alguns anos mais tarde, de outras indústrias na região oeste de Chapecó. Também se sabe que a urbanização em Chapecó caminha por meio do processo exploratório da terra, que, em abundância, para ser explorada pelas imobiliárias na região oeste e, concomitantemente próximo às agroindústrias (RECHE, 2008). Com o Plano Diretor e a industrialização, percebe-se a tendência de expansão urbana para a região noroeste, na região do atual bairro São Cristóvão e da BR 280, que estão em direção à localização industrial, que privilegiava os eixos norte e oeste. A expansão deu-se através de loteamentos grandes, aprovados e habitados nas décadas de 1970 e 1980, como os bairros São Cristóvão, Engenheiro Braun e loteamentos na região do bairro EFAPI. A urbanização também tendeu a desenvolver-se rumo ao norte, porque:

[...], O processo intenso de industrialização se localizando a noroeste devido à proximidade do acesso à BR-282 em processo de asfaltamento; o início de um acelerado crescimento populacional devido ao processo migratório de trabalhadores em busca de empregos nas agroindústrias, se localizando em áreas periféricas de baixa renda ou em novos loteamentos abertos próximos às áreas industriais. A concentração de população na área central da cidade onde se localizavam a população de mais alta renda. [...] (RECHE, 2008, p.76).

Analisando as informações acima e tendo como referência a perspectiva de uma designação urbana em Chapecó, tem-se a lógica do modo tridimensional: leste e nordeste com a concentração dos extremamente pobres; ao Centro e bairros na circunferência, a classe com concentração de renda; e, na região norte, noroeste e oeste, a constituição de uma população pobre operária. Nesse formato, destaca-se a mudança da urbanização, que, até então, era a partir do centro e com a localização das agroindústrias no oeste, “começava a comprometer o padrão histórico de ocupação da cidade de forma concêntrica em volta da igreja, ou na direção das vias de acesso à cidade norte e sul, para direcionar-se à região nordeste” (RECHE, 2008, p. 75). Assim, os principais acessos à cidade não estão mais direcionados somente no sentido norte-sul e também leste-oeste.

O Plano Diretor de Chapecó de 1974 foi um importante mecanismo para direcionar os investimentos do Estado, a partir da política governamental nacional de modernização e

descentralização urbana e industrial. As cidades com potencial para desenvolver indústrias e tornarem-se “de médio porte” como o caso de Chapecó passaram a traíram muitas pessoas. Essa foi a lógica que “[...] os Planos Diretores, procuravam dar continuidade e ampliar a preocupação com os processos de gestão da cidade, elaborar planos, implantando sistemas de planejamento, de cadastros e de uma reforma administrativa e tributária” (SOUZA, 2004, p. 119). Percebe-se que o município, por meio do plano, teve os recursos para investimentos na abertura de ruas, alargamento de ruas e acessos, formando, assim, a base da malha urbana das décadas seguintes. Esse conjunto de ações favoreceu as transformações e melhorias urbanas básicas, por parte do poder público municipal.

O Plano Diretor de Chapecó de 1974 ainda previa vários benefícios para a população, como, por exemplo, os espaços públicos nos bairros. Estava previsto em cada bairro: “Uma área urbana (1,5 a 2 hectares), onde estariam localizadas áreas verdes (praças), escola e, em alguns casos, o centro comunitário, criando centros de bairro, sendo estes distribuídos nos bairros periféricos” (RECHE, 2008, p. 89). O cuidado em garantir os espaços públicos e, assim, ter áreas verdes, em que se destaca o tema da importância da urbanização: o cuidado com a ecologia, a preservação da natureza e bem-estar da população. Essas áreas estariam interligadas por parques lineares criados nas margens dos rios e córregos da cidade. Também se cogitava a possibilidade de terem ciclovias por meio das áreas verdes, facilitando a mobilidade (RECHE, 2008).

Por meio dos planos de Zoneamento, previam-se, em Chapecó, medidas que, na prática, nunca foram executadas, como os benefícios para a população acima citada e outros, como a divisão dos espaços urbanos da cidade em: “[...] áreas de habitar (Zonas Residenciais), as áreas de consumir (Zona Central), as áreas de produzir e trabalhar (Zonas Industriais), e as áreas de lazer (parques e praças distribuídas equilibradamente pela cidade)” (RECHE, 2008, p. 94). Essas ‘ações’ levaram a cidade de Chapecó ao ‘mito’ de cidade planejada e perfeita em termos de equilíbrio. Recordar-se que a grande maioria dessas ações de equilíbrio social não foi executada e seus recursos foram direcionados a melhorias, que favorecessem as indústrias e o ramo imobiliário. Portanto: “Essas características não consideraram as desigualdades e conflitos urbanos, que se evidenciava no espaço. Sobretudo as relacionadas à desigualdade social causada pela implantação das agroindústrias e a chegada da população de baixa renda” (RECHE, 2008, p. 94). É importante destacar que a população foi atraída pela esperança de trabalho, serviços e mão de obra nas indústrias, por meio de seu dinamismo agroindustrial e não pela cidade ideal que se pretendia projetar em Chapecó. A

dinâmica econômica construiu-se com os elementos que lhe são próprios: homens, empresas, instituições, atividades agrícolas e industriais. A cidade produziu seu cotidiano com elementos locais, que os obrigaram a adequarem-se na estrutura que foi comandada pelos agentes globais. Esses elementos manifestam-se pelo espaço e pelas transformações do local. Por isso:

O princípio da diferenciação entre os lugares, dentro de uma mesma formação social, é dado, sobretudo, pela força de inércia representada pelas heranças do passado, a começar pelo espaço construído, que acaba por ser um dado local, e pelos elementos de transformação, representados por uma divisão do trabalho que transcende os limites locais (SANTOS, 2009, p. 126).

Em Chapecó, por meio do conjunto de diretrizes, que agiu de modo imparcial na transformação urbana, destaca-se, pelo fato de ser de caráter facultativo em diversos pontos, como a principal razão para a não efetivação plena de muitos pontos que estavam no Plano Diretor (RECHE, 2008). O que facilitou a expansão da cidade a partir dos interesses econômicos e “essa ausência de plano futuro para a expansão da cidade, [...], que acabou permitindo que o capital imobiliário decidisse, através da pressão sobre o Estado para alteração da lei, para onde a cidade cresceria” (RECHE, 2008, p. 97).

O capital imobiliário influenciou para a alteração da lei de 1974, que, assim permitiu englobar a região oeste da cidade como espaço para urbanizar, com a “Lei de 1977, fez a desobriga do loteador de diversas exigências para a aprovação de loteamentos, principalmente quanto à infraestrutura básica, permitiu que a cidade se expandisse desmedidamente em loteamentos deslocados da malha urbana, [...]” (RECHE, 2008, p. 101). O compromisso do governo municipal com as indústrias e as imobiliárias foram claros, analisando o interesse da vinda de mais migrantes, para garantia de mão de obra. Assim, o Plano Diretor de 1977 e as Diretrizes urbanas estavam condizendo com os interesses imobiliários e industriais, pois “essas ações terão repercussão na região oeste da cidade, que de acordo com o Plano de 1974 não deveria ser ocupada. Que passou a ser legal com a alteração de 1977, com loteamentos em diversas áreas sem o mínimo de infraestrutura, “abrigando” população de migrantes trabalhadores a habitar” (RECHE, 2008, p. 103). Essas leis foram substituídas pelas leis de zoneamento de 1980.

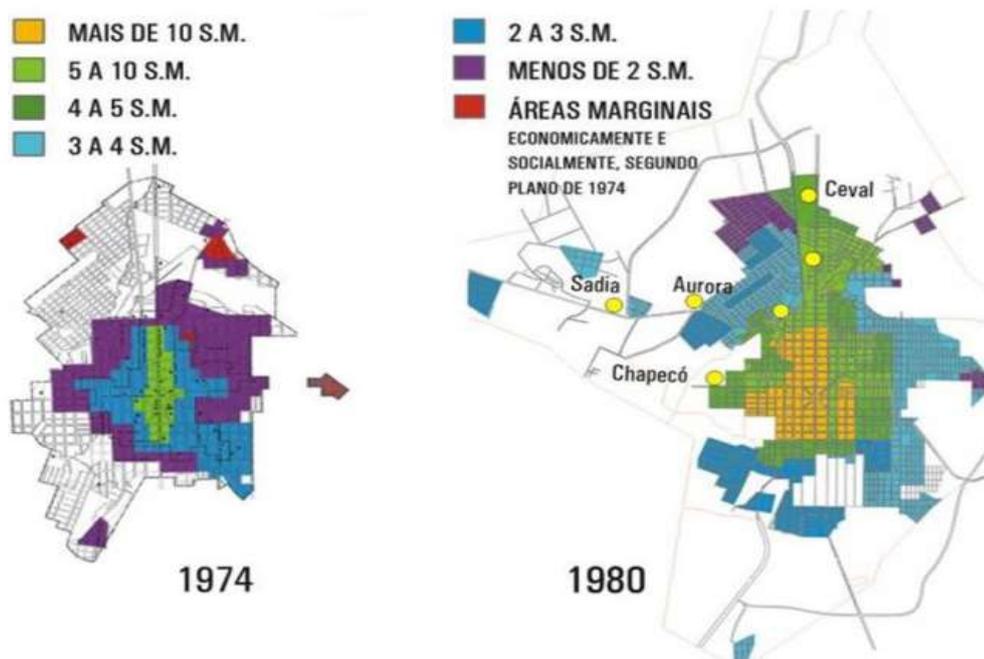
A Lei de Zoneamento de 1980 foi aprovada através da Lei nº 71 de 18 de setembro de 1980, acompanhada da aprovação da Lei dos Loteamentos e da Lei de Obras e Arquitetura. Essas revogam integralmente o Plano de Desenvolvimento Urbano de 1974. Das quatro legislações que substituíam o Plano, apenas a lei de Zoneamento, que tratava das normas de uso e intensidade de ocupação do solo urbano, apresentava alterações significativas

da anterior [...]. As demais possuíam alterações pouco significativas para a estruturação do espaço urbano (RECHE, 2008, p. 109).

Com a Lei de Zoneamento de 1980, acompanhada das outras leis elaboradas pela administração municipal, percebe-se que as regras de expansão continuavam favorecendo o crescimento urbano sem regramento e de modo desmensurado. Nota-se a atuação de diversas forças políticas e econômicas no processo de urbanização. Essas “forças que atuam ao longo do tempo e que permitem localizações, re-localizações, permanência das atividades e população sobre o espaço urbano são determinadas pelos agentes que modelam e organizam o espaço [...]” (CORRÊA, 1997, p. 122). Assim sendo, Chapecó continuou com um alto índice de migrantes e estimulou a criação de loteamentos. Os investimentos urbanos não eram aplicados nos novos bairros de modo igualitário com o centro e seus arredores, porque “o município recebia massivos investimentos federais, estaduais para obras urbanas de embelezamento e modernização do centro da cidade, objetivando criar a imagem de uma cidade atrativa para investimentos externos, principalmente industriais” (RECHE, 2017, p. 54). As predominantes forças da administração municipal estavam ancoradas pelas indústrias e pelas imobiliárias, que adotaram o discurso da grandeza e magnitude da cidade de Chapecó. Nesse discurso, escondeu-se a verdade, que não correspondia para a realidade urbana da grande maioria da população. No discurso da administração municipal, essa população era um número positivo, pois refletia o ‘avanço’ urbano, mas, na realidade social, era um problema grave que foi encoberto pela ideologia do ‘progresso’ (RECHE, 2017).

Nas décadas de 1970 e 1980, constata-se o crescimento urbano, com novos espaços urbanizados, com loteamentos periféricos e carentes de infraestrutura. Esses espaços atraíram os migrantes, com baixa renda, para tornarem-se bairros operários. Também se percebe que a população com menor renda continuou nas regiões leste, nordeste e parte do norte (São Pedro, Curtume, Favela da COHAB e Vila Real). Já na região oeste, os pontos de extrema pobreza são menores, por abrigarem os operários das indústrias que tiveram renda mínima com o emprego assalariado. Na imagem que está na sequência, demonstra-se claramente que existiram espaços de maior pobreza e vulnerabilidade social.

IMAGEM 9 - MAPA COMPARATIVO DE RENDA DA POPULAÇÃO DE CHAPECÓ.



Fonte: (RECHE, 2017, p. 55).

Junto com a Lei de Zoneamento, que foi aprovada para ancorar os interesses da elite dominante, tem-se a partir de 1980, mais uma grande mudança no modo de produção ‘agr-rural’ de animais, por meio do modelo de ‘integração’, que foi substituindo o modelo de ‘parceria’, com “a intensificação da integração normal dos produtores familiares de suínos, através das exigências de mudanças nas formas de produção e comercialização de suínos e aves” (ALBA, 2001, p. 311). O modelo de ‘integração’ acabou com a pouca autonomia dos produtores rurais, dando fim à produção em pequena escala e consolidou o mando do agronegócio no campo. Portanto, com a integração e a consolidação do capital industrial, o desenvolvimento econômico da região oeste de Santa Catarina passou a ser conduzido pelas médias e grandes empresas do setor alimentício, como Perdigão, Sadia, Chapecó, Aurora, Seara, dentre outros (BAVARESCO, 2018). Observa-se que as agroindústrias de caráter familiar foram compradas ou aglomeradas como o caso da Aurora. Fruto desse processo foi que “[...] a localização histórica regional permite dizer e analisar Chapecó, e oeste catarinense na perspectiva a que se refere Elias (2007a; 2007b), tratando esta região como uma região do agronegócio, neste caso de carnes de aves e de suínos. [...]” (ALBA; MAIA; SANTOS; OTSUSCHI; VILLELA, 2015, p. 48). A nova conjuntura agroindustrial, a partir de 1980, foi concentrando a produção de suínos e aves em um menor número de produtores, trouxe um novo impulso migratório. Dessa forma, houve concentração das propriedades, do número de

aviários e chiqueirões, com incremento de tecnologia e aumento numérico de animais em uma mesma propriedade rural (BAVARESCO, 2005). A consequência disso foi a saída de mais pessoas do campo para a cidade, pois nem todos podiam acompanhar as inovações tecnológicas e numéricas do agronegócio. Outros tiveram que vender suas propriedades, pois adquiriram dívidas, que foram feitas com empréstimos para investir na propriedade e atender as exigências da tendência agroindustrial (BAVARESCO, 2005).

A modernização e a industrialização do campo atingiram a paisagem rural, visto que “a industrialização do campo afetou também a paisagem agrária, diminuindo a presença dos diversos estágios de capoeiras, eliminando o habitat rural concentrado, quando este ocorria, criando uma paisagem vazia de homens” (CORRÊA, 2011, p. 9). A diminuição populacional no campo, se comparada com a cidade, entende-se como redução demográfica entre o percentual de pessoas morando no campo e nos espaços urbanos. A presença da monocultura, sobretudo da soja, milho e trigo, é marcante na região oeste e causou mudanças na produção agrícola que impactou na reconfiguração das paisagens do campo. Nos espaços que possuíam áreas de aclive, constatou-se a predominância da monocultura das matas plantadas de pinus e eucalipto. Percebeu-se a existência de uma relação direta entre a concentração das áreas cultivadas de lavouras e a redução das áreas de pastagens com a ampliação das áreas agricultáveis. O Oeste demonstrou suas particularidades, pois, atualmente “[...], as mudanças na agricultura estão na redução da área ocupada com lavouras, [...]. Parte das áreas de milho e feijão, passaram a ser utilizadas para o plantio de soja; [...], enquanto o restante simplesmente deixou-se de ser utilizado para a produção de grãos” (MARCONDES, 2016, p. 18). Expresso em outros termos, houve uma reconfiguração do cultivo no campo, em conjunto com uma pequena parte da área que deixou de ser cultivada com grãos, por ter aclive que não permitia o uso de máquinas. Na região oeste, o relevo é de microrregiões com forte índice de aclives e, por isso, sofreu uma mudança considerável na produção nas últimas décadas. Segundo o IBGE (2006): “Além das variações entre os produtos, [...]. O que mais chama a atenção é o grande decréscimo de área agricultável na região Oeste e a expansão da área plantada nas regiões Norte e Serrana, [...]” (MARCONDES, 2016, p. 19).

Fruto desse movimento rural, o espaço urbano modificou-se em Chapecó. Constata-se que houve mudanças das paisagens nos espaços rurais e nos arredores da malha urbana de Chapecó. Muitas áreas verdes ou de cultivo agrícola foram se transformando e, aos poucos, deram lugar aos loteamentos e, conseqüentemente, deixaram de ser rurais. A experiência do vivido pelos migrantes na zona rural e nas pequenas cidades esteve presente, quando

migraram para a cidade de Chapecó. As mudanças sociais e a vida cotidiana dos migrantes provindos de pequenos centros urbanos e da zona rural gestaram, de formas diversas, os novos moradores da zona urbana. Chapecó foi um exemplo dessa diferenciação e transformação, porque os migrantes não tinham mais seus vínculos entre a vizinhança. Formaram outros vínculos relacionados ao trabalho, que girava em torno da prestação de serviços ou nas atividades relacionadas às indústrias e agroindústrias. Muitos dos agentes de transformação urbana de Chapecó tinham gerado ações e consequências. “[...], concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 1989, p. 45). A contradição aconteceu entre os migrantes vindos de pequenas cidades, com a população já estabelecida, com boa renda e a população extremamente pobre. Mesmo com a contradição, Chapecó, na década de 1980 e na seguinte, continuou sendo um local de atração de migrantes. Cresceu economicamente ofertando mão de obra assalariada em diversos setores empregatícios, sendo que as agroindústrias eram consideradas a alavanca do desenvolvimento econômico, que trazia, no reboque, uma série de indústrias, em diversos ramos e empresas prestadoras de serviços, que, em conjunto, determinaram a estrutura do espaço urbano de Chapecó (ALBA, 2002).

Assim, percebe-se que o crescimento urbano da cidade esteve baseado no projeto de urbanização e concentração populacional. “Entretanto, [...], a Lei de Zoneamento de 1980, assegurou, através do espaço urbano, a viabilização do sucesso agroindustrial e também a segregação da sua população proprietária” (RECHE, 2017, 58). A cidade de Chapecó ficou organizada por setores diferenciados por classe. Essa segregação ocorreu em 20 anos, com dezenas de novos loteamentos, bairros e realocamentos populacionais no espaço urbano de Chapecó. Portanto, se forem considerados os loteamentos aprovados no período de 1970 a 1990, que são 99, nos três anos (1977 a 1980) em que foram reduzidas as exigências para a abertura de novas áreas urbanas, foram aprovados 33% dos loteamentos do período de 20 anos (RECHE, 2008).

O Plano Diretor Físico Territorial, aprovado pela Lei complementar nº 4, de 31 de maio de 1990, promoveu algumas inovações. Manteve a cidade de Chapecó dividida por Zonas, porém ampliadas para 19 Zonas, incluindo a Zona Militar e a Zona Industrial. Foram apresentados os códigos de diretrizes urbanísticas, posturas, relativos ao meio ambiente, parcelamento do solo urbano, sistema viário, zoneamento e código de obras, assim descrito no Plano Diretor 1990: “áreas destinadas a sistema de circulação, à implantação de equipamentos

urbanos e comunitários, bem como a espaços livres e uso público, devem ser proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba e devem ser cedidas à Prefeitura Municipal”. Desse modo, garantiu-se uma série de melhorias no tangente aos espaços para a instalação de serviços públicos, espaços para calçadas e as vias de circulação.

Nesse período, Chapecó chegou a 123 mil habitantes, segundo os dados do IBGE, e a ampliação do espaço fez-se necessária por meio de novos loteamentos. A municipalidade de Chapecó oficializou mais 40 novos loteamentos, ampliando ainda mais o perímetro urbano da cidade (Zeni, 2007). O plano descrevia que os lotes populares teriam metragem mínima de 200m² e os demais lotes acima de 360m².

Na década de 1990, constata-se a diminuição de áreas não consolidadas, dando a impressão da necessidade de novos espaços para a urbanização. A partir daquele momento, novos espaços urbanos efetivaram-se em torno do Lajeado São José, local onde é captada a água. Ainda sobre o espaço urbano no mesmo período, tem-se os fatores mais importantes no ambiente urbano que foram os impactos ambientais juntos às bacias hidrográficas, “que estão associados, a retirada da vegetação e o fim traçado de ruas em forma de tabuleiros, causando assoreamento de sedimentos, canalização dos córregos centrais, soterramento das nascentes e cursos d’água através do movimento do solo” (ZENI, 2007, p. 40). Assim, constata-se que o Plano Diretor acabou por acentuar a segregação socioespacial já conhecida em diversas cidades, impulsionando a valorização central e desconsiderando regiões periféricas da cidade, sendo que as normativas não disponibilizavam o acesso para classes populares em regiões urbanizadas. Essa segregação foi induzida pelo mercado imobiliário, pela constituição de loteamentos e Zoneamentos de acordo com a condição social (GIACOMINI, 2017).

Portanto, para entender o processo que ocasionou o grande crescimento urbano de Chapecó, a partir de 1970, é necessário conhecer os detalhes da história, para poder identificar os principais agentes históricos responsáveis pela formação do espaço. A organização é fruto dos diversos processos de modernização da agricultura, agenda de progresso, agroindustrialização e migração, tendo a segregação social de carências e espacial como marcos, com muitos espaços periféricos, de pobreza e de falta de infraestrutura, tanto que “a cidade é um reflexo da sociedade e o resultado deste processo se materializa. No caso de Chapecó se manifesta contemporaneamente como um espaço dividido e desigual. Um espaço multifacetado que apresenta grande desigualdade, [...]” (CANCELIER; CHASQUI; ZANON; MENEZES, 2015, p. 719). Essa desigualdade social dá ênfase para a formação dos espaços urbanos periféricos em duplo sentido: distante e pobre.

2.2 A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS

A formação dos espaços periféricos é constituída por loteamentos e bairros pobres em diversos locais mais distantes do centro de Chapecó. Entende-se, nesse caso, como periferia, a definição de Corrêa (1986, p. 70), como sendo “[...] aquela área da cidade que em termos de localização situa-se nos arredores do espaço urbano. Trata-se de uma faixa periférica que, a cada momento que se considera, se inclui”. Todo o processo de pobreza dos espaços urbanos aconteceu por meio do processo de segregação urbana que pode ser entendida, “[...] num primeiro sentido, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também é de hierarquia” (CASTELLS, 2006, p. 250). Entre os diversos espaços urbanos segregados de carência e apartação, destaca-se a constituição e a formação do bairro São Pedro, a partir da expropriação dos pobres do bairro da Lagoa e do centro. Também serão abordadas algumas características da formação urbana das regiões oeste e norte de Chapecó, como espaços que habitam muitos operários. Por fim, será contextualizada historicamente a exclusão e segregação social de diversos grupos, entre os quais os caboclos e seus descendentes que não estão inclusos no projeto colonizador e urbano. Entretanto, pode-se perceber que a segregação social já excluía os pobres e os grupos sociais que não colaboravam com o projeto econômico de expansão da ‘cidade das flores’ ou ‘cidade das rosas’⁹, promovida pela elite com o objetivo de valorizar economicamente o centro e os bairros nos arredores do centro de Chapecó.

Para entender o processo de exclusão que foi constituído no modelo de urbanização e formação dos espaços contraditórios de Chapecó, que demonstra que os caboclos que habitavam a região foram excluídos, a partir do processo migratório de descendentes de europeus, pois “[...], o projeto colonizador da região de Chapecó, por exemplo, tratava os caboclos e índios como ‘intrusos’. Para essa população que foi expropriada das terras, o trabalho assalariado nas madeireiras (como serradores ou balseiros), passou a ser a alternativa. [...]” (ANTUNES, 2015, p. 177-178). Os caboclos foram obrigados a retirar-se para as regiões ribeirinhas, nas encostas de rios e morros ou a migrarem: “[...] Porque estavam-lhes destinadas às áreas ainda não concorridas no sertão, o chamado *Paraná*, no qual muitos de

9 O termo “cidade das flores” ou subentendida como “cidade das rosas” foi instituído pela administração municipal de Chapecó em 1973, referindo-se à beleza da cidade. Segundo Wagner (2005, p. 207), “se referindo ao brasão da bandeira em três lances: o nascimento da história de Chapecó; sua razão de ser como município e a sua afirmação futura, tudo num carinhoso abraço de rosas, surgindo com o poder público que instituiu o slogan “Cidades das Rosas” para Chapecó”.

seus troncos encontram-se extraviados” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 141). A retirada deles não aconteceu de forma pacífica e harmoniosa. Tanto que “algumas retiradas foram bruscas, com força policial ou de asseclas das empresas, outras com situação de constrangimento até obter a saída, não os incluindo no rol dos compradores de terras. [...]” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 141). Entretanto, muitos caboclos, segundo Moreira (2019), completavam sua renda como diaristas. Outros começaram a trabalhar como empregados nas serrarias, conforme Bavaresco (2005). Esses caboclos ‘empregados’ nas serrarias tinham recebimentos financeiros irrisórios e aos poucos foram sendo excluídos de seu espaço habitual. “A própria dinâmica de ocupação do Oeste catarinense, resultou da expropriação dos caboclos e indígenas que estabelecidos, perderam a terra e voltaram-se ao trabalho assalariado que a cidade poderia oferecer” (RENK, 1995, p. 13).

Com o lento declínio da exploração da madeira, esses rurais caboclos, madeireiros e balseiros, obrigaram-se a migrar para espaços urbanos, formando, em Chapecó, os pequenos ‘bolsões de pobres’ nos espaços suburbanos aos arredores da cidade (BAVARESCO, 2005). Eles foram constituindo, ao longo de três décadas, um conjunto de barracos de madeira, denominado de bairro da Lagoa. De acordo com Reche (2008), o bairro da Lagoa estava localizado na baixada do bairro Maria Goretti, hoje parte do atual bairro Presidente Médici, nas proximidades do centro, cerca de 300 metros da Avenida Getúlio Vargas. O nome do bairro deriva do fato de, nas cercanias, existir uma lagoa, sendo o local também conhecido pejorativamente de ‘Vila Sapo’. Os habitantes do bairro da Lagoa eram desprovidos de bens materiais, extremamente pobres, frutos da desigualdade e exclusão social. Sabe-se que “as territorialidades caboclas, [...], não são constituídas do mosaico étnico que constrói Chapecó. A condição de minoria social reservou-lhes espaços subalternizados, quando não exotizados nas narrativas e representações sociais. [...]” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 155). Assim, tem-se o princípio de um espaço urbano de pobreza, ocupado por grupos que foram excluídos do acesso a terra, dos bens materiais, das benesses da colonização e do trabalho digno no espaço urbano. Como consequência, teve-se o início da segregação social e expansão da pobreza em Chapecó, que “[...], atua como um mecanismo para potencializar a inclusão ou acentuar a exclusão social dependendo da localização onde se está, onde as dificuldades e as oportunidades estão distribuídas de modo desigual” (NASCIMENTO, 2017, p. 108). Constata-se que pessoas foram desapropriadas de seus espaços e “historicamente se verificaram processos de remoção, tanto das áreas centrais, dos denominados ‘bolsões de pobreza’ como de áreas de pouco ou nada urbanizados, [...]” (ANTUNES, 2017, p. 177).

No contexto desenvolvimentista de Chapecó, a partir da década de 60, a cidade começou a receber pobres realocados de diversos espaços, denominados de ‘intrusos’, pois eles não eram bem-vindos à cidade. Esses ‘intrusos’ eram, em sua maioria, provenientes da região e a predominância era de descendentes de caboclos. Ernesto Pasqualli destaca, em seu depoimento, “que no perímetro urbano de Chapecó, surgem muitas famílias de ‘intrusos’ se estabelecendo ao seu redor, formando cinturões de barracos. [...]” (GOMES, 1998, p. 27). A população do principal espaço de pobreza formado em Chapecó tinha uma desqualificação social e sua vinda à cidade era reprovada pela elite econômica. Percebe-se que os pobres não estavam inclusos no projeto de atração de novas pessoas para Chapecó, que “é conhecida como uma “cidade planejada”, pois suas diretrizes aparecem especialmente em seu centro e nos bairros que o circulam e se materializa principalmente pelo seu desenho no formato de “tabuleiro de xadrez” de suas ruas. [...]” (ANTUNES, 2017, p. 178). O ramo imobiliário comandado pela empresa da família Bertaso tinha o interesse de lotear os espaços que estão ao redor do centro. O interesse imobiliário pelo espaço do bairro da Lagoa já provém da década de 1960 (RECHE, 2008). Porém, o espaço do bairro da Lagoa só foi loteado totalmente no ano de 1979 e incorporado ao bairro Presidente Médici. Atualmente, é parte de um bairro de classe média e localizado do centro em direção a leste.

Com a necessidade de continuar o projeto ideológico de cidade planejada, a ‘cidade das rosas’ realizou a ‘limpeza urbana’ a partir dos interesses da elite econômica e imobiliária, tendo a realocação da população e a destruição dos barracos no bairro da Lagoa. Além do espaço dos pobres ampliar-se, a tendência de surgir outras aglomerações de pobreza era dada como certa por causa das migrações e “[...] o elevado fluxo migratório para Chapecó neste período provocou também um processo de descoordenação do espaço, sobretudo no que diz respeito à ocupação de áreas irregulares” (WOLFF, 2008, p. 173). Os pobres considerados ‘intrusos’ não embelezavam a cidade, que, de acordo com os interesses da “Empresa Bertaso, que procurou impedir a vinda de intrusos e cercou os intrusos para evitar que Chapecó se tornasse uma grande favela” (GOMES, 1998, p. 27). Assim, o projeto urbano e ideológico era de uma cidade de progresso, com um povo ‘ordeiro e trabalhador’, que se punha em marcha a partir de 1960 e, sobretudo, nas décadas seguintes.

Nesse contexto, deu-se a criação do bairro São Pedro e seus habitantes são “[...], oriundos de uma política de ‘limpeza urbana’ e que culminou com o surgimento de um loteamento no início dos anos 60, criado com o intuito de concentrar a população mais pobre da cidade nesse lugar” (ANTUNES, 2017, p. 178). O despejo da população pobre do centro e

seus arredores que foram “[...] expropriados e eram retirados da região urbana e levados para uma área de terra a cerca de três quilômetros da cidade, que mais tarde passaria a ser loteado em definitivo, um espaço destinado a massa sobranete da sociedade Chapecoense” (GOMES, 1998, p. 31). Esse local passou a ser “o espaço periférico dos pobres e não era “considerada parte da cidade”, mesmo estando somente a três quilômetros do centro de Chapecó” (GOMES, 1998, p. 31). Esconder a pobreza da cidade, em uma baixada, era para justificar que Chapecó foi uma cidade projetada, bela e próspera e seu nome, enfim, referir-se às flores de um belo jardim.

Com a criação do bairro São Pedro, as famílias foram transportadas e realocadas por caminhões caçambas, sendo despejadas no referido espaço em condições de extrema pobreza e ausência de infraestrutura. Sabe-se que “quando Sadi De Marco era prefeito, a empresa Bertaso despejou cerca de 60 famílias, que foram morar em ranchinhos de tabuinha, palha de babaçu, sapé, latas de azeite, querosene, papelão e algumas poucas cobertas de lona. Apenas duas ou três casas tinham telha” (GOMES, 1998, p. 31). Quanto ao número de famílias e moradores não se pode precisar quantos, pois, o número de expropriados aumentou significativamente em poucos anos. Conforme Gomes (1998, p. 32), “cerca de 200 famílias foram despejadas no local em 1969”. Esse número cresceu grandiosamente na década de 1970 e as dificuldades mais corriqueiras remetem à falta de água encanada, posto de saúde, educação, saneamento, luz, transporte e outros direitos que foram negados a essa massa sobranete. O ‘projeto’ de desapropriação e exclusão social aconteceu com o aval do poder público e o acesso ao local era por uma trilha em meio à mata e pasto.

[...] estas populações pobres foram despejadas pela colonizadora (com anuência do poder público) para uma área isolada da malha urbana, ligada a esta apenas por trilhas, situada a cerca de três quilômetros a leste do perímetro urbano, local que no final da década de 1960 viria a ser denominado Linha São Roque (embora fosse chamado de bairro São Pedro por seus moradores, por ser o santo de devoção popular) (NASCIMENTO, 2017, p. 114).

A colonizadora Bertaso no ano de 1969 passou a comercializar, no São Pedro, pequenos terrenos de 150m², para serem pagos em até cinco anos. Desse modo, os pobres já possuíam seu local demarcado. “A partir daí, todo expropriado que chegasse à cidade era colocado no loteamento São Pedro” (HASS; ALDANA; BADALOTTI, 2010, p. 64).

Enfim, o loteamento Santo Antônio passou a ser oficialmente o bairro São Pedro em 1980. Ali se encontrava o retrato do realocamento dos pobres e da crescente pobreza provinda

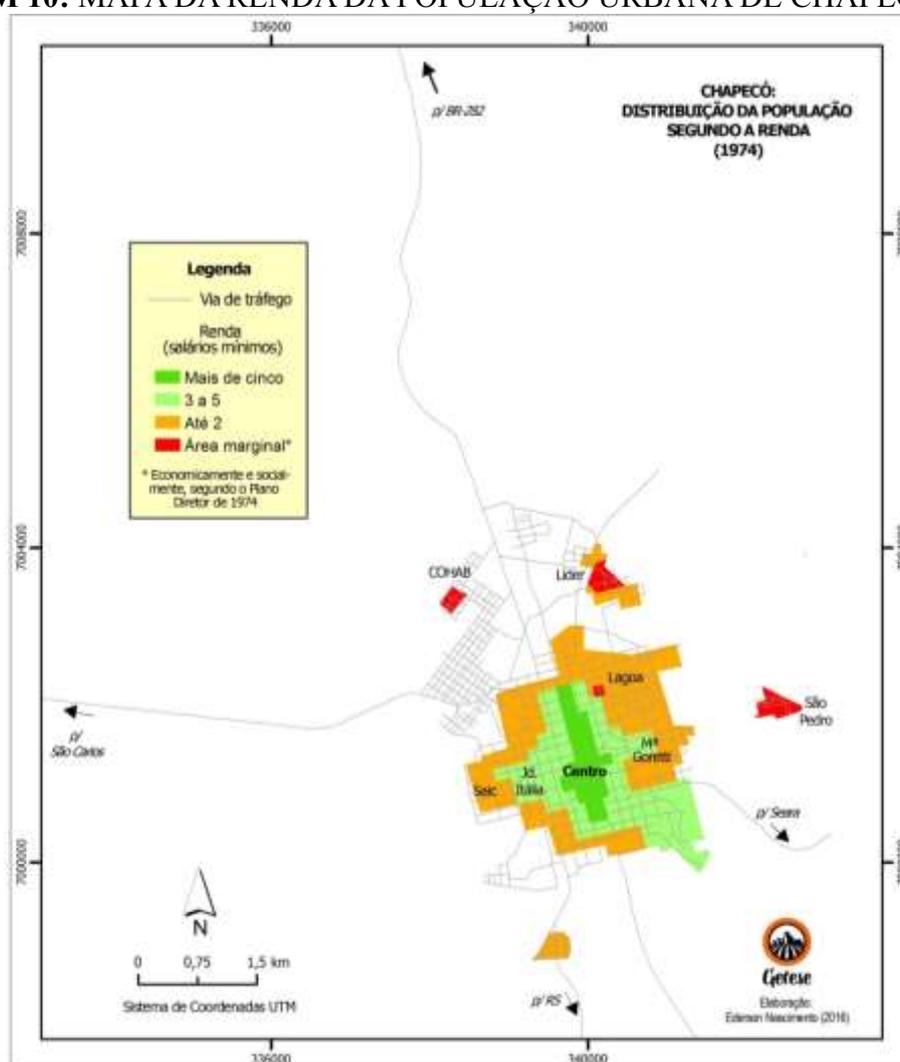
do grande fluxo migratório, da crise econômica do campo e da população empobrecendo, que se concentrou em alguns espaços. Essa pobreza foi um grande desafio para a cidade de Chapecó, visto que o contraste da cidade das rosas estava demonstrado, pois “houve um crescimento acelerado da pobreza, que mesmo com todo o assistencialismo prestado, não foi possível suplantar. [...], e as condições de vida dos pobres se agravavam cada vez mais, aumentando o contraste com a “cidade das rosas”” (PAIM, 2005, p. 23-24).

Outro ponto a ser considerado é que “o local denominado bairro São Pedro fica muito próximo ao centro espacialmente. Mas que na época, o próprio relevo (a baixada), que antecede o bairro ajudava a ‘ocultar’ a massa de pobres para os visitantes e novos moradores da cidade” (ANTUNES, 2015, p. 84). Percebe-se que a questão geográfica, com as baixadas ou proximidades de córregos com matas tem a função de esconder os pobres junto aos migrantes operários e pessoas de posses, que eram considerados dignos de residir em Chapecó. O Plano Diretor de 1974 foi mais uma ação macro pensada pelo governo municipal na ótica desenvolvimentista nacional, de progresso da cidade e de um projeto de urbanização em vista do capital econômico, em que se constata que se “[...] trata de uma “segregação programada” no dizer de Lefebvre (2001), processo em que se impõe, através da ação direta do Estado, um ordenamento espacial voltado aos interesses das classes dominantes” (NASCIMENTO, 2017, p. 115). A população de alta renda estava no centro, já os pobres estavam em seu contorno e “[...] concentravam-se predominantemente no núcleo central da cidade, numa área alongada no sentido norte-sul entre as atuais avenidas Nereu Ramos e Getúlio Vargas, limitada pelas ruas Rio de Janeiro a norte e Lauro Müller a sul” (NASCIMENTO, 2017, p. 117). Redesenhar o espaço urbano de Chapecó era um desafio, tendo presente o centro e os bairros ao redor. Foi importante para supervalorizar a questão imobiliária, com investimentos do projeto CURA, pois essa região já se concentrava na mão da elite chapecoense: “Em termos de implantação de infraestrutura urbana fez-se importante destacar o plano CURA, [...]. Essa ação estruturou e valorizou consideravelmente alguns bairros de elite (Jardim Itália, Maria Goretti e parte do Santa Maria), em contraposição aos demais. [...]” (FUJITA, 2008, p. 158).

A região central recebeu maciços investimentos na infraestrutura e as áreas com pouca infraestrutura apenas serviram para atender a demanda da classe operária ou pobre. O Plano de ações de 1974 organizou algumas iniciativas de incorporação de espaços periféricos, com a criação de conjuntos habitacionais. Uma iniciativa foi o “[...] conjunto habitacional da COHAB, situado no limite da área urbana legal, é correntemente designado como a “favela da

COHAB”. A condição socioeconômica da grande maioria de seus habitantes está efetivamente marginalizada. [...]” (Chapecó, Plano Diretor 1974, p. 205). Observa-se a existência de projetos de moradias popular, por meio da COHAB, embora insuficientes. Esse local estava geograficamente em oposição aos locais de extrema pobreza, que estão localizados a leste. O Conjunto Habitacional conhecido como a ‘Favela da COHAB’, que está localizado na região noroeste, próximo onde existe, atualmente, a instalação das agroindústrias e dos bairros de predominância da população operária, o qual será tratada mais adiante. Na imagem seguinte, tem-se o desenho da condição econômica e social de Chapecó da década de 1970, com três pontos de grande pobreza, destacados em vermelho.

IMAGEM 10: MAPA DA RENDA DA POPULAÇÃO URBANA DE CHAPECÓ (1974).



FONTE: Elaborado por Ederson Nascimento em 2016¹⁰, (NASCIMENTO, 2017, p. 119).

10 Fontes: SERFHAU (1972); Chapecó (1974); Reche (2008); Diretoria de Serviço Geográfico – Folha SG.22-Y-C-III-2, escala 1:50.000 (1979). Elaboração: Ederson Nascimento (2016).

Na imagem, verifica-se que a região leste é marginalizada pelo bairro São Pedro, por desprezo urbano propriamente dito, manifesta-se essa realidade também em outros bairros periféricos, como “o ‘Curtume Imperial’, localizado na região nordeste e o Líder ao norte. [...] O Bairro São Pedro, também conhecido como “Quadro dos Pobres”, é atualmente o bairro mais a margem da cidade. [...]” (Chapecó, Plano Diretor 1974, p. 207). A tendência da segregação social em Chapecó é histórica, desde a vinda dos caboclos e pobres para o espaço urbano da cidade. Ainda se identifica o bairro da Lagoa, que estava em processo de remoção em 1974, porque, durante mais de 10 anos, após cada remoção de pessoas do bairro da Lagoa, novos ‘intrusos’ ocupavam o local (ANTUNES, 2015), tanto que o terreno do bairro da Lagoa só foi loteado e incorporado definitivamente na malha urbana de Chapecó como parte do bairro Presidente Médici no final da década de 1970.

Outra característica do espaço urbano de Chapecó é a tendência a redistribuir-se por zonas sociais, com bairros economicamente opostos entre ricos, operários e pobres (PERTILE, 2018). Tanto que a população pobre quando conseguia trabalho, que dava garantia de uma renda mínima fixa, mudava do bairro de periferia, para algum espaço urbano de caráter operário e, na “[...] medida que são incorporados no mercado de trabalho urbano pulveriza-se a população imiscuindo-se noutros bairros que ganham o caráter de bairros de trabalhadores” (RENK; CONFORTIN, 2017, p. 145).

A partir da década de 1970 e seguinte, acentuou-se a migração rural-urbana e urbana-urbana, havendo, assim, a necessidade de novos loteamentos urbanos em Chapecó. Dessa forma, “a migração para a cidade seguiu em ritmo acelerado após a implantação das indústrias, criando uma grande demanda por habitação popular, demanda esta que não era equacionada pelo poder público” (NASCIMENTO, 2017, p. 120). Esse contexto favoreceu a criação de loteamentos clandestinos, que passaram a ser considerados os bairros de operários na medida em que foram sendo regularizados pela prefeitura. Muitos deles estavam localizados nas proximidades das indústrias. “[...], especialmente nas porções noroeste (bairros Aeroporto e Industrial, atuais São Cristóvão e Bela Vista respectivamente) e oeste da cidade (bairro da EFAPI), em sua maioria, em princípio separada da malha urbana contínua” (NASCIMENTO, 2017, p. 120).

Antes de localizar os loteamentos e bairros, é importante salientar que cada espaço urbano possui suas características próprias e a dinâmica de vida imposta em cada local é particular. A segregação social tem o papel de controle das classes mais abastadas sobre os mais pobres e a manutenção de tal sistema imposto. “A segregação socioespacial urbana

exerce grande peso para a reprodução da sociedade de classes e de suas frações, servindo, assim, como um instrumento fundamental para a manutenção do *status Social*” (NASCIMENTO, 2017, p. 109).

No final da década de 1970, diversos loteamentos surgiram na região noroeste e oeste, tendo, como caráter, abrigar os operários que chegavam em grande número. Segundo a entrevista do ex-prefeito Sadi Demarco (2017), a prefeitura estava voltando suas ações e atraindo novas empresas e locais para os operários residirem. “Tínhamos que atrair empresas, mas ao mesmo tempo oferecer mão de obra. Foi quando começou a romaria de ônibus vindos de outros municípios para suprir a rápida carência de empregos. [...]” (JORNAL LÊ NOTÍCIAS, 2017). Para atender essa demanda, foi criado o loteamento do bairro Engenho Braun, para, desse modo, atender a necessidade da empresa Sadia. Segundo Corioletti (1999), o Parque de Exposição – EFAPI, que está localizado na antiga fazenda Engenho Braun, para além da empresa Sadia aos poucos foi se urbanizando. A Urbanização da região esteve estreitamente ligada à agroindústria Sadia, sobretudo, a parte denominada Vila da Sadia, que era para os altos funcionários da Sadia residirem. O loteamento do atual bairro Mantelli, que está localizado nas circunvizinhanças da Sadia, foi, em seu princípio, um conjunto de casas de madeira, para abrigar os operários da Sadia, que provinham de locais distantes para Chapecó, sendo que, “[...], os terrenos eram vendidos pros funcionários da Sadia, descontando no salário. Não tinha muita gente, mas aqueles que moravam aqui eram todos funcionários da Sadia. Eram mais ou menos umas 30 famílias” (BEN, 2006, p. 364). Existe também o bairro Jardim América, atualmente, localizado na sequência do bairro São Cristóvão, do centro em direção ao oeste.

Às portas da década de 1980, baseado na eminência da lei de Zoneamento, pelo Plano Diretor nº 079/80 de 25/09/1980, que aprovava a denominação dos bairros em Chapecó, tem-se, em 1979, o início do loteamento localizado a oeste, conhecido, atualmente, como ‘Bairro EFAPI’ (HOHN, 2003). O primeiro loteamento, que surgiu para além da Sadia em direção ao oeste, foi denominado loteamento Colatto. Na sequência, outros loteamentos operários ligados à Sadia foram criados nessa região. “[...]. Loteamento Vitória (1980), Efapi (1980), Thiago (1981), Parque das Palmeiras (1982), Serrano Soprana (1982), ao que parece seguindo os preceitos requisitados pela empresa e a possibilidade de ganhos para o setor imobiliário de Chapecó” (BEN, 2006, p. 365). Essa região teve um novo impulso habitacional com a instalação do frigorífico Aurora em 1992. Foram criados novos loteamentos como o Jardim do Lago, Aurora, Juliana, Ari Bodanese e outros. A região da ‘Grande EFAPI’ recebeu esse

codinome, devido à sua grande dimensão territorial e habitacional. Desenvolveu-se tanto que, atualmente, há um conjunto de algumas dezenas de loteamentos, que compõe o bairro Efapi e possuiu uma população superior a trinta e oito mil habitantes¹¹, em 2020, além de outros bairros que estão nas vizinhanças: Fronteira Sul, Araras, Verdeti e outros loteamentos.

No final da década de 1970 e 1980, foram criados outros loteamentos e bairros nas demais direções da cidade de Chapecó: Santo Antônio, Seminário e Esplanada ao sul. “[...]. A solicitação da criação do bairro Esplanada em 1980, visava atender a demanda migratória que chegavam a Chapecó, cada vez em maior número. No entanto, tal oficialização só ocorreu em 18/12/1983” (HOHN, 2003, p. 14). O contexto da criação do bairro Esplanada é muito semelhante aos demais bairros de Chapecó.

Para leste, foram constituídos os bairros São Pedro, Presidente Médici e Passos dos Fortes. E, ao norte, os bairros Líder e Eldorado. Neste sentido, a segregação social por bairros é reforçada. “É importante salientar que a segregação, mais do que resultar das disparidades sociais, tende a mantê-las e reforçá-las. [...]” (NASCIMENTO, 2017, p. 108). A segregação social também influencia e estende-se no compromisso do tecido social, no que tange ao condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos (SOUZA, 2003). Na década de 1980, os pobres estavam em diversos pontos da cidade, conforme a imagem seguinte.

11 Segundo dados da Prefeitura municipal de Chapecó, SC, em 2021.

capítulo. Assim, percebe-se que Chapecó foi constituído por diversos espaços sociais, com muitas contradições e diferenças econômicas extremas.

Em Chapecó, foram deslocados os prostíbulos, pedintes, engraxates e carregadores de caminhão. Esses grupos habitavam, em sua maioria em cortiços no centro e “[...], era necessário purificar a cidade, limpar as valas, acabar com os cortiços, abrir ruas para o ar circular; foi criado o bairro São Pedro, como forma de esconder dos olhos das visitas e investidores econômicos a situação social da ‘cidade das rosas’” (WOLLF, 2008, p. 186), assim como aconteceu na retirada dos habitantes pobres do centro e do bairro da Lagoa, para o bairro São Pedro e por meio de instituições como a penitenciária, que, à época, foram deslocados para fora do espaço urbano.

Outro modo de exclusão social em Chapecó por meio do seu projeto de urbanização foi o esvaziamento dos cortiços entre os quais muitos eram espaços de prostíbulos. “[...], as prostitutas circulavam livremente pelas ruas, bares, casas de comercialização sexual, avenidas e bairros da cidade. Na década de 1970 a presença da prostituição na cidade, principalmente na Avenida Getúlio Vargas” (SPAGNOL, 2016, p. 14). Esse modo de vida e economia foi combatido, pois, em 1973, foram retirados do centro. Era vergonhoso e imoral para a elite social e econômica de uma cidade ordeira e bela ter prostíbulos no centro. Segundo Vieira (2006): “O espraiamento da prostituição clandestina incomodou principalmente a imprensa e os moradores da cidade, preocupados com a publicização de atos sexuais e com a possibilidade de serem atingidos pela prostituição e o estigma a ela vinculado” (*apud* CANABARRO, 2019, p. 20).

A partir de 1973, os prostíbulos foram deslocados para fora da cidade de Chapecó, em direção à região nordeste, na antiga estrada que ligava a Xaxim, adiante da região do Curtume Imperial, denominada ‘Céu Azul’. Uma cidade dita moderna não poderia ter a visibilidade da prostituição e, portanto, “o espaço da prática de prostituição é alterado para manter uma imagem da cidade moderna, [...]. Por isso a concentração da prática em único espaço, no bairro ‘Céu Azul’ no caso de Chapecó, facilita o controle moral e físico da prostituição” (SPAGNOL, 2016, p. 20). A região dos prostíbulos ‘Céu Azul’ ou zonas de meretrícios foi integrada à ‘urbanização’ da cidade, fazendo parte do bairro Líder na década de 1980.

A retirada dos prostíbulos para concentrá-los em outro local garantiu a vivência dos valores sociais e do modelo de urbanização implantado em Chapecó, “mesmo que a cidade fosse carinhosamente chamada de ‘cidade das rosas’, se faz questão de lembrar que rosas também têm espinhos. [...]” (SPAGNOL, 2016, p. 14). Os espinhos dessa Chapecó pujante e

moderna são os pobres e excluídos que “não fogem aos olhos os boias-frias, o índio massacrado, a miséria, a ignorância e a desnutrição, em claro contraponto com o crescimento. Não se deixam de ouvir na cidade, os gritos de dor e ódio das famílias desabrigadas e das farras no ‘Céu Azul’, [...]” (SPAGNOL, 2016, p.14).

Pode-se dizer que o aumento da população urbana foi impulsionado pela busca por trabalho e renda, mas que não ocorreu de modo assistido em termos de provimento de políticas públicas de caráter social. O fruto do processo econômico, político e de urbanização, é o grande número de pobres. Muitos foram excluídos e ficaram à margem do progresso urbano e econômico que a cidade de Chapecó sonhava. O que ocorreu, segundo Fujita (2013), gerou as consequências do rápido crescimento urbano e, assim “[...], começaram a surgir espaços de pobreza, uma vez que o município não possuía condições para viabilizar e prover a cidade na mesma rapidez com que o seu núcleo urbano se consolidava” (FUJITA, 2013, p. 8).

Essas desigualdades e contradições sociais foram (re) produzidos, conflituosamente, em Chapecó no âmbito da urbanização. Pode-se dizer que as contradições sociais e as desigualdades são grandes na constituição dos espaços urbanos. São frutos de uma série de opções do poder local, em prol da produção do capital, sobretudo o imobiliário, do industrial e da agroindústria.

[...] Conflituosamente foi surgindo um novo espaço de contradição: proprietários-capitalistas, pequenos produtores rurais integrados e o proletariado; as mansões e os barracos; espaços com localização privilegiada e vazios urbanos, contrastando com locais de difícil acesso e impróprios para morar; as avenidas bem asfaltadas e iluminadas e a escuridão das ruelas; de um lado as vitrinas do luxo do capital e, do outro, a vitrina da pobreza, da miséria, dos excluídos do processo produtivo. A “cidade das rosas”, como queriam alguns, cresce com seus espinhos, deixando um espaço para a proliferação da exclusão, constituindo uma paisagem marcada pelas desigualdades e contradições sociais (ALBA, 2002, p. 34).

Diversos espaços de pobreza tinham sinais de contraste com os bairros operários, com os espaços do centro e os bairros centrais. A contradição ‘da beleza’ projetada pelos espaços centrais era inversa à realidade periférica de pobreza, que estava distante do acesso aos bens da produção capitalista. Sendo assim, ressalta-se a percepção dos bairros periféricos, segundo Antunes (2017), “como espaços antagônicos e dicotômicos em relação ao centro, e por outro, como resultado de processos de exclusão socioespacial” (ANTUNES, 2017, p. 180). O resultado desse processo de exclusão urbanística de muitos cidadãos aparece na formação inicial de espaços periféricos, entre eles, o bairro Vila Real que é tema central deste estudo.

CAPÍTULO III

3. AS MEMÓRIAS DA MIGRAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

Este capítulo apresentará a história do bairro Vila Real, por meio de sua constituição, instituições, memórias e lembranças da migração, ausência do poder público e mudanças ocorridas no espaço. O local é resultado da constituição dos espaços periféricos, que, por sua vez, são frutos de um processo urbanístico adotado em Chapecó, que, conforme Lemos e Nascimento (2020, p. 200) configura-se pela “correlação entre crescimento econômico, atração e incremento populacional e valorização do solo urbano: [...], o que impulsionou a expansão urbana e, ao mesmo tempo, acirrou suas desigualdades socioespaciais”. Esse processo de desigualdades socioespaciais será a referência da constituição do bairro Vila Real, dando-lhe uma visão generalizadora que atribui rótulos aos territórios periféricos como lugar de pobreza e exclusão, tendo uma população de caráter operário, com alguns focos de pobreza extrema.

O bairro Vila Real constituiu-se com a realocação dos prostíbulos, no início da década de 1970. Os prostíbulos deram uma identificação ao espaço que foi marcante pelo desprezo social, a ponto de ligarem o seu codinome ‘Céu Azul’, como menosprezo do local. O processo de urbanização, com loteamentos, nas proximidades dos prostíbulos, aconteceu a partir de 1980 e os seus primeiros moradores nas casas de BNH são de 1982.

Pretende-se trazer à tona fragmentos da memória histórica dos moradores do bairro, por meio dos depoimentos descritos de 2001, 2010 e 2011, nos quais os moradores são migrantes provindos de diversos locais, inclusive de realocações urbanas. Ressaltam-se as dificuldades na luta desses ‘novos chapecoenses’, que enfrentaram muitas adversidades na conquista de direitos e na busca de reivindicações de serviços públicos: escola, centro infantil, água tratada, pavimentação, asfalto, iluminação pública, transporte público, salão comunitário e local para práticas sociais e esportivas. As melhorias provindas de reivindicações junto às instituições públicas proporcionaram a ampliação do espaço urbano do bairro, aumentando gradativamente o número de migrantes habitando no local e que possibilitou a instalação do primeiro comércio.

Será tratado o protagonismo de algumas lideranças e a importância das instituições, entre as quais se destaca a escola. A educação surge como uma necessidade para os filhos dos

primeiros moradores do bairro. Na sequência, essa classe operária expressa a necessidade de um centro infantil, para os pais deixarem seus filhos. Destacam-se outras instituições e organismos, que lutaram e protagonizaram melhorias, como o histórico da Igreja Católica que teve um papel relevante, a ponto de se fundir com a própria história do bairro.

Recorda-se que a história de cada fato e organismo está na lembrança e na memória dos moradores dessa sociedade. Portanto, “quando se fala em memória, tem-se que levar em conta que ela se alimenta de lembranças vagas e contraditórias. Nada mais é do que o ato da rememoração de uma imagem construída, ou seja, um conjunto de representações que se estabelecem na consciência atual do depoente” (MYSKIW, 2020, p. 42). O conjunto de lembranças dos moradores constituirá um ramalhete de informações sobre o local, que serão interligadas e interpretadas com os fatos descritos em textos, depoimentos já transcritos, publicações em jornais, documentos e fotos.

Salientam-se algumas memórias no que tange à paisagem do local, com as mudanças do rural para um espaço urbano, com ruas esburacadas, depois pavimentadas, calçadas e asfaltadas, do mesmo modo, a relação com a arborização dos espaços do bairro, como as ruas e espaços de preservação. O espaço geográfico nos primórdios estava localizado em meio ao rural, o que ainda o é de modo parcial. O bairro Vila Real, assim como outros bairros, é fruto da “[...] urbanização descontínua, que é causada pelos vazios urbanos, pela retenção fundiária, pela especulação imobiliária e liberação do solo de forma descontínua pelo poder municipal, causando assimetrias espaciais urbanas” (BERNARDY; PIEKAS; DALATTO, 2018, p. 365). O distanciamento do centro, das agroindústrias e dos demais bairros caracteriza-se como traço peculiar da população que passa a habitar o espaço.

3.1 O CONTEXTO MIGRATÓRIO DA FORMAÇÃO DO BAIRRO VILA REAL

A constituição do local que se conhece como bairro Vila Real¹³ teve seu princípio com a transferência dos prostíbulos na década de 1970 para um local considerado distante do centro, em uma área rural, que passou a ser denominada de ‘Céu Azul’, fazendo alusão aos prostíbulos. No final da década de 1970, com as mudanças nas regras para constituir novos loteamentos, o espaço começou seu processo de ‘constituição urbana’, que passou a integrar o bairro Líder, na década de 1980. No decorrer dos anos, o espaço urbaniza-se com diversas

13 Quando descrito na pesquisa, o termo ‘bairro Vila Real’: vale salientar que, na década de 1970, é sinônimo de ‘Céu Azul’ ou ‘zona de meretrícios’. Nas duas décadas seguintes, o local passa para loteamento Vila Real (sendo parte do bairro Líder) e, a partir de 1999, de bairro Vila Real.

melhorias na infraestrutura, sendo um local de atração de pessoas com baixo poder aquisitivo, vindas da zona rural ou de realocamentos urbanos, em busca de empregos na área de serviços, nas indústrias e, principalmente, nas agroindústrias. Essas características estão nas memórias dos migrantes do local, que testemunharam as mudanças e transformações da paisagem do bairro. Por isso, tem-se que recordar “[...], que as memórias se enraízam no concreto, no espaço, gesto, na imagem, no objeto. A história se liga a continuidades temporais, as evoluções e as revoluções das coisas” (NORA, 1993, p. 9). Essas mudanças estão ligadas às intervenções do poder público, com melhorias da infraestrutura e ampliação do espaço.

O processo de exclusão social de apartação esteve ligado à ordem e controle dos espaços em Chapecó e “[...] essa exclusão está ligada a uma manutenção de uma ordem no espaço urbano, da regulamentação do espaço, relacionado a ‘modernidade’, no controle do espaço e do controle sanitário, que é refletido pela ‘patologização’ da zona de prostituição e das periferias” (SPAGNOL, 2016, p. 28). Portanto, a constituição do espaço do bairro Vila Real ligado ao ‘Céu Azul’ teve a função de estabelecer o controle social sobre a prostituição. Outro ponto importante para essa transferência e conseqüente o ‘surgimento’ do loteamento é o desejo de modernizar. A ideia de modernizar teve início em um período anterior à formação do espaço urbano de Chapecó, na verdade, a ideia de construir e manter uma cidade urbanizada, moderna, ‘progressista’, limpa, organizada e dividida, data dos primeiros traçados da cidade de Chapecó (PETROLI, 2008). A questão da modernidade incide na transferência dos prostíbulo para a região do ‘Céu Azul’.

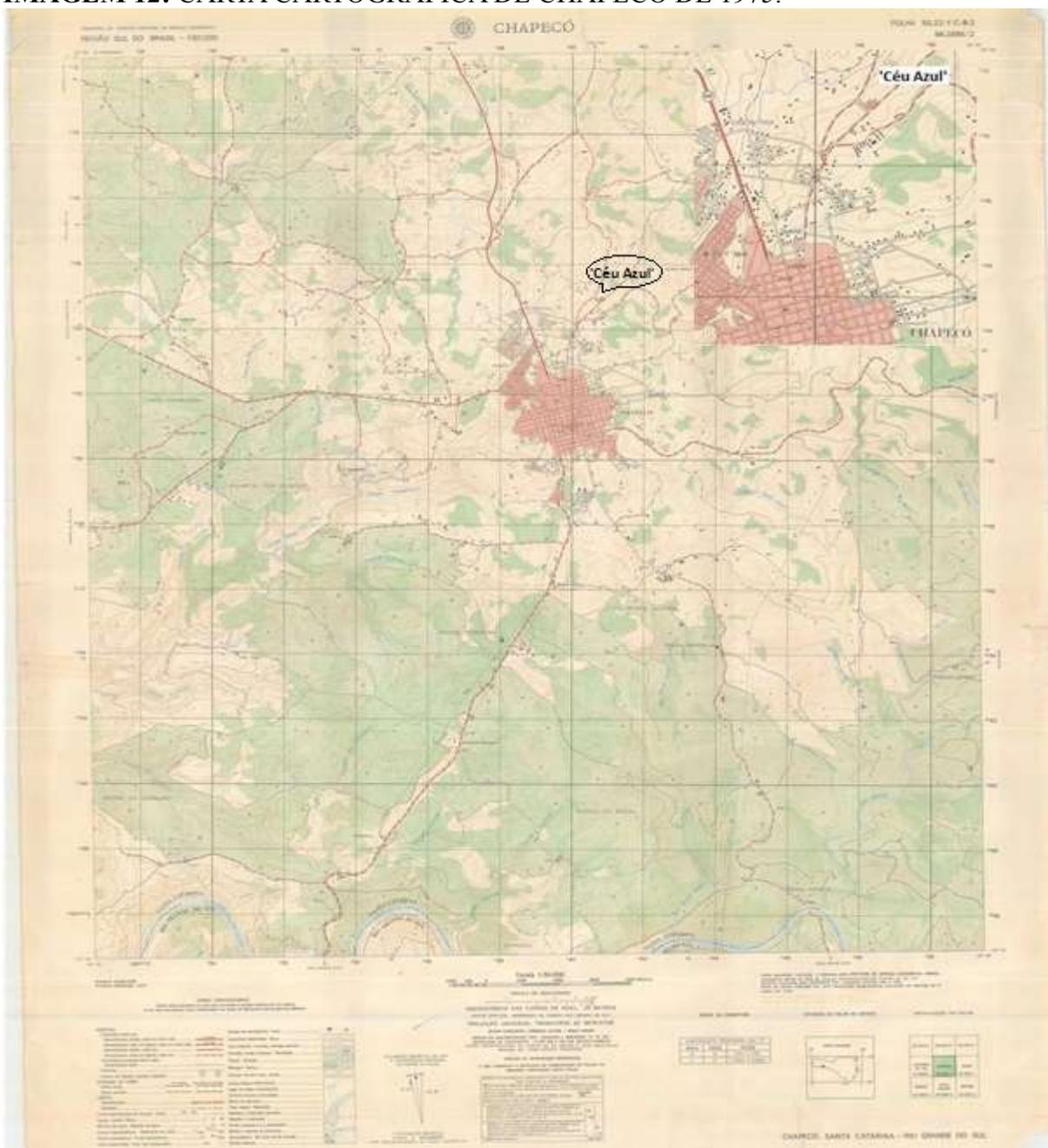
O jornal Folha D’ Oeste anunciou com um misto de dever realizado e alívio que a zona de prostituição do centro da cidade de Chapecó havia sido transferida. A manchete da capa do jornal de 8 de setembro de 1973, foi assim intitulado: “O Meretrício já mudou”.

Ainda na manhã de sábado, recebíamos na redação deste Jornal, a visita do Delegado Hermínio Pereira, acompanhado do Comissário Ponoé Scheffer, que traziam-nos a informação a respeito da transferência das prostitutas e de seus familiares e que a zona de meretrício já deixou o antigo endereço, transferindo-se para o novo local, bem distante da cidade, chamado ‘Céu Azul’ com acesso pela estrada velha que conduzia a Xaxim. [...] (Folha D’ Oeste, 8 de Setembro, 1973).

Nota-se que, na notícia, existe uma conotação excludente das zonas de meretrícios do meio urbano chapecoense. Portanto, o ‘Céu Azul’ germinou como um espaço de exclusão e de apartação social. A reportagem ainda menciona que o espaço ‘Céu Azul’ era um espaço ‘urbano’, por formar uma vila, pois, “[...], a convite do delegado, a reportagem esteve no local

onde se localizava a ‘vila’ do meretrício, agora transformada em ‘bairro residencial’ de diversas famílias, como tivemos ocasião de presenciar” (Folha D’ Oeste, 8 de Setembro, 1973. Ed. 442). A carta cartográfica, produzida em 1975, já apontava ruas onde era o ‘Céu Azul’. A imagem de Chapecó, em que se destaca o ‘Céu Azul’.

IMAGEM 12: CARTA CARTOGRÁFICA DE CHAPECÓ DE 1975.



FONTE: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – Diretoria de serviços geográficos. Folha SG. 22-Y-C-III-2, escala 1:50.000 (1975). Elaborado pelo autor¹⁴ (2021).

14 Carta cartográfica de Chapecó. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – Diretoria de serviços geográficos. Folha SG. 22-Y-C-III-2, escala 1:50.000 (1975). Adaptado pelo autor da pesquisa, Vanderlei Kuhn. Pesquisado em 20 de agosto de 2021.

O local denominado de ‘Céu Azul’, na imagem anterior, está localizado em meio ao espaço rural. A ‘urbanização’ do ‘Céu Azul’ está atrelada às habitações das prostitutas, seus familiares e os proprietários dos espaços de prostituição. O número de pessoas no local não é exato e a quantidade de famílias que habitava no ‘Céu Azul’ é bastante variável (CANAVARRO, 2019). Mas chegou a ser de algumas dezenas de casas. Também se precisa frisar que a rotatividade de pessoas que estavam envolvidos no ‘negócio’ foi grande. É comum as prostitutas casarem e deixarem a profissão ou ainda estabelecimentos fecharem, reabrirem e mudarem de proprietário. Segundo o senhor Tito Menezes da Luz e dona Roseli Tormen (2001): “[...]. Estamos morando no bairro desde 1984, e quando viemos a ‘zona’ já existia. Haviam, ao todo, 76 “casas”, entre boates, bares e residências de quem, de uma forma ou outra trabalha ou por que estava ligado aí. [...]” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). É importante frisar que era comum, em uma casa morarem várias pessoas que não estavam ligadas diretamente ou indiretamente à prostituição ou ainda várias prostitutas que tinham algum grau de parentesco habitarem na mesma residência, segundo o senhor Tito Menezes da Luz (2001).

A Lei de Zoneamento que foi aprovada através da Lei nº 71, de 18 de setembro de 1980, efetivou a urbanização de forma orgânica de diversos loteamentos. Essa lei continuava facilitando a abertura de novos loteamentos e facultava as imobiliárias de algumas exigências de infraestrutura: como esgoto, acesso pavimentado, transporte e outros. O resultado desse processo foi a criação efetiva do loteamento Vila Real que se tornou bairro oficialmente por meio da Lei Nº 4017, de 20 de agosto de 1999. O bairro localiza-se no prolongamento da rua John Kennedy, por uma estrada não pavimentada à época, para além da região periférica do Curtume Imperial, atualmente, bairro Santa Paulina, no antigo caminho de acesso a Xaxim, SC. Localizava-se em um espaço totalmente rural, embora existissem as casas das famílias das prostitutas, os donos de ‘bares’ e prostíbulos e de alguns agricultores que moravam na redondeza.

Segundo depoimento de Anacleto Meneghini à reportagem do Diário do Iguçu (2020), “o terreno que deu início ao bairro Vila Real, era de propriedade de Leó Antoninne Meneghini” e foi comprado pela proprietária da imobiliária Katedral, a senhora Barbara Palludo em 1979. Segundo a reportagem do Diário do Iguçu (2020), “essa área de terra era parte da antiga fazenda, que pertencia aos descendentes da família de Gregório Meneghini. Por isso, essa região já era conhecida, como Fazenda do Gregório”. Essa região era rural, apesar de estarem instaladas, no local, as zonas de meretrícios e ter a conotação de ‘vilarejo’.

O primeiro espaço loteado do bairro Vila foi com base na Lei de Zoneamento de 1980 e, mesmo assim, era considerada rural pela população da cidade. Era uma vila distante da cidade em meio ao rural. Segundo a reportagem do Diário do Iguazu (2020), “teve sua urbanização em um processo ‘invertido’: Do bairro em direção ao centro”. Foi considerada uma vila com um pequeno aglomerado de casas em meio ao espaço rural e era uma das razões para que o local estivesse desprovido de infraestrutura básica urbana. Ter o nome ‘Vila’ Real e estar localizado em lugar ‘alto’ transmitia a ideia de lugar a partir de uma posição social. “Estes nomes como favela, baixada e vila, são sempre situacionais e posicionais, ou seja, dependendo do lugar de fala, a oposição *embaixo/em cima* é significada a partir de uma relação entre condições melhores e piores de vida, [...]” (ANTUNES, 2015, p. 323). Por causa do nome do local ser ‘Vila’ Real, para muitos que moravam em Chapecó, demonstrava ser um espaço desprovido dos benefícios da urbanização e com desprezo em vários sentidos: pela distância do centro, por não ter infraestrutura urbana e por causa da presença dos prostíbulos. Também é necessário mencionar o termo Real, que tem uma conotação de oficialidade e não pejorativa.

Por causa da presença dos prostíbulos, o loteamento era ‘mal falado’, porque estava à margem social, sendo um espaço ‘vexatório’. Ademais, era um local de ‘péssima reputação’, pelo fato de estar localizado em uma região de difícil acesso. Segundo o depoimento de Luiz Pavão (2010): “Antigamente, a Vila Real, era um bairro muito ‘mal falado’ por causas das casas noturnas (prostíbulos), que existiam, pelas constantes brigas e até alguns assassinatos que ocorreram nessas casas de prostituição” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Os assaltos a clientes dos prostíbulos, algumas mortes e constantes brigas estão descritos em jornais que publicam atos violentos na região do ‘Céu Azul’. Conforme a notícia do Jornal Correio do Sul, “[...], na zona do meretrício, ‘Céu Azul’, é comum brigas, assaltos e assassinatos. Os proprietários dos prostíbulos e as prostitutas embriagam seus clientes e depois lhe tomam o dinheiro. [...]. Há casos, que ocorreram assaltos seguidos de assassinatos” (CORREIO DO SUL, 1978, p. 7). O que se publicava em jornais a respeito do local era notícias sobre atos de violência.

Ocorriam brigas entre prostitutas por disputa de clientes ou ‘amantes’, conforme relato: “que naquela manhã, ambas se defrontaram e com uma luta corporal. A Luci passou a mão numa gilete e tentou acertar o pescoço da Doralina que, em um jogo corporal, defende-o, esquecendo-se do rosto” (CORREIO DO SUL, 1978, p. 7). Esses atos diversos de violência tinham certa regularidade ainda na década de 1980 e foram propagados, dando a conotação,

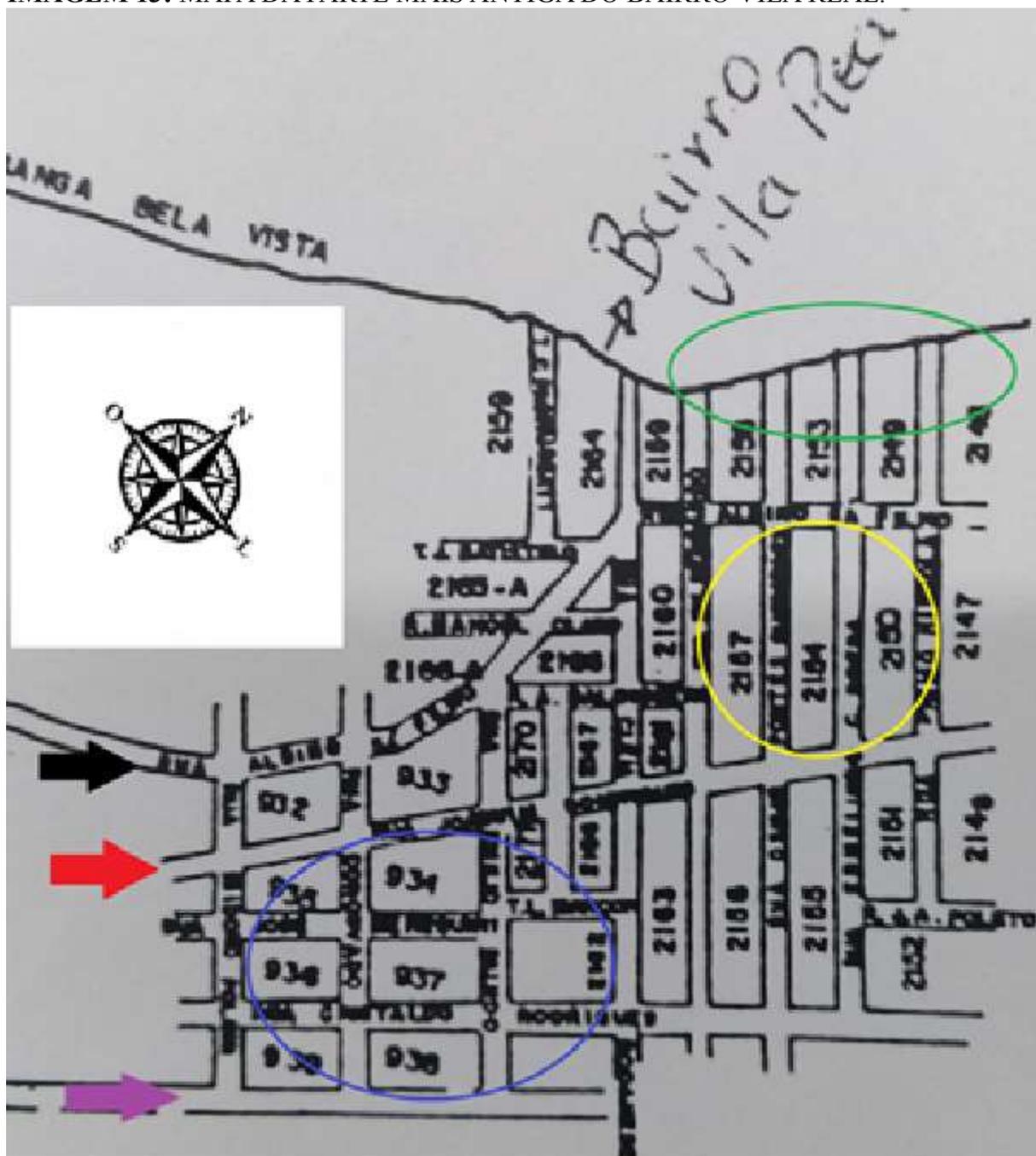
para muitas pessoas, de desprezo, de o bairro ser violento e perigoso por causa da presença dos prostíbulos.

Os moradores do bairro Vila Real sofriam preconceitos por residir em um local socialmente desprezado pela população da cidade. Uma dessas formas foi a estigmatização, que, conforme Elias e Scotson expressam, “é sofrida pelos moradores, não se fundamenta em suas qualidades individuais, mas por pertencerem a um grupo coletivo considerado diferente e inferior ao próprio grupo” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22). Neste sentido, percebe-se uma negatividade que gerava preconceito. É importante destacar que a maioria dos migrantes que veio residir no bairro Vila Real não conhecia a cidade de Chapecó, muito menos a região do loteamento e que, nesse espaço, existiam prostíbulos. Tanto que: “a zona ou ‘Céu Azul’, era muito movimentada e no início do loteamento, havia rejeição e preconceito para quem conhecia o local e conseqüentemente, não compravam terrenos nesse ponto da cidade” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). O preconceito levou alguns anos para ser superado.

De acordo com Iones Crescela (2001), moradora do bairro e que foi a primeira professora da escola local, o princípio da urbanização do bairro Vila Real, com lotes, foi “no ano de 1982, quando foram construídas 50 casas de 42m² e 48m² em lotes de 300m², pela imobiliária Catedral, localizadas nas atuais ruas Ermelindo Carlos Breda, Primo Nissola e Osmar Fontes de Guimarães, entre a rua Albino Sá Filho e avenida Joaquim Domingues” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). No ano de 1984, foram construídas mais casas populares, nas ruas citadas, para o lado sul da avenida Joaquim Domingues.

Na imagem abaixo, está destacado, na cor azul, o local onde se localizavam os prostíbulos. Observa-se, na imagem do mapa, que os prostíbulos situavam-se no local mais alto da região e talvez tenha alguma relação ao termo ‘Céu Azul’. Em amarelo, está o local mais abaixo, onde foi instalado o primeiro loteamento e construídas as primeiras casas. Também se observa a baixada, destacada em cor verde, onde existe a nascente de água, que é denominado por populares como ‘córrego dos Meneghini’. Esse córrego é um pequeno afluente do rio Bela Vista e, em sua margem sul, estavam localizadas as habitações irregulares, denominada de ‘Área Verde’. As setas na imagem indicam a localização dos principais acessos ao bairro e da rua principal: Seta de cor preta: rua Albino Sá Filho; Seta de cor vermelha: avenida Joaquim Domingues; Seta de cor roxa: rua John Kennedy.

IMAGEM 13: MAPA DA PARTE MAIS ANTIGA DO BAIRRO VILA REAL.



FONTE: Elaborado pelo AUTOR, em 2021¹⁵.

Com as casas construídas pelo projeto BNH, em lotes de 300m², demonstra-se o fracionamento do solo nos espaços mais distantes do centro. Se comparar aos terrenos nas proximidades do centro que possuem 400m² ou mais, os do bairro São Pedro possuem apenas 150m² (GOMES, 1998

terrenos nos bairros operários mais periféricos era em torno de 300m² (GEBEL, 2018). Esse padrão de terrenos indica para o período que o local era para uma população de baixa renda. Além das casas de alvenaria, havia mais quatro casas de madeira próximas do loteamento. Havia as edificações referentes aos prostíbulos e as residências de alguns agricultores que residiam nas vizinhanças. Segundo o senhor Sebastião Garcia (2010), que passou a residir no loteamento, migrando do interior de São Miguel do Oeste, SC, em 1982: “Que muitos vieram para o local, atraídos pelos preços acessíveis dos terrenos, expulsos da roça, à procura de emprego nas agroindústrias e melhores condições de vida” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Os preços baixos dos lotes e das poucas casas em comparação aos outros bairros atraiu os migrantes. Isso se confirma com o depoimento de Bianca Fredrigo (2010): “Eu morava de aluguel no bairro Passo dos Fortes, Chapecó. Nós mudamos para o bairro Vila Real, porque meu pai conseguiu comprar um terreno muito barato e construiu uma casa, pois era muito tranquilo o local” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Percebe-se que o preço acessível dos terrenos, em conjunto com a conotação de interior, de lugar sossegado e tranquilo, atraía as pessoas para o local. Neste sentido, é importante recordar o contraditório sobre o espaço, onde o morador local percebe a tranquilidade, e na visão de muitas pessoas da cidade, sobretudo da imprensa, o loteamento era sinônimo de local violento.

Dos primeiros moradores do conjunto de 50 casas, alguns eram provenientes de bairros da cidade de Chapecó, em busca da casa própria ou por motivo de realocações. Mas a grande maioria dos moradores era oriunda de outros municípios da região oeste de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná. Essa migração foi de pequenas cidades ou de espaços rurais. A causa principal foi o fato de os pequenos agricultores, por conta das dificuldades enfrentadas na agricultura, com o endividamento e de possuírem poucas terras, migrarem para os bairros periféricos de Chapecó. No depoimento de João Vieira Neto (2003), percebe-se a razão que o levou a migrar: “Eu saí da roça, em Sede Trentin, porque fiz um negócio lá, a modo se vê se meorava. Ai não deu certo, tive que vendê um quarto de terra, eu tinha seis. [...] Daí vendi os quatro que ainda tinha e comprei esse lote com o dinheiro que sobrou” (HOHN, 2003, p. 12-13). Muitos desses ex-agricultores, que migraram, possuíam um pequeno capital, que, em geral, sobrou da venda de sua propriedade, o que lhes permitiu o acesso a um lote e, em alguns casos, o terreno com a possibilidade de edificar uma casa ou já com a casa construída, fazendo com que a procura por terrenos fosse significativa em um primeiro momento. Mas também se sabe que nem todos os migrantes conseguiram adquirir

casas e emprego. Embora se tenha uma visão generalizada, que, segundo o depoimento de Sadi Demarco (2017): “[...]. Os que se mudavam prá cá, já comprovam um terreno e se estabeleciam em Chapecó porque tinha emprego” (JORNAL LÊ NOTÍCIAS, 2017). Nota-se que outro elemento que proporcionou a migração foi a falta de uma dinâmica econômica, com indústrias e geração de empregos nas pequenas cidades, que impossibilitou a estada dessa população em sua cidade.

O depoimento de seu João Vieira Neto, citado anteriormente, representa uma grande parcela dos que chegaram a Chapecó e, de modo específico, ao bairro Vila Real, eram agricultores que deixavam o campo por conta das grandes dificuldades enfrentadas em razão da modernização agrícola, com dívidas feitas para tentar acompanhar a modernização e na busca de melhores condições de vida na cidade. Percebe-se que os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação desses fluxos e as áreas às quais se destinam (SINGER, 2012). Um fator de saída da roça e das pequenas cidades de origem da maioria dos migrantes é conhecida. Já o local de destino dos migrantes dá-se pela atração para as cidades mais desenvolvidas industrialmente. Foi a possibilidade de trabalhar no setor de serviços no centro, no comércio, nas indústrias, sobretudo nas agroindústrias, que fez com que muitos profissionais autônomos e temporários buscassem emprego e moradia: A agroindústria, sedenta por mão de obra disciplinada para o trabalho, recrutou preferencialmente as pessoas que tinham suas origens no campo ou em pequenas cidades (HOHN, 2003).

A vinda para Chapecó era uma oportunidade significativa na vida dos migrantes, por meio do trabalho assalariado, o emprego em abundância era uma visão generalizada, que era passada a muitos migrantes. Segundo o senhor Carlos Silva da Lima (2001), “oportunidade de trabalho e emprego tinha para todos no início, e ninguém ficava parado. [...]” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). A oportunidade de trabalho foi ponto motivador, mas que nem sempre condizia com a realidade, pois se tinha uma pequena taxa de desemprego. Além do contexto de dificuldades de sobrevivência enfrentado nas pequenas cidades e no campo, a expropriação da terra fez com que muitos brasileiros procurassem novas alternativas de vida. Nessa luta pela sobrevivência, muitos agricultores encontraram, nas agroindústrias, sua oportunidade de trabalho e mudança de vida (VOJNIAK, 2005).

Os lotes tinham preços baixos e, mesmo assim, observa-se que a procura em adquiri-los não foi tão intensa, na visão de alguns moradores locais. Segundo dona Alia Fuccina (2011), “nos primeiros anos de existência do loteamento, poucas casas foram compradas,

devido a pobreza da população, dificuldades de acesso, falta de luz, água e estar localizado longe da cidade (do centro) e das fábricas onde se “trabalhava” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 1). A pobreza dos moradores desconstrói, na visão da depoente, que todos tinham condições para comprar terrenos. Assim como o preconceito do local, a dificuldade em se deslocar para o trabalho por não haver transporte, estar distante do centro e, ademais, teve grande rotatividade de moradores que chegavam e saíam dos bairros, de modo que isso tudo impactou diretamente a venda de terrenos (O BAIRRO VILA REAL, 2011).

Com a crescente urbanização em Chapecó, por causa das indústrias e agroindústrias, na década de 1980, a região nordeste ampliou seu espaço urbano. Conforme Antunes (2015): “Demonstra que a urbanização não se estende somente para norte e oeste. Que a cidade de Chapecó também se desenvolve para a região leste, onde estão os bairros periféricos e em particular para a região nordeste”. Isso é comprovado com a criação do bairro Vila Real e São Pedro, bem como os outros bairros e loteamentos na direção dessas regiões da cidade.

Uma parte da população que formou o bairro Vila Real é oriunda de espaços urbanos, sendo uma migração urbano-urbano, ou seja, é da realocação dentro da cidade e de outras pequenas cidades. A migração urbano-urbano confirma o modelo tríade de migração: “A interestadual; a intermunicipal; a migração entre situações de domicílio (rural-urbano, urbano-urbano etc.)” (CUNHA, 2005, p. 5). Houve uma população pobre que se deslocou entre bairros em Chapecó, por diversas situações. Conforme depoimento de Ianka Barreto (2010): “Meu pai morava no interior de Saltinho e a minha mãe veio do Rio Grande, de Nonoai e depois foram para o Bairro Cristo Rei. [...], a minha mãe e meu pai vieram morar aqui na Vila Real, porque os terrenos eram baratos, [...] e eles ganhavam pouco” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Nota-se que nem todos migraram de outros municípios e foram direto morar no bairro Vila Real. Também houve algumas realocações ou estadas temporais em outros bairros de Chapecó. Uma das razões desse deslocamento é o sonho de possuir a sua casa própria por parte da população carente. Os terrenos eram baratos, o que possibilitava a aquisição, conforme se verifica no depoimento de Camila Biazus (2010), “que a família realizou o sonho de comprar uma casa, que tem 3 (três) quartos, sala, cozinha, área de serviço. A casa é mista: de material (alvenaria) e a parte ampliada de madeira” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Na memória da depoente, nota-se que muitas pessoas adquiriram terrenos, o que é uma percepção diferente sobre as lembranças do bairro, no que se refere à venda de terrenos. Neste sentido, é importante frisar e considerar o ponto de vista particular da lembrança da memória de cada depoente.

A população que migrou para o bairro na década de 1990 provinha em grande parte de outros municípios, pois possuíam pouca capacidade de industrializar-se e as poucas indústrias geradoras de empregos eram semimanufaturas ligadas ao rural e foram fechando, ou sendo absorvidas pelas maiores no decorrer dos anos. Entende-se que “a industrialização do campo, que tem um dos impactos desse desenvolvimento industrial em grandes complexos, mas em contrapartida muitas pequenas indústrias localizadas em pequenas cidades que desapareceram” (CÔRREA, 2011, p. 9). Essa tendência das indústrias centrarem-se em cidades polarizadoras, como Chapecó, contribui na migração urbana-urbana.

O trabalho remunerado por meio de emprego mensal foi causa principal de atração para a população migrar para Chapecó, pois “[...] passou a atrair população, tanto das áreas incorporadas ao complexo agroindustrial como daquelas que se tornaram decadentes. Essa população era tanto atraída pela demanda de empregos, como via na cidade uma possibilidade ou um refúgio para sobreviver” (CÔRREA, 2011, p. 9-10). Entre os muitos migrantes que se estabeleceram no bairro Vila Real com o sonho de melhores condições de vida, por meio do emprego assalariado, verifica-se que a realidade enfrentada não era fácil. Neste sentido, tiveram uma importância muito grande as relações sociais para as migrantes, que foram se estabelecendo no bairro, visto que ajudaram a superar algumas dificuldades relacionadas a emprego e moradia. Uma situação muito parecida é apontada por Marques (2009, p. 480) em relação “a obtenção do emprego, ajuda em relação à saúde e no cuidado com as crianças, na obtenção de empréstimos de vários tipos, no apoio emocional e no acesso a políticas públicas e outros tipos de auxílio”.

Para muitas famílias, no espaço urbano, mesmo com a sociabilidade e ajuda de muitos, a realidade virou pesadelo. Mesmo estando próximo dos familiares, pois todos os familiares migraram, mesmo assim, houve dificuldades. No depoimento de Camila Biazus (2010), percebem-se alguns pesadelos, pelas dificuldades enfrentadas para quem veio como migrante, de locais distantes para Chapecó:

Vimos em 1991, do interior do Rio Grande do Sul, meus pais, tios e avôs. Mas os avôs retornaram por ser difícil a questão de saúde e meus tios, por não arrumarem serviço. Na realidade não se acostumaram a cidade e ao trabalho noturno nas indústrias (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, Chapecó, 2010).

As dificuldades são perceptíveis diante do relato anterior e percebe-se, em primeiro plano, a oferta de emprego e serviços nas agroindústrias. Tem-se que essas foram inerentes à população migrante, deslocada socialmente, que passou por dificuldades, por causa da

ausência de serviços sanitários básicos e a falta de atendimento de saúde. O que é destacado no depoimento de Viviane da Silva (2010), onde se percebe “[...] que das coisas ruins, era que tinha pouca coisa pública aqui, o hospital era longe, não tinha posto de saúde e nada que atendesse as pessoas” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Desse modo, constatam-se algumas dificuldades em relação à saúde, que se somavam a outro elemento importante, que estavam relacionados à mudança no hábito de vida, sobretudo referente ao trabalho nos turnos das agroindústrias e indústrias. Um dos desafios enfrentados foi a adaptação social e profissional nas agroindústrias e outros postos de trabalho, o que fez com que “muitos trabalhadores pedissem demissão voluntária com frequência. Essa rotatividade acontecia não só com os brasileiros, acontecia de modo geral. [...]”. O trabalho nas indústrias carregava sonhos e ambições, que por algum motivo frustravam-se, [...]” (VOJNIAK, 2000, p. 40). O trabalho nas agroindústrias em geral era em equipes, com grande número de pessoas envolvidas no modelo de produção em série. Esse estranhamento aconteceu porque muitos migrantes trabalhavam na roça, ou em empresas de pequeno porte e não era hábito para a maioria dos migrantes sair de suas residências às três horas da madrugada para trabalhar, ou retornar mesmo depois da meia noite, para quem trabalhava no segundo turno.

O fato de o espaço geográfico do bairro Vila Real estar distante das agroindústrias e do centro, somado com a ausência de transporte público, que também era novidade para muitos migrantes, gerou estranhamentos. De acordo com o depoimento de Simone (2010), “meus pais andavam a pé e de bicicleta, não andavam de ônibus para ir trabalhar (pois moravam na roça e depois em cidade pequena) e foi difícil acostumar a andar de transporte para ir na fábrica de madrugada. [...]” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, Chapecó, 2010).

A divisão dos espaços geográficos em Chapecó é bastante acentuada e constata-se, por meio de uma hierarquização dos bairros por classes sociais: os bairros de classe alta, média e baixa e alguns espaços de grande pobreza. No caso, o bairro Vila Real teve uma concentração de pobreza, com uma população de baixa renda ou extrema pobreza. Como confirma o depoimento de Lino Slaviero (2011), que “próximo de minha casa havia uma favela, que se acomodou de baixo dos fios de alta tensão, permaneceram ali por três ou quatro anos. Suas casas eram de lona e barracos. Entre as décadas de oitenta e noventa. [...]” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 2). O local onde estava se constituindo um conjunto de barracos é o lado oeste da avenida Joaquim Domingues. Vale salientar que, em alguns períodos, acentua-se numericamente a quantidade de pessoas extremamente pobres no bairro. Também se salienta que, no período referido do depoente, o bairro ainda não era totalmente

loteado. Para o lado sul da avenida, estavam os resquícios das construções das zonas de prostituições. Para o lado norte, já havia loteamento, porém pouco habitado. Essa população que habitava em barracos foi aos poucos se deslocando para ‘Área Verde’. A seguir, tem-se mais uma parte do depoimento de Lino Slavieiro (2011), referente ao assunto:

As primeiras cinco famílias foram autorizadas pelo prefeito da época a se instalar na chamada ‘Área Verde’, (tem este nome por ser os trinta metros próximo do rio que não poderia ser habitado). Aos poucos foram mais moradores, até o ano de 2001 eram aproximadamente trinta e cinco famílias que lá viviam. No ano de 2002 estas famílias foram morar em local regular, casas populares feitas pela prefeitura, que estão localizadas próximas ao bairro Efapi (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 2).

Na década de 1990, houve a concentração de barracos com uma população extremamente pobre, que estava situada na baixada, junto ao ‘córrego Meneghini’ (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Em geral, a população do bairro era pobre e sempre foi uma realidade que classificava o bairro como um local pobre e de rejeição social. A valorização imobiliária no bairro Vila Real quase não se diferenciava e, em geral, os terrenos e casas eram de classe popular, de baixa renda e a preços módicos se comparados com outros bairros da área urbana. Nota-se que, em Chapecó, teve espaços divididos segundo a classe social e “longe de formar um espaço homogêneo, há a formação de um espaço, como dizemos, hierarquizado, porém diversificado com certa divisão social do trabalho capaz de atender às necessidades da região” (ALBA, 2008, p. 175).

A constituição do loteamento Vila Real, por estar distante e ‘isolado’ como o já citado, fundamenta-se que “este loteamento apresentou um espalhamento típico de cidades que incorporam [...], um conjunto de pessoas que também se dinamizam de forma repentina e até exponencial” (BERNARDY; PIEKAS; DALATTO, 2018, p. 358). O que faz com que o bairro torne-se um polo de atração de migrantes pobres, desprovidos de estudos e sem uma formação profissional específica. Tanto que muitos deles foram trabalhar em tarefas manuais e práticas, como “domésticas, vendedores de lojas, na construção civil como pedreiros e pintores, serviços gerais, na agricultura e nas hortas, garçons, serventes de cozinha e como operários nas diversas funções braçais nas agroindústrias. [...]” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001).

As atividades laborais executadas pelos migrantes dão uma ideia do perfil profissional e social da população que chegava à cidade de Chapecó e, especificamente, ao bairro Vila Real, e tem muito a ver com sua capacidade de sociabilidade. Entretanto, indivíduos que têm sua sociabilidade ligada às instituições – igreja, trabalho, associações e outros, tendem a estar

mais significativamente empregados (MARQUES, 2009). Assim, percebe-se que o trabalho está ligado à sociabilidade dos migrantes e nota-se que o novo perfil industrial tem muito a ver com o resultado. Por isso, a grande cidade e, no caso, a cidade de médio porte, são os locais com mais força e capacidade para atrair e manter pobres (SANTOS, 2009). Dessa forma, o bairro foi um reduto de atração de pobres e o processo de melhorias e mudanças foi lento.

A população teve melhorias gradativas, com algumas conquistas de infraestrutura, que, segundo a Iones Crescela (2001), “aconteceu de forma lenta a partir de 1985 e sistematicamente em 1989, quando o local passa a integrar o bairro Líder. Obteve assim a construção e instalação da escola, de água encanada, cascalho em algumas ruas, entre outros benefícios” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). A articulação da população em organizações locais como: grupo de idosos, pais, moradores e clube de mães, contribuiu para reivindicar e articular as conquistas das melhorias sociais. Mesmo que muitas melhorias tivessem sido apenas temporárias, paliativas ou parciais.

No decorrer dos anos, foram criados novos espaços urbanos que se integraram ao bairro. O espaço onde os prostíbulos estavam localizados, também foi loteado. Segundo o depoimento de Iones Crescela (2001), “os prostíbulos aos poucos foram se instalando em outros locais e deixaram de existir na totalidade até o final da década de 1980. A região onde estavam instalados os prostíbulos e seus arredores foi loteada no início da década de 1990” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Uma das razões para a diminuição da prática da prostituição no local foi os atos de vandalismo, “por que a maioria das casas de prostituição foram queimadas por vândalos (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Também contribuiu para o realocamento dos prostíbulos a possibilidade das zonas de prostituição instalarem-se em outros espaços, além das dificuldades enfrentadas pelos proprietários, por atos de violência e altos preços dos alvarás, que impossibilitaram a continuidade dos ‘negócios’. Assim, com “[...] o tempo os prostíbulos, ‘foi’ (sic), indo embora do local, principalmente devido ao grande número de assaltos que começaram a ocorrer, afastando fregueses e segundo seu Tito, o valor do alvará, que era cobrado por cômodo, subiu muito, inviabilizando os negócios” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). A saída dos prostíbulos do local teve impacto na vida das pessoas que trabalhavam nos prostíbulos, como faxineiras, garçons e proprietários, como o caso do senhor Tito, que era gaiteiro nos prostíbulos e animou muitos bailes nos ‘bares’, e depois precisou trabalhar na roça para sobreviver” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Enfim, verifica-se que os prostíbulos tiveram sua importância no bairro e

I, II e III e possibilitou o aumento dos moradores no bairro. Também foram loteados os arredores da escola e os contornos dos antigos prostíbulos” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). É importante salientar que os anos citados na imagem referem-se à ampliação do loteamento em termos de novos lotes e não à construção imediata de habitações nesses espaços.

Também se ilustra, na imagem acima, o aumento do espaço urbano do bairro com os novos loteamentos, o que fez com que as diferenças fossem mais claras e díspares. Essa disparidade do espaço no processo de urbanização no bairro é uma característica local, pois os espaços são ‘manejados’, não são homogêneos, estão em constante alteração e interação entre si e com seus contornos. Ademais, percebe-se na visão do registro de memória, que, com o aumento da quantia de terrenos ofertados, os migrantes foram aos poucos sendo atraídos em número significativo para morar no bairro. Além de o local já ter conquistado algumas melhorias e aumentando o número de habitantes (O BAIRRO VILA REAL, 2011), o que contrasta com outros depoimentos e, por isso, é importante considerar que a memória é uma visão individual, às vezes grupal, e tem concepções diferenciadas. Assim sendo, é possível analisar e interpretar os fatos, a partir de diversos modos e pontos apresentados pelos sujeitos que compartilharam suas memórias.

3.2 MEMÓRIAS E LEMBRANÇAS DA MIGRAÇÃO PARA O BAIRRO VILA REAL

Na história do bairro Vila Real, destaca-se a questão das memórias dos moradores, que migraram para o espaço, no que se refere às principais dificuldades, constatadas a partir da ausência de serviços públicos básicos e do esforço da população em buscar melhorias, da união de ações para superar as dificuldades e reivindicar os direitos básicos. Essa síntese histórica sobre o local de estudo tem, como base, os depoimentos descritos por moradores locais e suas experiências de memória individual e social. Sobre isso, Halbwachs (1950) lembra que é importante estudar os quadros sociais de memória, apontando que “[...] a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (*apud* BOSI, 1979, p. 17). Essas experiências individuais e sociais somam-se a diferentes fontes documentais, que formam um rico leque, analisando pela ótica da criticidade, da assimilação e junção ou discordância de fatos em

forma de síntese ou antítese. Assim, ainda será tratada a questão da sociabilidade da população do bairro e como essa memória histórica foi sendo construída.

O loteamento Vila Real passou a fazer parte do perímetro urbano de Chapecó, como um loteamento do bairro Líder, em 1989. Desse modo, começou a integração urbana do loteamento e, aos poucos, a população passou a receber melhorias: água tratada, escola, espaço esportivo, iluminação e transporte público com maior frequência (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Fruto da ausência do poder público, “as contradições que formaram a história, são importantes para serem percebidas e analisadas, pois nos ajudarão a entender as contradições do presente e que estão formando um espaço também contraditório, o qual diferentes forças necessitam conviver e reproduzir-se, [...]” (ALBA, 2002, p. 15-16). Assim, constata-se que as dificuldades enfrentadas pela população e da realidade do bairro Vila Real foram marcadas pela ausência do poder público.

A existência de muitas adversidades e dificuldades, que foram enfrentadas pelos moradores do bairro na década de 1980 e 1990, é referente à ausência de serviços públicos, com a falta de infraestrutura básica como: transporte público eficiente, falta de iluminação pública, estradas não pavimentadas, esburacadas, falta de bueiros e esgoto, água potável e estrada sem asfalto, gerando abundância de lama nos dias de chuva. Porém, esse contexto é comum no início dos bairros periféricos e é afirmado no relato de seu Sebastião Garcia (2001), era fato “[...], que a situação do bairro era péssima. “Nóis” não tínhamos energia elétrica nas ruas, não tinha água, nem calçamento e muitas outras coisas nos faltava” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001).

O deslocamento para o trabalho pela falta de transporte público implicou diretamente a venda de terrenos, pois alguns moradores residiam de aluguel e outros até saíram do bairro, por ser difícil morar distante do centro e do local de trabalho, sobretudo das agroindústrias. Um número significativo da população do bairro Vila Real trabalhava no setor de serviços domésticos no centro, outros nas indústrias, enquanto alguns como autônomos ou diaristas nos mais variados locais da cidade. A dificuldade acima mencionada foi referente ao deslocamento para o emprego pela falta de transporte público. Segundo o senhor Adão do Carmo (2001), em seu depoimento, ele lembra “que no começo não havia transporte coletivo, o mesmo só vinha até o Passo dos Fortes, depois até o antigo Curtume, e o pessoal tinha que andar até esses locais para tomar o ônibus” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Ressalta-se que, no princípio, o loteamento não era considerado um espaço urbano e, por isso, não tinha transporte público. A dificuldade com o transporte é percebida constantemente ao longo

dos anos da história do bairro e no depoimento de Marilucia e Simone (2010), afirmando-se que “quando o transporte começou a vir para o bairro, era uma combi (sic), que vinha 3 vezes por semana para as pessoas irem ao centro. Para trabalhar nas firmas, iam de bicicletas e tempos depois começou a passar a lotação durante a semana” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, Chapecó, 2010).

A ausência dos transportes está relatada por diversos moradores e o modo de conseguir melhorias é expresso da seguinte maneira no depoimento de seu Sebastião Garcia (2010): “no princípio, só tinha transporte público até a região do “Curtume Imperial” e em 1984 a população reivindicou transporte para o bairro, por meio de um protesto, aí, passou a ter três vezes no dia: de manhã, ao meio dia e à tardinha” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). A precariedade do transporte reflete em outros serviços públicos, como a pavimentação das ruas. No relato de Evandro Drexler (2010), havia falta de infraestrutura, pois tinha poeira e barro nos dias de chuva, que impedia a vinda da lotação. Só tinha um ponto de ônibus, na avenida Joaquim Domingues nº 555, em frente ao galpão onde funcionou a escola e após muitas manifestações das pessoas, começou a ter 3 (três) linhas por dia (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). As dificuldades enfrentadas pela falta de transporte foram grandes e estenderam-se por muitos anos. Existem diversos registros de manifestações da população pedindo melhorias no serviço de transporte, como o relato de Bianca (2010), “onde a população se reuniu mais uma vez e fizeram um abaixo assinado para conseguir a lotação, por mais 4 (quatro) vezes ao dia ao menos” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010).

A falta de infraestrutura também se confirma em diferentes edições de jornais locais, como o Diário do Iguçu, que destaca diversas vezes os problemas relatados pelos depoentes, que ainda ocorriam, mesmo após o loteamento ter quinze anos ou mais. Importante chamar a atenção que essas carências de serviços públicos estendem-se por duas a três décadas, pela localização periférica, pela baixa renda da população e pelas políticas urbanas do período em Chapecó. Essas diretrizes municipais privilegiavam melhorias de outras demandas, de outros bairros e de espaços de maior interesse da administração pública.

A falta de transporte público também se constata por meio de notícias em jornais na década de 1990, que relatam a população reivindicando mais linhas de ônibus e novas rotas. De acordo com a notícia do jornal, “os moradores solicitaram a permanências dos horários da madrugada e da noite e mais linhas durante o dia. Pediram a ligação de algumas linhas com a rua Balneário Camboriú (loteamento Curtume Imperial), com a Vila Roma e com o Bairro

Passo dos Fortes. [...]” (Diário do Iguçu, de 01 outubro de 1998, p. 6). Nessa solicitação, verifica-se a necessidade de novas linhas, para, assim, integrar o local, com o transporte para os novos loteamentos do bairro Vila Real (Vila Roma) e os bairros próximos.

Outra dificuldade relacionada ao transporte público foi referente às estradas, por terem condições deploráveis no bairro Vila Real. As más condições das ruas são relatadas pelos “moradores do local que reclamam das péssimas condições de trafegabilidade, principalmente nos dias de chuva, quando o lamaçal provoca sérias consequências para os trabalhadores que são obrigados a percorrer longas caminhadas a pé” (Diário do Iguçu, de 08 maio de 1997, p. 5). Nos dias de chuva, os atoleiros impediam com frequência de os ônibus realizarem a rota e quando tentavam fazer a linha, os ônibus ficavam atolados. O depoimento de Felipe Demeda (2010) indica “que as péssimas condições das estradas, nos dias de calor, causavam muito pó, quando chovia, fazia um barral e os atoleiros nos buracos eram muitos. [...]” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Além disso, observa-se que a quantidade de buracos era tanta nas ruas que trafegava o ônibus “que segundo moradores que moram no bairro, não têm condições de desviar dos buracos, pois “se sair de um cai em outro”. Sentar em um ônibus, mesmo que o responsável limpe, não é possível devido ao pó existente” (Diário do Iguçu, de 17 dezembro de 1997, p. 4).

As dificuldades enfrentadas relacionadas às péssimas condições das ruas ocasionaram uma luta constante por parte dos moradores do bairro Vila Real. Iones Crescela (2001) relata “que foram organizados protestos e abaixo assinados por causa da lama, pó e buracos nas ruas. Foi quando, conseguimos obter cascalho para as ruas dos ônibus e calçamentos para a avenida principal, comemora ela” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). As ruas da linha do ônibus cascalhadas melhoraram significativamente e geraram um contentamento temporário, pois, segundo conta a notícia do jornal, que “o cascalho já ajuda bastante, porque assim a terra tem como firmar e evita o barro nos dias chuvosos, segundo um morador do bairro. Que também comentou que a população aguarda por calçamento na avenida” (Diário do Iguçu, de 10 e 11 janeiro de 1998, p. 9). Nessas notícias e relatos, percebem-se algumas melhorias no bairro. Porém, o referido calçamento de pedra irregular foi conquistado, mas como foi feito às pressas, não durou por muito tempo. O jornal anunciou o péssimo estado da avenida Joaquim Domingues, onde “o calçamento foi aos poucos sendo desmoronado pela má qualidade é substituído por pedras e os buracos são inevitáveis. [...], em dias de chuva a passagem pelo trecho é impossível, já que os buracos estão tomando proporções cada vez

maiores” (Diário do Iguaçu, de 29 de Março de 1999, p. 3). A imagem posterior noticiada em jornal demonstra a situação das estradas, por onde trafegavam as linhas de ônibus.

IMAGEM 15: LINHA DE ÔNIBUS E PÉSSIMAS CONDIÇÕES DAS ESTRADAS.



FONTE: Diário do Iguaçu. Edição de 01 de Junho de 1999. Ed. Nº 589, p. 3.

Outro ponto que caracterizou as dificuldades na área foi ausência de água encanada de qualidade e em quantidade para atender a demanda e representou um dos grandes contratempos enfrentados no bairro, prorrogando-se por décadas. Seu Sebastião Garcia (2001), testemunha “que era preciso buscar água lá nos fundos do loteamento, na baixada (na Área Verde), junto ao córrego Meneghini. A água era embarrada nos dias que chovia, [...]” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Também se observa que os serviços domésticos eram difíceis e a falta de água implicava no cotidiano das pessoas, pois era comum chegar do serviço, não ter água e pela necessidade, se ia lavar as roupas na sanga (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Percebe-se que a falta de infraestrutura fez parte da história do bairro e está presente na memória da população e as formas como ela buscava soluções para enfrentar as dificuldades. Em outro depoimento de seu Sebastião Garcia (2010), ele conta que “a água que vinha para nossas casas era pouca e de um poço comum, sem profundidade e margem da sanga. Foi feito pela ‘mobiliária’ (imobiliária) Catedral, a população dividia os gastos, e eu

cobra o pessoal e fazia as arrumações” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010).

A falta de água no bairro seguiu sendo um problema na década seguinte, pois mesmo com o fornecimento de água encanada, ela era insuficiente, pois o bairro é um lugar alto, o que dificultava a chegada de água. A notícia do Jornal Diário do Iguaçu relata esse descaso: “um dos bairros que sofre com a falta de água hoje, é o bairro Vila Real. A falta de água não é diária, mas constante. [...]. Segundo os moradores, o problema é frequente, a partir das 16h e só se resolve a partir das 24h” (Diário do Iguaçu, de 08 janeiro de 1998, p. 5). O problema da falta de água ocorreu durante alguns anos, agravando-se durante o verão. Outro ponto referente à falta de água foi o aumento da população e a falta de infraestrutura de muitos moradores, por serem pobres, muitas casas não tinham caixa de água. A falta de um local para armazenar era perceptível para as pessoas pobres, “que mais reclamam, por não terem caixa de água e dependem dos vizinhos para se beneficiar dela. Os que têm caixa de água precisam racionar para não ficarem sem. O caso em geral acontece pelos longos dias sem fornecimento de água” (Diário do Iguaçu, de 08 janeiro de 1998, p. 5). Nota-se que, devido à constante falta de água, existia entre ajuda das pessoas fornecendo água para os vizinhos. A falta de obras públicas no bairro Vila Real também era percebida pela ausência de um reservatório no bairro, que poderia sanar o problema do fornecimento de água, existente desde os primórdios do bairro. O tão sonhado reservatório foi instalado no bairro somente na década de 2000.

O saneamento do bairro Vila Real remete ao projeto inicial do loteamento de 1980, que, por meio de sua lei de Zoneamento, deixava de modo facultativo parte da infraestrutura, como o esgoto. Por essa razão, “o bairro Vila Real ainda não conta com tratamento de esgoto. Cada família é responsável pela construção de sua fossa, apesar de que nem todos o fazem. Por isso existem esgotos sendo jogados nas ruas” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Junto a isso, tem-se a coleta de lixo, que também foi deficitária, mas aos poucos melhorou, tanto que, na década de 1990, algumas melhorias foram acontecendo. Conforme depoimento de Lucas (2010), “a infraestrutura está melhorando, mas faltam várias coisas, como o esgoto e a coleta de lixo com maior frequência no bairro. [...]. O mau cheiro do esgoto, na área verde e nas ruas tem muito lixo” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). A coleta de lixo e a falta de lixeiras foram noticiadas no jornal do seguinte modo: “o problema da falta de lixeiras continua. Nas ruas não se encontra uma lixeira e os canteiros (as ruas) acabam ficando cheios de lixo. [...]. O que dificulta a coleta semanal de lixo no bairro” (Diário do Iguaçu, 28 de abril de 1999, p. 3).

A questão da limpeza dos terrenos baldios, do mato na beirada das ruas e no canteiro central da avenida Joaquim Domingues foi outra situação, conforme se lê no jornal da época: “as laterais das ruas estão cheio de lixo e mato, além do canteiro da rua central, tomado pelo mato. [...]. Já que a prefeitura não vem fazer o serviço. A maioria das vezes, os moradores mesmo se encarregam de fazer a limpeza” (Diário do Iguazu, de 29 de Março de 1999, p. 3). A imagem do jornal abaixo ilustra a avenida e os terrenos com mato, onde se percebe a necessidade de a população protestar novamente e realizar a limpeza das vias do bairro.

IMAGEM 16: A AVENIDA JOAQUIM DOMINGUES CHEIA DE MATO.



FONTE: Diário do Iguazu. Edição de 10 e 11 de Janeiro de 1998. Ed. Nº 197, p. 9.

A ausência de energia no bairro Vila Real foi outra realidade constatada ao longo do período estudado. Várias casas não tinham fornecimento de energia, por não terem condições de arcar com os custos da instalação da energia, por serem famílias carentes. Essas pessoas carentes, segundo Liliana (2010), “quem mais sofre são os moradores pobres, sobretudo da ‘área verde’, que puxam fios de energia da vizinhança ou da própria rede de energia. [...]. E já causou incêndios em casas, por meio de ‘curtos’” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). A falta de energia elétrica por causa de temporais causou transtornos na vida das pessoas, “pois basta um vento mais forte ou chuva que não temos luz. Ironiza um morador, que a única coisa que não falta aqui na história do bairro, é problema, afirma João Miotto, que reside a muito tempo no bairro Vila Real” (Diário do Iguazu, de 08 janeiro de

1998, p. 5). A ironia do morador acima citado também foi noticiada em jornais, porque a falta de luz, com a queda de árvores na rede de energia é constante, como se afirma no dia 6 janeiro, “[...]. O fato ocorreu por causa de um vendaval que caiu sobre a cidade e que teve muitos prejuízos. A queda de árvores em cima da rede de energia na região do bairro Vila Real prejudicou novamente o fornecimento de energia por mais de um dia” (Diário do Iguaçu, de 08 janeiro de 1998, p. 5).

A falta de iluminação pública nas ruas do bairro Vila Real foi uma reivindicação dos moradores, porque a dificuldade de caminhar à noite aumentava, visto que, “com os buracos, o mato tomando conta das ruas e a falta de iluminação pública é uma preocupação dos que residem na comunidade, que aumenta cada dia e o problema se arrasta há anos. [...]” (Diário do Iguaçu, de 17 dezembro de 1997, p. 4). Percebe-se que os problemas prosseguiram no ano seguinte, uma vez que, conforme o relato de um morador, “um dos sérios problemas enfrentados pelos moradores da Vila Real, conta João Pedro Gândido da Silva, é a falta de luz pública em muitas ruas [...]” (Diário do Iguaçu, de 08 janeiro de 1998, p. 5). Os moradores reivindicaram luz pública nas ruas por meio de mais um abaixo assinado, além de manutenção das luzes na avenida. Segundo o depoimento do morador Lino Slaviero (2011), “que cobram a taxa de luz pública de todos os moradores, sendo que só uma rua tem energia e ainda a metade das lâmpadas queimadas. Quando realizamos um documento assinado pelos moradores, pedindo luz nas ruas, os vereadores e a prefeitura negaram o pedido. [...]” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 2). A negativa do pedido de iluminação aos órgãos públicos está noticiada em jornal e, segundo um morador do bairro, “os vereadores que não aprovaram o projeto da prefeitura para iluminação das ruas, deveriam vir aqui na Vila a noite, para verem a escuridão e tomarem consciência do perigo” (Diário do Iguaçu, de 08 maio de 1997, p. 5).

Perante as muitas dificuldades enfrentadas, a diversão e a sociabilidade amenizavam os sofrimentos dos migrantes em momentos pontuais nos finais de semana. Tinham a diversão no salão comunitário, com as festas, jogos de bocha, carta, vôlei e futebol, que já se realizava desde a década de 1980 e intensificou-se na década seguinte. Nesse local, reuniam-se muitas pessoas e, por essas pessoas, o espaço era considerado o centro do bairro. O bairro possuiu o salão comunitário como o centro simbólico da organização espacial do lugar e estes são os pontos que valorizam. (CASTELLS, 2006), ou seja, o espaço mais significativo de sociabilidade do bairro Vila Real estava em torno do salão comunitário, quadra de areia e do campo futebol.

O Centro Comunitário foi fundado em 18 de outubro de 1986, a partir do campo de futebol e a construção do salão aconteceu no ano seguinte. A ampliação do espaço, anexando cancha de bocha, churrasqueira e outras dependências, ocorreu na década de 1990. O salão comunitário localizava-se no final da rua Primo Nissola, para o lado leste do bairro, próximo a um espaço arborizado. Esse local foi o espaço para os encontros da população, para a prática esportiva, em que se destacam as partidas de futebol do time local, contra agremiações da cidade. O depoimento de Monique Gomes (2010) relata “que perto de sua casa, tinha a quadra de areia, o campo de futebol, que reunia muita gente nos ‘encontros’ (jogos), e muitas árvores no bosque ao lado. [...], foi um espaço que reunia o povo aos domingos. [...]. As vezes jogamos voley [sic] na areia” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). A imagem sequencial mostra o salão, parte do campo de futebol e, ao fundo, a mata do bosque.

IMAGEM 17: SALÃO COMUNITÁRIO E CAMPO DO BAIRRO VILA REAL.



Fonte: COLLING, 2011, p. 32.

O Salão também reunia muitas pessoas para jogos de cartas e bocha e, sobretudo, os bailes e as diversas festas comunitárias realizadas pela diretoria da Igreja Católica. Os bailes da diretoria aconteciam com frequência e a primeira festa do padroeiro, que se tem registro em ata aconteceu em 04 de fevereiro de 1996, com objetivos de arrecadar fundos. Teve procissão, churrasco e matinê. Contou com a presença e ajuda de muita gente e agora acontece anualmente (O BAIRRO VILA REAL, 2011). As festas do padroeiro em conjunto

com os bailes realizados anualmente foram eventos sociais e religiosos que marcaram a memória da população do bairro. Tanto que esses eventos acontecem ainda na atualidade, segundo o vice-presidente Valtecir Behnem, conforme a reportagem do Diário do Iguaçu (2020), “que o salão comunitário é um espaço do bairro e as principais atividades são: as festas do padroeiro, tradicional costelão, jantar dançante, encontros e bailes do grupo da Terceira Idade, clube de Mães, grupo de Mulheres e outros”.

Portanto, a migração foi uma alternativa para a população empobrecida e sinal de esperança de dias melhores para os moradores que estavam chegando ao bairro Vila Real. Porque se percebe, nos depoimentos, que a busca por emprego foi o grande motivo de atração. O depoimento de Guilherme Moura Martinello (2010) demonstra que a “minha família veio para a Vila Real em 1982, de Concórdia e não tinha trabalho. Aqui tinha nos abatedouros. Até hoje moramos aqui na mesma área e o povo é bom. [...]” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Nota-se que os migrantes que chegavam a Chapecó eram de outras cidades da região, que procuravam emprego e a notícia de trabalho atraiu seguidores.

Percebe-se, nos relatos, que muitas pessoas migraram para o bairro Vila Real a partir da questão da sociabilidade por meio dos vínculos familiares, como uma “segurança”. Conforme Marques, “os indivíduos que têm o apoio familiar, conseguem reduzir relativamente os riscos de cair na precariedade. [...]. Na verdade, os vínculos familiares, estão associados à prestação de ajuda a problemas cotidianos e para o acesso de bens e serviços fora do mercado” (MARQUES, 2009, p. 491). Porque muitos migrantes vieram por terem ouvido falar dos seus parentes, amigos e conhecidos, que, na cidade, havia serviço e que estavam “bem” em Chapecó, com emprego e alguns com casas, terrenos e outros bens. Conforme o depoimento de Ianka Barreto (2010): “sua família veio morar no bairro Vila Real, atrás da casa da minha tia Preta por alguns anos e depois de alguns anos se mudamos para a nossa casa. Porque os parentes diziam, que aqui tinha trabalho e com o tempo se conseguia as coisas: casa, carro e dinheiro” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Assim, verifica-se a presença da sociabilidade por meio dos parentes e conhecidos. A ajuda, sobretudo dos familiares, é perceptível no depoimento de Lucas Rodrigues (2010), ao afirmar que seus familiares “vieram morar no Vila Real com 18 anos em 1992 na casa de familiares. [...]. Com o tempo, deu para morar de aluguel e alguns anos mais tarde, deu para “financiarmos” uma casa” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010).

A questão do preço acessível é um elemento apontado por diversos depoentes, como o caso de Caroline Rogig (2010): “Nos’ morávamos no bairro Eldorado, e viemos morar na

Vila Real, porque onde ‘nos’ morávamos tinha um ‘riusinho’ e fomos relocados. Com o dinheiro do terreno deu para comprar um lote na Vila e financiamos uma casa” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Isso foi o que motivou a mudança de bairro pela depoente, pois os valores dos terrenos foi um sinal de esperança e melhoria social, visto que atraiu as pessoas ao espaço no sonho de ter sua casa própria. No bairro, observa-se a presença das diversas migrações, tanto rural-urbana já citada anteriormente, de interbairros como no depoimento acima inserido e a migração urbano-urbano, que está no depoimento de Laiane Carnier, “que relata que sua mãe veio de Porto Alegre, onde enfrentava dificuldades. Vieram para o bairro, em 1993, pois conseguiram empregos. Meus pais optaram pelo bairro, pois tinha parentes ai e porque foi o lugar que conseguiram comprar terreno para fazer a casa” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Nesse depoimento, assim como em outros, constata-se que não foram somente os preços acessíveis dos terrenos que atraíram pessoas ao local. O fato de ter pessoas conhecidas e, sobretudo, familiares residindo no local, também atraíram pessoas ao bairro.

Há, nas memórias dos migrantes, um misto de dificuldades que causou a migração e os enfrentamentos na vinda para o bairro. Porém, a opção por migrar e morar no bairro também são vistas como uma oportunidade de melhorar, por meio do trabalho, da aquisição de um terreno e de possuir a casa própria. Sendo assim, a segregação social é induzida e constata-se, por meio dos fragmentos de memória, a importância da sociabilidade entre vizinhos, familiares e amigos, por meio do regime de entre ajuda, que possibilitava superar as dificuldades enfrentadas pela ausência do poder público e pela pobreza da população.

3.3 HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS INSTITUIÇÕES DO BAIRRO VILA REAL

A seguir, serão descritas algumas instituições e organismos que atuaram significativamente na história do bairro Vila Real. Elas foram recordadas diversas vezes nas memórias descritas. Algumas fazem parte da história inicial do bairro, outras foram surgindo em decorrência das necessidades do espaço urbano, que foi ampliando o número de pessoas. Além disso, outras são de cunho social, político ou religioso. Todas com tempo de atuação diferente, mas que possuem seu destaque particular, que já foi ou ainda serão mencionadas. Nem todas as instituições têm registros históricos ou, em alguns casos, não foi possível o acesso e, por essa razão, poderá haver lacunas ou fatos parciais e ausentes. Também pode

aparecer pretensiosos registrar a história das instituições e grupos atuantes no loteamento, pois se trata de um tema amplo, diversificado e cada instituição tem suas características peculiares.

Serão destacadas as histórias de diversas instituições de forma direta ou indireta: a Escola Municipal, o Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM), a Igreja Católica, a Igreja Assembleia de Deus e o primeiro comércio do bairro. Além de diversos organismos e grupos que tiveram sua atuação em conjunto com as instituições e que são citadas diversas vezes no decorrer da pesquisa: Associação de Moradores ou Conselho Comunitário, Grupo de Jovens, Associação de Pais e Professores, Clube de Mães, Grupo de Mulheres e outras.

3.3.1 A Escola Básica Municipal Vila Real e CEIM Proteção

A Escola Básica Municipal Vila Real abrange diversas realidades sociais, desde os antigos moradores até o período recorte em 1999, pois o bairro expandiu rapidamente com novas residências e, conseqüentemente, o número de alunos aumentou consideravelmente ao longo dos anos. A instituição foi criada para atender a necessidade da população do loteamento Vila Real em 1984. Nesse período, as escolas mais próximas eram Lara Ribas há dois quilômetros e Zélia Scharf situada a três quilômetros. A motivação e empenho da comunidade em conjunto com as lideranças locais geraram reivindicações para a prefeitura, como a escola. É importante contextualizar, que, no período, não estavam definidas as estradas de acesso e prevaleciam, no início do bairro, os carreiros e as bicicletas como meio de transporte.

Desse modo, no dia 24 janeiro de 1984, uma comissão formada pela comunidade do loteamento reuniu-se com o prefeito e secretário de educação para reivindicar e iniciar o processo de criação da escola. Menos de um mês depois: “No dia 21 de fevereiro de 1984, a escola foi inaugurada, funcionando num galpão existente no bairro, cedido peça imobiliária Catedral. A escola foi criada pelo decreto lei nº 2.515, de 21 de fevereiro de 1984” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001).

No ato fundacional da escola do loteamento Vila Real, a administração municipal realizou a cerimônia de entrega do estabelecimento à comunidade. “[...]. Portanto, menos de um mês, com a colaboração de todos os moradores, a escola foi instalada em um espaço provisoriamente. Sendo que o estabelecimento tem previsão de atender 60 crianças, da 1ª a 4ª série. [...]” (Jornal Diário da Manhã, 24 de Fevereiro de 1984. Nº 93, p. 3). Ainda no ato de entrega, “a secretária de Educação municipal, mais uma vez cumprimentou a todos pelos esforços empreendidos pela comunidade. [...]” (Jornal Diário da Manhã, 24 de Fevereiro de

1984. Nº 93, p. 3). Também no referido momento, a comunidade agradeceu a administração municipal com uma presença considerável de pessoas e comprometeu-se a cuidar da escola, na pessoa de Leonir Barcarol, um dos primeiros líderes da comunidade: “Disse que os moradores do Loteamento Vila Real agradecem e que pretende continuar colaborando com a administração municipal, cuidando da escola” (Jornal Diário da Manhã JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 24 de Fevereiro de 1984. Nº 93, p. 3). Dentre as muitas lideranças que participaram e esforçaram-se na luta para a implantação da escola e dar seus primeiros passos destaca-se a moradora do bairro, Iones Crescella. Além de mediadora da comunidade junto aos órgãos públicos, ela foi a professora no princípio da escola, cuidava da limpeza do espaço, fazia os lanches, motivava os pais para a realização de melhorias da construção e ainda garantia a higiene e saúde dos alunos.

O prefeito municipal ao cumprimentar os moradores falou sobre uma mudança de tempo e pediu compromisso da comunidade. “Disse: a administração tem procurado ouvir as classes e os moradores. [...]. Mais uma vez, pediu a colaboração das lideranças, dos pais, dos alunos. Para que unidos, possam trabalhar pelo benefício da comunidade do Loteamento” (Jornal Diário da Manhã, 24 de Fevereiro de 1984. Nº 93, p. 3).

A escola teve seu funcionamento provisório, de forma precária, em um galpão no loteamento. Esse galpão foi cedido pela imobiliária Catedral que tinha esse espaço como depósito de material de construção no período da edificação das primeiras casas de BNH. Esse depósito estava localizado na esquina da avenida Joaquim Domingues nº 578, com a rua Primo Nissola. “Diante desta situação, a comunidade escolar da época se reuniu em prol de melhorias para o espaço. Os movimentos comunitários como Clube de Mães, Associação de Moradores e APP foram grandes protagonistas dos avanços e conquistas para a escola” (SOUZA; CORDEIRO, 2019, p. 5). Como o galpão era um espaço impróprio para uma escola, a comunidade fez pequenas reformas por conta própria e algumas instituições colaboraram para a melhoria do espaço, dentro do que era possível. “[...] A senhora Maria Meneghini, por exemplo, costurou as cortinas, que foram doadas pelo Clube de Mães à escola. As prateleiras e utensílios também foram doados, reformados e organizados, junto com uma grande faxina no local, pelos pais e clube de mães, [...]” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). É importante considerar que esses grupos supracitados não representavam a todos e certamente têm um caráter de elite.

O espaço físico da escola não tinha assoalho, era chão batido de terra e teve alguns fatos pitorescos. Segundo depoimento da professora Iones Crescella: “No primeiro dia

sofremos, porque tinha muita pulga, o galpão era de chão batido. [...]. Quando chovia, as crianças precisavam abrir o guarda-chuva para se proteger, pois havia goteiras em todo o galpão” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 2). O senhor Sebastião Garcia teve destaque na atuação junto a escola, pois foi membro da primeira APP e socorreu diversas vezes a professora e os alunos, por causa da chuva, vento, pó e barro na escola.

No primeiro ano, a escola funcionou em dois turnos, regida pela professora Iones Crescella. “Estudaram na escola 40 alunos/as de 1ª a 4ª série do 1º grau. [...]. Já no início de 1985, a escola iniciou suas atividades numa casa do BNH que estava desabitada” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Esse espaço está localizado na rua Primo Nissola, nº 16, a 70 metros do salão comunitário.

Em julho de 1985, foi inaugurada a primeira sala de aula, do prédio definitivo da escola, situado à rua Emílio Paludo nº 32 D. A professora Iones Crescella comentou que “foi realizado uma festa caipira para inauguração da escola, onde cada um levou um prato e aconteceu até casamento caipira. Neste ano estudaram ao todo 65 alunos/as na escola” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 2).

Com a chegada de mais moradores ao bairro e uma maior procura de crianças pela escola, houve a necessidade de ampliar o prédio. “Em 1987 o prédio foi ampliado, ficando com três salas de aula, área coberta, secretária, cozinha e dois banheiros. O número de alunos/as ampliou para 121” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Outras melhorias de menor expressão na infraestrutura foram realizadas, tendo os pais e professores como protagonistas. Foi importante a conquista do espaço para a criação da primeira turma de pré-escolar em 1990.

As mudanças na nomenclatura da escola aconteceram duas vezes para adaptar-se aos parâmetros legislativos educacionais. “No ano de 1991, a Escola Isolada Municipal Vila Real, foi transformada em Escola Reunida Municipal Vila Real, cujo o nome, segundo a professora Iones Crescella foi dado em homenagem ao Loteamento Vila Real, criado neste ano” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Nesse mesmo ano, ainda foram construídas mais duas salas e o espaço da biblioteca.

Com a intenção de implantar ensino fundamental do Ginásio, foi necessário adequar os termos: “Através da portaria SEE nº 0223/92 de 24 de abril de 1992, a escola foi transformada em Escola Básica Municipal Vila Real, funcionando com pré-escolar, 1ª a 4ª série, duas turmas de 5ª série e uma turma de 6ª série do 1º grau, contando com 330 alunos” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Nos dois anos seguintes, consecutivamente, foram

implantadas a 7ª série e a 8ª série, tornando-se, no ano do décimo aniversário, uma escola com o 1º grau completo, conhecido como ensino fundamental na época. Quando completou seus 10 anos de fundação, para homenagear a escola e celebrar a luta de tantas pessoas, “foi realizado uma hora cívica, um desfile dos alunos pelo bairro (conforme a imagem abaixo), com apresentações feitas pelos alunos/as e entres elas destacamos o poema criado pelo alunos/as: Clodoaldo Fachin, Rosaldo Meneses, Eder de Lime e Geneci Alves Toledo” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). O poema foi intitulado “Uma Década de Luta”:

Tudo começou em um barracão de madeira, onde não tinha cadeira para sentar, alunos faziam sacrifícios para estudar; Mas o tempo foi mudando e muitas coisas novas aparecendo com o apoio da comunidade, novos recursos foram nascendo; Depois do barracão, fomos estudar em uma casa de alvenaria, era um pouco mais pequena, mas pelo menos dentro não chovia; Em 1985 conseguimos uma escola com uma sala, banheiro e cozinha, ganhamos também um guarda e servente que antes a escola não tinha; Foi construído mais uma sala e mais uma professora veio aqui lecionar, de escola isolada passou a reunida e assim continuou a crescer e mudar; Depois de vários anos, tudo mudou, graças a pessoas competentes, não é a escola que todos sonham, mas é, pelo menos, uma escola decente.

Outro ponto de destaque ocorreu em 1997, quando foi implantado, na escola, no período noturno, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que teve uma grande procura, porque muitos moradores do bairro sentiam a necessidade de estudar ou completar os estudos do 1º Grau por causa do trabalho e não o realizaram outrora por falta de oportunidade. “Tanto, que no primeiro ano já teve uma grande procura. No ano de 1998 estudaram 230 alunos e no ano de 2000 208 alunos. [...]” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). A média de 200 alunos por ano é expressiva, sendo esta a oportunidade de estudos para muitos migrantes que estavam situados no bairro há poucos anos.

Com a APP e professores, a interação da escola com a comunidade em geral foi em busca de melhorias reivindicando direitos. Com apoio irrestrito da escola, o loteamento conquistou o Centro de Educação Infantil Municipal Proteção, que foi fundado como ‘creche’ do bairro Vila Real. Tratando-se de creche, menciona-se a ‘Dona Santa’, como é conhecida a senhora Santa Idelse Ceccon Morigi. A ‘Dona Santa’, desde a década de 1980, cuidava de crianças em um espaço anexo à sua casa. Durante mais de uma década, ela atendeu nesse espaço, registrado como creche domiciliar que chegou a atender até 15 crianças. Algumas em um período e outras eram atendidas o dia todo. “O bairro Vila Real, conta com uma creche domiciliar há alguns anos, que atende um considerável número de crianças. Tem uma

significativa importância para as famílias, que tem os pais que trabalham o dia todo” [...]” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001).

A partir da década de 1990, a procura por esse espaço foi aumentando. Porém, a falta de uma creche do bairro fez com que a ‘Dona Santa’ e as lideranças do bairro reivindicassem um centro infantil municipal. Foi organizado um protesto, a comissão representativa marcou audiência com o prefeito e outros, para, assim, obterem um espaço apropriado e que atendesse a demanda do local. “[...]. O número de crianças, porém, começou a aumentar e ‘Dona Santa’ procurou a escola, para mobilizarem os líderes e a população, para juntos ao Poder Público solicitar um espaço mais adequado e com profissionais igualmente capacitados” (BEHM, 2009).

Após algumas idas até a prefeitura, audiências com a secretaria de educação e um abaixo assinado, obteve-se a tão sonhada ‘creche’. “[...]. Em depoimento, ‘Dona Santa’ relata. Com o apoio de várias pessoas, em especial, a professora Lucilia Motta, o espaço foi conquistado. Foi alugada uma casa, adequada a creche infantil e se atendia em torno de 35 crianças” (BEHM, 2009). A creche foi inaugurada no dia 1 de Abril de 1998.

O jornal Diário do Iguazu noticiou que, com a fundação da ‘creche’, ela atenderia “a população do bairro Vila Real, inaugurou nessa quinta-feira um Centro de Educação Infantil, que vai atender 36 crianças de zero a cinco anos de idade. [...]” (Jornal Diário da Manhã, de 03/04 e 05 de Abril de 1998, p. 9). A mesma publicação destaca que a ‘Creche’ seria gratuita e era uma parceria entre a população do bairro e da prefeitura. “[...]. Além dos recursos financeiros e materiais, a secretaria da prefeitura também garante apoio pedagógico. “Nossa preocupação é com a educação integral do aluno e garantindo o direito a cidadania”, afirmou o secretário de educação” (Jornal Diário da Manhã, de 03/04 e 05 de Abril de 1998, p. 9).

Nos primeiros anos de funcionamento, o apoio da comunidade e das instituições locais foi importante para melhorar o espaço e obter o material em geral, pois o espaço era restrito e muito simples. Com o passar de alguns anos, o espaço ficou pequeno, diante da demanda e fez-se necessário um espaço físico maior e a ampliação do quadro de profissionais. Alguns anos mais tarde “a comunidade foi contemplada com a sua reivindicação, com a construção do novo espaço do Centro de Educação Infantil, pela prefeitura municipal. O local terá capacidade de atender 70 crianças, 8 funcionários e 1 coordenadora. [...]” (BEHM, 2009). A imagem abaixo é do novo Centro Infantil, alguns anos após sua fundação. A primeira imagem é do primeiro Centro Infantil, em que se mostra a precariedade das instalações onde a creche

funcionava em uma casa adaptada. Na segunda imagem, tem-se o Centro Infantil em seu novo espaço, já na década de 2000.

IMAGEM 18: CEIM VILA REAL, EM 1998.



Fonte: Acervo do Autor.

IMAGEM 19: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO BAIRRO VILA REAL.



Fonte: COLLING, 2011, p. 38.

O Centro de Educação Infantil Proteção localiza-se na mesma quadra do colégio municipal. É importante frisar que as duas instituições educacionais do bairro conectam-se na sequência do projeto educacional da população e compartilham espaços em comum: jardim, quadra, vigilante e ginásio. Enfim, percebe-se na busca por reivindicações referentes à educação, traços de uma sociedade que se auto-organiza.

3.3.2 As Instituições religiosas no bairro Vila Real

A existência de diversas denominações religiosas no bairro Vila Real desde seu princípio representa harmonia, luta em conjunto e respeito pela diversidade. Entre as diferentes denominações religiosas que tiveram atuação no período inicial do loteamento, destacam-se a Igreja Católica São Brás e a Igreja Assembleia de Deus, sendo que poucas foram as informações obtidas sobre esta última. A escolha dessas duas instituições ocorreu por estarem desde o início no local e não terem um caráter de exclusão de outras denominações religiosas no bairro. A Igreja Católica teve sua presença marcante desde o início do loteamento. Antes de celebrarem no bairro, um pequeno número de fiéis deslocava-se para a comunidade São José Operário, no bairro Passo dos Fortes.

As primeiras celebrações no loteamento ocorreram no início da década de 1980 e, de acordo com o depoimento de Salete Andreola, “em 1983 aconteceu a primeira missa celebrada pelo padre Tedesco. Neste dia houve o batizado de Giseli Andreola e também a bênção da primeira capelinha de Nossa Senhora do Carmo a qual visita as casas até hoje. [...]” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 4). As primeiras celebrações aconteceram nas casas das famílias, sendo que a primeira celebração aconteceu na casa de dona Doralina. Em 1984, a comunidade passou a funcionar nas dependências da escola, seja no galpão, como na nova construção (O BAIRRO VILA REAL, 2011).

O primeiro espaço próprio da Igreja Católica foi adquirido em 1989, com ajuda de todos os moradores e do padre Clair, quando foi comprada uma casa de madeira e reconstruíram em um terreno baldio, na rua Albino Sá Filho, nº 1775 (O BAIRRO VILA REAL, 2011). Com o crescimento numérico da população no bairro, o espaço da Igreja Católica foi ficando pequeno. Por isso, a comunidade, em 1991, decidiu comprar um terreno para a construção da nova igreja. Em depoimento de Lúcia do Carmo, tem-se que “fizeram um empréstimo do Fundo Comum, para que este sonho se realizasse. [...]. A construção aconteceu no ano de 1992, foram vários finais de semana de mutirão e colaboração de todos para que a igreja ficasse pronta” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010).

Percebe-se que a construção foi uma causa de sociabilidade e inter-relação entre os membros da igreja. Na imagem posterior, tem-se a nova igreja.

IMAGEM 20: IGREJA CATÓLICA CONSTRUIDA NA DÉCADA DE 1990.



Fonte: Acervo do Autor

A comunidade não tinha um nome e nem padroeiro. Sendo assim, antes que a construção estivesse concluída realizou-se uma reunião, em que os fiéis da igreja e o padre Clair escolheram o padroeiro da comunidade. “A maioria votou para ser Nossa Senhora Aparecida, São Brás tinha apenas três votos. Como já existia uma comunidade na região com esta padroeira, decidiu-se por São Brás” (O BAIRRO VILA REAL, 2011).

O registro em ata da Igreja Católica informa que a primeira festa do padroeiro aconteceu em 04 de fevereiro de 1996. Esse momento de fé e sociabilidade aconteceu com uma celebração, procissão, seguida de almoço e festividades no salão comunitário. Nesse dia, iniciou-se uma campanha para adquirir uma imagem grande de São Brás, que foi comprada através de uma rifa, feita pela turma de crisma. Mas o dinheiro não foi suficiente e, por isso, a comunidade contou com doações em dinheiro de Valmor Moratelli e Pedro Meneguine (O BAIRRO VILA REAL, 2011). A bênção dessa imagem foi realizada na festa seguinte, no dia 9 de fevereiro de 1997.

Muitas pessoas destacaram-se ao longo dos anos como os padres diocesanos, a presença significativa das irmãs de Madre Paulina e das lideranças, que realizaram atividades formativas de cunho pastoral e comunitário: grupos de reflexão, pastoral catequética e formação bíblica. Também ajudaram a articular ações de cunho social: formação de lideranças, criação do grupo da terceira idade do bairro denominado Grupo de Idosos Unidos em Cristo, grupos de estudos para reivindicar melhorias de infraestrutura, diretoria comunitária e a Pastoral da Criança, que teve uma atuação social destacada com os mais pobres, que residiam na Área Verde. Essa ação social da Igreja Católica ajudava no acompanhamento nutricional das crianças e idosos, com doação de alimentos e articulação política junto à prefeitura, para possibilitar o direito de moradia digna a essa população carente (O BAIRRO VILA REAL, 2011). Saliencia-se que as diversas lideranças tiveram papel de destaque na melhoria do bairro: reivindicando, articulando e manifestando as necessidades locais.

A interação da Igreja Católica por meio de seus diversos grupos de pastoral com a sociedade do bairro é destacada pelo compromisso com a população, na busca por melhores condições de acesso aos direitos, estudos e qualidade de vida. Tanto que a escola, a creche e outras denominações religiosas tiveram grande parceria com manifestos, reivindicações por atendimento à saúde. Assim sendo, “no ano de 1997, a igreja cedeu seu espaço para a escola, como sala de aula para duas turmas. [...]. No ano seguinte para atendimento odontológico e médico da população do bairro” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 7).

Da história da Igreja Assembleia de Deus, tem-se poucas considerações históricas encontradas, o que sabe é que se refere à década de 1980. Ela foi uma igreja de cunho muito próprio e demorou mais de uma década para ter um espaço próprio. Os encontros celebrativos aconteceram na casa do pastor e caracterizavam-se pelo cunho evangélico, com um grupo pequeno de fiéis. “Em 1990 a igreja ficou fechada por um período, pois o pastor foi transferido. Foi reaberta alguns anos mais tarde, com a vinda de um novo pastor. Um espaço próprio para celebrações só foi possível a partir de 2000. [...]” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 9).

Apesar de os seus fiéis serem vistos como os ‘diferentes’, pela maioria da comunidade, que era católica, não houve dificuldades na vivência inter-religiosa (O BAIRRO VILA REAL, 2011). As relações da população do bairro não divergiam por causa da religião e isso se percebe em diversas ações de auto-organização: para reivindicar creche, escola e na construção e uso do salão comunitário. Afinal, é perceptível que o bem maior, em prol do

bairro, era para todos, independente de denominação religiosa, “tanto que a população e seus filhos, sejam católicos ou “crentes” da assembleia de Deus, estudavam e brincavam nos mesmos espaços, em harmonia e respeito a diversidade religiosa. [...]” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 8). A Igreja Assembleia de Deus usou diversas vezes o salão comunitário, que era um espaço construído pela maioria da comunidade católica, para celebrações e pregações com pastores renomados, que atraíam maior número de fiéis, assim como para eventos de cunho recreativo, como gincanas e almoços de confraternização da comunidade de Evangélicos da Igreja Assembleia de Deus.

3.3.3 O comércio no princípio do bairro Vila Real

O comércio nos bairros que estão iniciando o povoamento, geralmente, tem um caráter familiar, por serem pequenos e ainda não possuem uma clientela com grande demanda. O senhor Adão do Carmo e sua esposa Lúcia, moradores do bairro desde 1982, tiveram o primeiro comércio do bairro. Os bares dos prostíbulos não tinham um caráter de comércio, que atendesse as necessidades básicas e por serem vistos como um local impróprio para a população do bairro Vila Real na década de 1980. Em seu depoimento, seu Adão do Carmo (2001) destacou “que a necessidade de a população local adquirir gêneros alimentícios de primeira necessidade e para tomar uma cerveja, me fez abrir uma mercearia (bar), pois conhecíamos todos os clientes e seus familiares. [...]. O bar do ‘Seu Tigrinho’ foi aberto em 1988” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). A casa, que também era um bar, era de madeira e, na década de 1990, foi construída, ao lado, outra que era de alvenaria. O comércio foi renomeado para Bar&Padaria Vila Real.

O aspecto da familiaridade e confiança em relação à clientela está relatado por seu Adão, quando “diz que as pessoas vinham buscar os produtos, ou mandavam as crianças e só acertavam quando ‘vinha’ o ordenado ou tinham dinheiro” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). O local, além de fornecer alimento e produtos de primeira linha, tinha um aspecto de encontro de pessoas, pois, no “mesmo espaço da mercearia tinha um bar. Era comum o pessoal dar uma passadinha para tomarem uma cerveja ou “pinguina” (pinguinha) no final de tarde e aos domingos para jogar carteadado para se descontraírem. [...]” (O BAIRRO VILA REAL, 2011, p. 2). Esse comércio ficava localizado na avenida Joaquim Domingues, nº 513, esquina com a rua Ermelindo Carlos Breda, próximo do primeiro ponto de ônibus.

No decorrer dos anos, outros estabelecimentos comerciais de caráter familiar foram se estabelecendo. Em 2000, o bairro “contava com o número de sete minimercados. Segundo o

comerciante Maximino Gehlen: “não é possível empregar ninguém, pois o movimento é pequeno”. [...]. Ainda existem 4 bares, um bazar, um salão de beleza, uma metalúrgica, duas mercearias e uma malharia” (SBEGHEN; MOTTA; SANTIN, 2001). Percebe-se que o comércio, praticamente, não emprega pessoas e quase toda a população busca emprego em outros locais. A imagem posterior mostra a frente do Bar&Padaria Vila Real, já construída de alvenaria. A direita da imagem está a casa de madeira, onde foi a primeira instalação do comércio.

IMAGEM 21: BAR&PADARIA VILA REAL NA DÉCADA DE 1990.



Fonte: Acervo do Autor.

3.4 MEMÓRIAS DAS MUDANÇAS DA PAISAGEM

A mudança da paisagem constitui um elemento importante da história e da memória dos moradores do bairro Vila Real. Muitos moradores em seus relatos apontam o desejo de mudanças nas paisagens por meio da melhoria na infraestrutura, o que, na prática, foi acontecendo aos poucos, com algumas melhorias, como a vinda do asfalto e a intensificação da ocupação dos lotes. Nesta parte do estudo, o recorte temporal avançará em alguns pontos até o final da década de 2000, para, assim, exemplificar as mudanças de paisagens no bairro,

com melhorias da infraestrutura, por meio da ação do poder público. A principal mudança está na ampliação do espaço urbano, que, no bairro, está associado à criação de novos loteamentos, com o aumento geográfico e populacional. Segundo Fujita (2008, p. 180), “essas transformações acabaram afetando diretamente a paisagem do lugar, pois o crescimento do perímetro urbano também foi responsável pelos surgimentos dos problemas, [...]”. Os problemas são ambientais, de mobilidade urbana e de falta de infraestrutura.

Retratando a questão da mudança da paisagem, é importante entender como o bairro e suas transformações estão ligadas a ações humanas. A transformação dos espaços decorre do processo de socialização pelos seus moradores. Santos (1992) afirma que “[...] quando se estuda a organização espacial e como os homens organizam sua sociedade no espaço, como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial” (SANTOS, 1992, p. 72). Portanto, a transformação dos espaços do bairro Vila Real tem reflexos nas ações sofridas no decorrer dos anos, pelas necessidades dos migrantes, do poder imobiliário e do interesse do poder público. Essas ações estão em conjunto com as políticas públicas e interesses do capital imobiliário que atuaram no local.

Em decorrência das ações humanas, constatou-se o processo de urbanização e mudanças na paisagem rural e a consequente redução de áreas cultivadas com agricultura no bairro e nas suas proximidades. No princípio do bairro, muitos moradores tinham o hábito de cultivar os terrenos baldios, segundo depoimento de Osmar dos Santos (2010), “que no início do bairro, no local da rua Osmar Fontes de Guimarães, havia poucos moradores e muita terra (muitos terrenos baldios) e nos plantávamos milho, abóbora, mandioca e de tudo um pouco. [...]” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Também se percebe uma estreita ligação dos primeiros moradores com a terra e a prática agrícola.

Notam-se mudanças constantes nos espaços explorados pela urbanização, assim como a preservação de locais mais arborizados esteve comprometida em nome da ampliação do local para novos lotes e moradores. Assim, define-se que “[...] a descrição de paisagens urbanas, tais como as descobrimos, percorrendo a cidade, dá ideia das etapas de sua evolução, mas não explica seu papel, não mostra do que a cidade vive e não permite compreender seus problemas” (CLAVAL, 2004, p. 44). Enfatizam-se as mudanças da paisagem, destacando a importância do estudo da memória, que é coletiva e, muitas vezes, parcial ou incompleta. Neste sentido, são tratadas, nas memórias, as modificações do local, a partir do contexto espacial, que perpassa de uma totalidade rural para uma região mista, entre rural e urbana,

prevalecendo as roças de cultivo e a urbanização sobre as matas, nascentes e áreas de cultivo consorciadas, que são as árvores frutíferas, pastagens, matas e pequenos roçados. Isso culmina com o depoimento de Viviane da Silva (2010): “Quando os meus pais chegaram no bairro [...], não tinha muito movimento e muitos terrenos vazios, poucas casas, bastante mato. [...]. Hoje o bairro é melhor, as coisas são perto de casa, eles aumentaram a casa e construíram outra para o meu avô, e mais bonito as ruas” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Na imagem 22, visualiza-se os alunos da escola local na avenida Joaquim Domingues em 1992, onde se observam poucas residências, rua sem asfalto, sem calçadas e muitos terrenos baldios. Já na imagem 23, são vistas mudanças na paisagem, com parte dos terrenos ocupados, com diversos tipos de residências na década de 1990.

IMAGEM 22: POUCAS RESIDÊNCIAS E MUITOS TERRENOS BALDIOS NO BAIRRO.



Fonte: Acervo do Autor.

IMAGEM 23: RUA JOHN KENNEDY: UM MISTO DE CASAS E TERRENOS BALDIOS.



Fonte: Acervo do Autor.

A melhoria das casas e residências é algo visível no bairro no decorrer dos anos, por meio do regime de entreajuda entre parentes e vizinhos. As casas foram ampliadas, por meio dos puxadinhos, que “em termos visuais, da impressão geral das casas, é de um aspecto inacabado que reflete a dinâmica das constantes extensões das residências (o chamado “puxadinho”), que servem para aumentar o espaço. [...]” (GUZZON; ANTUNES; MATIELO, 2015, p. 8). A demanda por residências e ampliações está na dinâmica de ocupação do local e traz o aspecto da sociabilidade e aproximação entre as pessoas. Houve uma ampliação numérica das residências, bem como no seu tamanho. Assim como a construção de uma segunda casa no mesmo terreno, que se tem no exemplo do depoimento de Fernanda Andrade, “minha mãe morou numa casa simples de madeira, no fundo do terreno dos seus avós, que tinha uma casa de alvenaria e que foi ampliado nos dias de folga, onde todos ajudavam como podiam e sabiam” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Através das imagens abaixo, exemplificam-se as diferenças nas residências e como a mudança da paisagem ocorreu no próprio loteamento, por meio das casas que foram reformadas, ampliadas, tendo casas de madeira, casas do projeto BNH, mistas, de alvenaria e, mais recentemente, com residências de médio e alto padrão.

IMAGEM 24: CASA CONSTRUÍDA PELO BNH, EM 1982.



Fonte: Acervo do Autor.

IMAGEM 25: CASA CONSTRUIDA NA DÉCADA DE 1980 E CASA MISTA DE 1990.



Fonte: Acervo do Autor



Fonte: COLLING, 2009, p. 35.

IMAGEM 26: CASAS POPULARES E CASA DE DOIS PAVIMENTOS.



Fonte: COLLING, 2009, p. 35-36.

As mudanças das paisagens destacam-se com novos loteamentos, que, inicialmente, não possuem pavimentação, calçadas e, muitas vezes, sem esgoto, como a imagem acima demonstra. As mudanças também acontecem com a melhoria de algumas ruas, com a construção de outras casas, com as ruas que eram esburacadas e não tinham esgoto, sendo que, atualmente, estão parcialmente pavimentadas, calçadas, asfaltadas, iluminadas e arborizadas e, em grande parte, pelas ações do poder público. Abaixo seguem algumas imagens que demonstram alterações na paisagem, no que refere às ruas, em que se destaca a avenida Joaquim Domingues.

IMAGEM 27: A AVENIDA JOAQUIM DOMINGUES NA DÉCADA DE 1990.



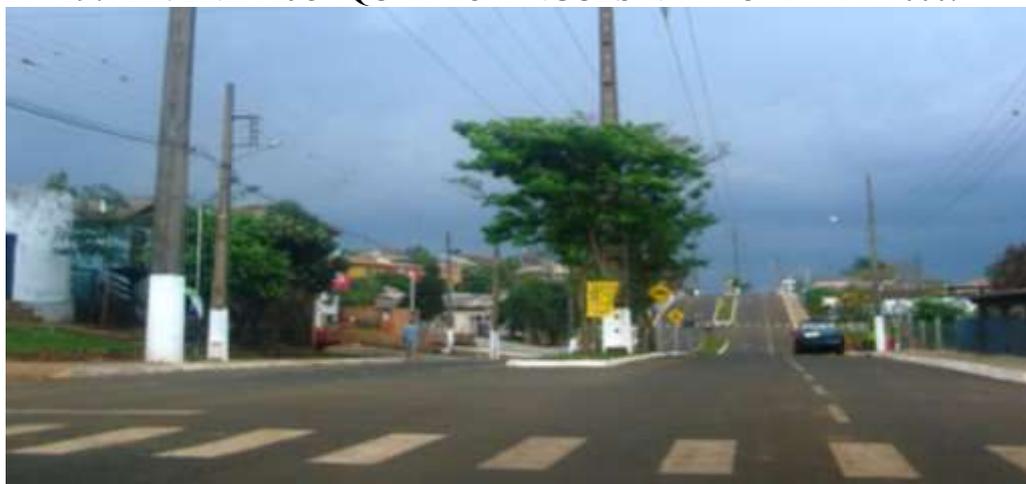
Fonte: Acervo do Autor.

IMAGEM 28: A AVENIDA JOAQUIM DOMINGUES NO ANO DE 2000.



Fonte: Acervo do Autor.

IMAGEM 29: A AVENIDA JOAQUIM DOMINGUES NA DÉCADA DE 2000.



Fonte: COLLING, 2009, p. 49.

O bairro teve em seu princípio e ainda tem em menor proporção, como característica, a proximidade com as áreas rurais, com plantações de grãos: soja, milho e trigo. Também existe, na proximidade, a criação de animais, com aviários, chiqueirões e pastagens com vacas leiteiras. Segundo o depoimento de Sebastião (2010), “o bairro possui na circunvizinhança, muita produção de hortaliças de carácter familiar, com grandes produções de verduras e legumes que atendem o mercado da cidade. E também há um número significativo de moradores do bairro, que trabalham nesses espaços acima mencionados” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Expresso em outros termos, a presença do rural não é marcada exclusivamente pelo fato de a população ter migrado da área rural para o bairro ou de suas relações de trabalho nas agroindústrias. De acordo com Santos (2009): “[...], há uma relação direta com o rural. O urbano somente é urbano devido à presença do rural diretamente integrado com ele” (SANTOS, 2009, p. 73). Neste sentido, percebe-se a interligação das áreas e que existem: rurais adaptadas às demandas urbanas e o inverso. “[...]. Hoje as relações

agrícolas contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. [...]” (SANTOS, 2009, p. 73). Essa inter-relação entre o rural e o urbano está presente em Chapecó e de modo específico no bairro Vila Real, isso produz uma relação cotidiana dos moradores com o rural devido sua geografia, assim como pelo fato de muitos moradores trabalharem na área rural.

A localização do bairro tem destaque desde seus primórdios e caracteriza-se pela retenção e exploração do solo. O espaço geográfico do bairro possui contornos rurais, vazios territoriais e ainda tem forte especulação imobiliária. As mudanças nas paisagens são identificadas na ecologia, no cuidado e preservação do solo, das matas e das águas. A imagem abaixo apresenta uma visão panorâmica do misto de urbanização, áreas rurais e pequenos pontos arborizados do bairro.

IMAGEM 30: VISÃO AÉREA ATUAL DO BAIRRO VILA REAL.



Fonte: Elaborado pelo Autor, em 2021¹⁷.

A imagem anterior dá uma noção geral da paisagem do bairro com diversos espaços de áreas arborizadas e com mata. Porém, essas áreas arborizadas possuem uma forte tendência a diminuir ou até desaparecerem, com futuros e novos empreendimentos imobiliários de prédios ou loteamentos. Ainda na imagem, constata-se que o bairro está rodeado por terras agricultáveis, onde se pratica a agricultura familiar, com a produção de uma grande variedade de hortaliças, e de área de terras destinadas ao cultivo da soja, milho e trigo. Na imagem, visualizam-se espaços rurais antes de chegar ao bairro Vila Real. Esses espaços que não foram loteados, mas tendem a integrar-se ao espaço urbano, por meio de novos loteamentos, transformando a paisagem do local de mista (rural-urbana) para aos poucos ser loteado.

Observa-se que a geografia do solo da região tem baixadas, onde existe um córrego que é afluente do rio Bela Vista, que está assoreado e danificado. Suas margens não foram

17 Imagem aérea do bairro Vila Real. Elaborado pelo autor de um vídeo. JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU: **Conheça os bairros Desbravador, Vila Real e Líder**. Série: Chapecó no Topo. Disponível em: <https://diregional.com.br/diario-do-iguacu/chapeco-no-topo/episodio-04/no-episodio-de-hoje-conheca-os-bairros-desbravador-vila-real-e-lider>. Acessado em: 17 Jan. 2021.

preservadas e a água está contaminada com resíduos agrícolas e de animais, conforme o depoimento de Ianka Barreto (2010). “Nós gostaríamos que a água do rio melhorasse; pois tratamento de esgoto não tem e com a água da chuva vai para a sanga; a coleta de lixo melhorase (-se); O pior são as ruas é só buraco, já a área verde é mais preservada, [...]” (ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL, 2010). Além disso, constata-se o descuido com as águas da sanga Bela Vista e de residências de extrema pobreza em suas margens até 2002, que consumiram o espaço e poluíram, conforme as três imagens que seguem abaixo.

IMAGEM 31: ACESSO A ANTIGA ÁREA VERDE, JUNTO A SANGA BELA VISTA.



Fonte: Acervo do Autor.

IMAGEM 32: RESIDÊNCIA NA ÁREA VERDE, JUNTO A SANGA BELA VISTA.



Fonte: Acervo do Autor.

AGEM 33: RESIDÊNCIA NA ÁREA VERDE E POLUIÇÃO DA SANGA BELA VISTA.



Fonte: Acervo do Autor.

Destaca-se o contraste que há no bairro com áreas rurais, em que, vinte anos depois, continuam expandindo-se novos loteamentos e, recentemente, condomínios de caráter residencial popular. O processo de verticalização das residências é visível no bairro e a localização destes está em pontos extremos. São assim denominados: condomínio Real Class Ville e Parque das Orquídeas, que somam 420 apartamentos. Outros condomínios de menor porte, como Nova Esperança e Vila Alegre, que possuem 120 e 180 apartamentos respectivamente, além de alguns condomínios com até 30 apartamentos. A presença de casas com um padrão de classe média e alta é perceptível no bairro e, sobretudo, nos loteamentos mais recentes. Tanto os condomínios, junto com os novos loteamentos no decorrer dos anos, conduziram à expansão do bairro. A procura por terrenos e habitações irá gerar um forte crescimento na região do bairro e, conseqüentemente, a especulação imobiliária. Essas novas formas de habitação resultam na produção e consumo do espaço urbano alterando as dinâmicas do espaço urbano local (NASCIMENTO E VALENTINI, 2017). Fruto desse processo é a organização espacial do local, regida pelos interesses especulativos do ramo imobiliário e com uma tendência a criar novos loteamentos e condomínios.

Uma característica histórica da maioria dos apartamentos e casas era de caráter popular e fomentada pelos financiamentos em programas habitacionais. Também se percebe claramente o contraditório no bairro referente à especulação, pois tem terrenos sem construção e que não estão à venda. A exploração do solo como espaço está na tendência de os terrenos diminuir em tamanho e praticar-se preços muito semelhantes. No bairro, há terrenos com as seguintes medições: 420, 360, 300, 240 e 200m². Essas mudanças advêm da

inter-relação dos meios econômicos e políticos. Entretanto: “Em Chapecó há uma produção e reprodução do espaço como lugar e meio de produção, [...]. Esse espaço não é neutro e nem abstrato, mas é resultado da inter-relação dos níveis econômicos e políticos” (ALBA, 2002, p. 163). O resultado dessas ações elitizadas é a existência de habitações diversificadas no bairro. Esses apartamentos diversos, casas simples de madeira, mistas, de alvenaria e outras de médio ou alto padrão apresentam a contradição que impacta na paisagem habitacional do bairro.

Entretanto, a mudança na paisagem do bairro é resultado da produção de uma força ideológica a partir das ações governamentais e dos meios de produção do capital, que estão presentes e sempre atuaram no decorrer da história do bairro Vila Real. São fruto dessas ações as mudanças e transformações ocorridas pelas forças humanas, políticas e econômicas que transformaram as paisagens ao longo dos 50 anos de história do local. Essas mudanças foram exemplificadas a partir do recorte temporal e dentro dos limites de acessos a fontes de pesquisa, que a pandemia permitiu e, assim, obteve-se por meio de um árduo trabalho de garimpagem de informações.

Por fim, é necessário destacar que o bairro Vila Real já se integrou à malha urbana de Chapecó, que deixou de ser um espaço segregado de apartação. A sua exclusão social por causa das carências de infraestrutura já foi melhorada significativamente. As melhorias das condições da população fez com que o local já não seja considerado um espaço de grandes carências. É importante destacar que o bairro Desbravado está localizado adiante do bairro Vila Real. Por outro lado, esse novo bairro, já surgiu como um loteamento planejado e com uma boa infraestrutura, diferente da formação mais ‘espontânea’ do bairro Vila Real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo inicial estudar e analisar a história do bairro Vila Real, com a intenção de reconstituir as memórias dos moradores por meio de entrevistas orais. Por isso, o princípio motivador inicial do estudo foi analisar o contexto migratório no oeste catarinense, de Chapecó e, especificamente, do bairro Vila Real, local onde transcorreu a pesquisa, por meio do recorte temporal de 1973 a 1999. Contudo, em função da pandemia de Covid-19, que afetou a pesquisa em quase toda sua duração, não foi possível realizar entrevistas conforme o planejado inicialmente devido a razões sanitárias e houve diversas restrições de acesso a fontes históricas.

A partir disso, redirecionou-se a pesquisa, sem abandonar a ideia primária de trabalhar a memórias. Mas se agregou, como tema de estudo, a ideia e o conceito de paisagem e sua transformação ocorrida no local e período. Mesmo com algumas restrições e dificuldades, foi possível realizar o acesso a jornais, impressos e fotos e os relatos já disponibilizados de moradores locais realizados entre 2001 em 2011, destacando, conforme Nora (1993), que a memória oral é uma lembrança de um grupo, da qual emergem e unem-se à história local.

Partindo do pressuposto de Sharpe (1992), sobre a ‘história vista de baixo’, buscou-se enfatizar as experiências históricas dos homens e das mulheres que facilmente foram esquecidos e não registrados na história oficial da cidade de Chapecó. No caso específico do bairro Vila Real, os descritos de memória não são, na grande maioria dos casos, dos mais simples e desprovidos, mas, mesmo assim, eram pobres. Entretanto, procurou-se ter em Halbwachs a base sobre memória, destacando as lembranças a partir do indivíduo e suas relações sociais, relatando e fazendo contrapontos na história local, pelos fatos marcantes nas memórias e lembranças dos moradores. Ainda se analisou a transformação da paisagem do local, a partir da percepção de Schama (1995), sobre a natureza e o humano conectados.

Na primeira parte da pesquisa, tratou-se dos principais traços da historiografia regional, destacando o processo de ocupação da região, a colonização, a criação e os primeiros anos de crescimento urbano de Chapecó. Também foram descritas as mudanças políticas a partir da década de 1950 em Chapecó e as mudanças populacionais e na paisagem urbana, promovidas a partir da fundação e ampliação dos frigoríficos SAIC, Marafon e, mais tarde, da Sadia e Aurora, já na década de 1970.

Demonstrou-se, em um segundo momento, as mudanças que ocorreram no modo de produção rural, por meio da implantação de políticas de incentivo à modernização do campo, com o incremento de máquinas, novas variedades de sementes, fertilizantes e animais com maior capacidade de produção de carne. Com isso, a produção passou a ser direcionada para a indústria de alimentos e o campo começou a expelir pessoas rumo ao espaço urbano, por meio do êxodo rural. Chapecó passou a ser um local de atração de pessoas para trabalhar como assalariados, em muitos casos, nas agroindústrias que passavam por um processo de expansão e consolidação a partir das décadas de 1960 e 1970.

A atração de pessoas para o espaço urbano de Chapecó foi dinamizada pela expansão das agroindústrias e outros setores de serviços. Consequentemente, ocorreu a necessidade de ampliar o espaço urbano com novos loteamentos nos arredores do centro e, depois, direcionado, sobretudo, para a região oeste, onde predominaram as agroindústrias. Além disso, foram constituídos espaços urbanos periféricos, que passaram a abrigar os ‘pobres e intrusos’, que formaram ‘cinturões’ de pobreza e que estavam à margem do processo de urbanização de Chapecó. Um desses primeiros deslocamentos da população pobre foi para um local na época distante, em espaço rural, mais tarde, denominado de bairro São Pedro. Ainda havia outros espaços que concentravam pobres, como o Curtume e a favela da COHAB.

O processo de expansão urbana em Chapecó contou com apoio político dos empresários, dos detentores do capital e dos proprietários das imobiliárias. Foram aprovados abertura de novos loteamentos, baseados em planos políticos de expansão urbana com os Planos Diretores que negligenciaram parte da infraestrutura básica nos novos loteamentos, ou alguns benefícios que não saiam do papel. Em contrapartida, foram direcionados muitos recursos para a modernização e embelezamento do centro e de seus arredores.

O desencadeamento desse processo de urbanização produziu novas áreas urbanas, da qual o bairro Vila Real foi resultado. Este foi um loteamento que demonstrou a realidade de um espaço periférico. O seu princípio esteve atrelado ao processo de limpeza social, retirando os prostíbulos do centro na década de 1970 e concentrando-os na região nordeste, em um local distante da cidade, denominado de ‘Céu Azul’. Mais tarde, anexou-se às proximidades o loteamento denominado de ‘Vila Real’. Esse loteamento teve como base as regras do Plano Diretor de 1977 e da lei de Zoneamento de 1980, que facultavam boa parte da infraestrutura urbana.

Em razão disso, a falta de infraestrutura no princípio do bairro Vila Real foi uma realidade, que atraiu muitos migrantes pobres. Era um espaço estigmatizado socialmente pelos

chapecoenses. O loteamento foi constituído em 1980 e sua ocupação efetiva ocorreu em 1982, com a entrega das primeiras 50 casas. Considerou-se uma 'vila', por ser muito distante do centro e das agroindústrias. Passou a ser um 'loteamento' urbano somente em 1989, quando passou a fazer parte do bairro Líder, recebendo melhorias e serviços públicos. Tornou-se bairro em 1999, recorte final da pesquisa.

O processo de reconstituição da paisagem, por meio das lembranças e memórias do bairro Vila Real fez-se com os relatos dos migrantes. A pesquisa demonstrou alguns pontos: ampliação do espaço urbano, intensificação do número de moradores e as melhorias na infraestrutura. A partir dos registros históricos, destacou-se que o local possuía o predomínio de uma população de baixa renda, de grande pobreza e marcado pelo preconceito que o loteamento carregava por conta dos prostíbulos; da dificuldade com a mobilidade urbana; de lotes a preços módicos e ausência de infraestrutura básica. A população migrante trabalhou desde o princípio nas agroindústrias, nos serviços domésticos, comércios e em áreas de produção rural.

A transformação da paisagem no bairro foi gradativa, sendo que, nesse processo, destacou-se a atuação de pessoas, muitas delas ligadas a instituições como a escola, o centro infantil, as igrejas, o centro comunitário e ao comércio local. Elas marcaram as reivindicações por melhorias nas deficiências do bairro, sobretudo, no acesso e infraestrutura. Essas transformações das paisagens ocorridas no bairro estão relatadas e registradas nas memórias e na imprensa, sobretudo, nos jornais, que já comunicavam, outrora, as ocorrências policiais do bairro. No decorrer dos anos, percebe-se, nos relatos dos jornais, que a comunidade foi se auto-organizando, por meio das lideranças e instituições, pedindo e conquistando melhorias junto aos órgãos públicos ou por pequenas iniciativas próprias. Muitas dessas publicações mostraram as reclamações, conquistas da população perante o poder público e ações comunitárias para melhorar o espaço. Esse conjunto de ações incidiu diretamente na mudança gradativa da paisagem local.

A paisagem do bairro foi se transformando de um local muito pobre, sem infraestrutura e menosprezado por causa dos prostíbulos e por ser distante, em um espaço ocupado por residências, de moradores provenientes de diversos lugares, tanto de Chapecó quanto de municípios próximos. Além disso, concluiu-se que há, no loteamento, migrantes provindos dos estados de Santa Catarina, do Paraná e Rio Grande do Sul. Nos relatos, foi possível observar a percepção dos moradores a respeito do crescimento urbano do loteamento e da transformação da paisagem, por meio de melhorias na infraestrutura e as conquistas

peçoais e familiares, que foram os aspectos mais visíveis e mencionados. Desse modo, notou-se que a mudança de paisagem teve, como agente de intervenção, o ser humano, por meio do poder público e das ações da população local, de obras públicas e leis, que permitiram a ação do capital imobiliário sobre o local. Constatou-se, nos relatos, que as mudanças no decorrer dos anos foram muitas, pois, a cada melhoria realizada em uma residência ou casa edificada e nas obras públicas como cascalho ou asfalto, foram intervenções que o espaço sofreu e são mudanças na paisagem do local.

Embora a pandemia tenha impedido que a ideia inicial da pesquisa fosse realizada, a pesquisa em sua trajetória apontou para novas possibilidades a serem pesquisadas no futuro. Dentre esses pontos, destaca-se, por exemplo, o processo de constituição dos prostíbulos no local que formava o chamado ‘Céu Azul’, da concepção do termo ‘Vila’ pelos moradores locais e das ocupações irregulares, como a constituição de barracos na avenida Joaquim Domingues e na Área Verde ou a ação social de algumas instituições junto a essa população extremamente empobrecida. Esses pontos merecem atenção e servirão de motivação para continuar, ampliar e aprofundar a pesquisa.

Enfim, percebeu-se, nos estudos sobre a história, memória e urbanização do bairro Vila Real, a importância de ser historiador, de buscar novos desafios por meio das pesquisas, de elementos que inquietaram e lançaram-me para uma seara desconhecida. Isso levou a fazer uma imersão na história regional, da cidade e do local pesquisado, conhecendo pessoas, ouvindo histórias e aproximando-me da sociedade que compõem a história do bairro. Assim também me sinto com o dever de ajudar a constituir e organizar a história local, por meio de partilhas, reflexões e novos estudos de aprofundamento.

Concluo que o processo de ocupação do bairro Vila Real, por meio da pesquisa sobre as lembranças e memórias, esteve diretamente ligado à corrente migratória de toda a região oeste de Santa Catarina. Esses rurais que foram expelidos do campo e atraídos ao espaço urbano de Chapecó pela possibilidade do trabalho assalariado foram residir no bairro Vila Real, por ser um local que atraiu muitos migrantes pobres, por meio do processo de sociabilidade de amigos, parentes ou conhecidos. Ou ainda pela possibilidade de adquirir um terreno e ter sua casa, de modo que esses moradores foram autores e testemunhas das mudanças que foram ocorrendo no local e incidiram diretamente na mudança da paisagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2002.

ALBA, Rosa Salete. **Estudos de geografia agrária do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

ALBA, Rosa Salete. **As agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó**. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1987/1077>>. Acessado em: 02 Fev. 2020.

ALBA, Rosa Salete; DAMACENO, Josiane. **Redes de Supermercados e Centros comerciais e sua relação com a dinâmica urbana de Chapecó**. Geoinfó: v. 2, n. 1, p. 3-28, 2010.

ALBA, Rosa Salete; OSTROWSKI, Simone; VILLELA, Ana Laura Vianna; MAIA, Claudio Machado; ARRUDA, Laiz. Deslocamentos populacionais diários para Chapecó, no contexto da nova urbanização. *In*: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). **Chapecó em foco: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

ALBA, Rosa Salete. SANTOS, Verence Fátima. **Chapecó no contexto da migração campo/cidade**. Cadernos do CEOM - Ano 16, n. 15. Chapecó, SC, Junho/2002.

ALBERTI, Verena. **História dentro da História**. PINSK, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2018.

ALBERTI, Verena. **História dentro da História**. PINSK, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2018.

Álbum do cinquentenário de Chapecó: Documentário Histórico. Chapecó. 1967. Acervo: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito (CEMAC); Centro de Memória do Oeste (CEOM/Unochapecó).

ALVES, Laura Golin. **Pesquisa para implantação de uma ecovila no bairro Vila Real, cidade de Chapecó – SC**. UNOCHAPECÓ (Monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo). Chapecó, SC, 2010.

ALVES, Laura Golin. **Estudo para implantação de um centro de educação ambiental para o bairro Vila Real de Chapecó – SC**. UNOCHAPECÓ (Monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo). Chapecó, SC, 2011.

ALVES, Pedro Assunção; MATTEI, Lauro Francisco. **Migração no Oeste Catarinense: História e elementos Explicativos**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú, MG: Set. de 2006.

ANTUNES, Camila Sissa. **Lugares, redes e socialidades: Estudo etnográfico nas periferias de Chapecó (SC)**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social,

UFSC. Florianópolis: UFSC, 2015.

ANTUNES, Camila Sissa. Contribuições da antropologia nos estudos urbanos: Olhares e reflexões a partir de uma etnografia na periferia. *In*: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). **Chapecó em foco: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BALDISSERA, Adriana Deniz; PAULA, Rosine; CZARNOBOY, Fabiano Estanislau; GALLI, César Pagano. **Produção do Espaço Urbano de Chapecó: Dinâmica Social-Espacial**. PGAU (Mestrado) UFSC, 2018.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. A história econômica do oeste catarinense. *In*: CARBONEIRA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (org.). **Chapecó, 100 anos de histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, 2017.

BEDIN, Mayling Vassoler. **Impressões e reflexões sobre a ocupação desigual do espaço urbano em Chapecó, SC**. UFFS (Monografia do curso de Licenciatura em Geografia). Chapecó, SC, 2017.

BEN, Fernanda. **Trabalhadores da indústria frigorífica: experiências de operários**. Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 25 – Narrativas. Chapecó, SC, 2006.

BERNARDY, Rógis Juarez; PIEKAS, Andressa Aparecida Saraiva; DALOTTO, Roque Alberto Sanches. Dinamismo socioeconômico e espacial na cidade de Chapecó: A gênese até a atualidade. *In*: CARBONEIRA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (org.). **Chapecó, 100 anos de histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, 2017.

BITENCOURT, João Batista. **Cidade em Movimento**. BRANCHER, Ana. História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. 2ª Edição. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 2004.

BOSI, Ecléa. **Lembranças de Velhos: Memória e sociedade**. São Paulo: Quero, 1979.

BORGES, Maria. Elena. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRUDEL, Fernando. **Civilización material, economía y capitalismo: Siglos XV-XVIII**. El Tiempo del mundo. Madri: Alianza Editorial. 1984.

CANABARRO, Eduardo Ferreira. **Prostituição, recorte histórica em Chapecó**. UFFS (Monografia do curso de Licenciatura de história). Chapecó, SC, 2019.

CANCELIER, Janete Webler; CHASQUI, Jéssica Wendy Beltran; ZANON, João Silvano; MENEZES, Leandro Jesus Maciel de. **A Expansão Urbana de Chapecó - SC e os papéis dos Agentes Sociais Territoriais**. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM Santa Maria, RS. V. 19, n.2, mai - ago. 2015, p. 717-734.

CASOL, Evaldo. **A secretaria do Oeste**. Curitiba: Prottexto, 2013.

CASTRO, Hebe. História Urbana. (ORG) CARDOSO, Ciro. Flamorian; VAINFAS, Ronaldo.

Domínios da História. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHAPECÓ. **Lei nº068 de 31 de dezembro de 1974 que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano de Chapecó.** Chapecó, Câmara de Vereadores, 1974.

CHAPECÓ. **Lei nº127 de 24 de junho de 1977 que dispõe sobre a alteração da Lei de Loteamento, aprovado pela Lei nº 068/74 (Plano Diretor) de 31/12/1974.** Chapecó, Câmara de Vereadores, 1977.

CHAPECÓ. **Lei nº163 de 12 de outubro de 1977 que dispõe sobre aprovação de Perímetro Urbano.** Chapecó, Câmara de Vereadores, 1977.

CHAPECÓ. **Lei nº 071 de 18 de setembro de 1980 que dispõe sobre o Zoneamento do município, institui a forma de uso das áreas territoriais.** Chapecó, Câmara de Vereadores, 1980.

CHAPECÓ. Câmara de Vereadores. **Lei Complementar n. 4, de 31 de maio de 1990, que dispõe sobre o Plano Diretor Físico-Territorial de Chapecó.** Chapecó: Câmara de Vereadores, 1990.

CHAPECÓ. Prefeitura Municipal de Chapecó. **Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó - PDDTC** (lei complementar nº 202, de 06 de janeiro de 2004, revogada pela Lei Complementar nº 541/2014). Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/lei-complementar/2004/20/202/leicomplementar-n-202-2004-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-territorial-dechapeco-pddtc>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CLAVAL, Paul. **Paisagem dos geógrafos.** CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Paisagens, textos e identidade. UERJ: Rio de Janeiro, 2004.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: traços da formação econômica. ZARTH, Paulo Antonio; RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José (org.). **História da Fronteira Sul. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.**

CORIOLETTI, Claudete Cenci. **Industrialização e ocupação do espaço:** Um estudo do caso do bairro Engenho Braun – 1970-1990. UNOESC (Monografia de Pós-graduação do curso de “Lato Sensu” em geografia regional). Chapecó, SC, 1999.

CORREA, Roberto Lobato. **A periferia Urbana.** GEOSUL – nº 2, UFRJ, Rio de Janeiro: 1986.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano.** Ática, São Paulo: 1989.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. Construindo o conceito sobre a cidade Média. In: SPOSITO, Maria Encarnação. **Cidades Médias: Espaço em transição.** Presidente Prudente, SP: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.

CORREA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, 2011, p. 05-12.

CORREA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação. **A produção do espaço urbano – agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-52.

CUNHA, José Marco Pinto da. **Migrações e urbanização no Brasil: Alguns desafios metodológicos para análise**. São Paulo em Perspectiva. vº 19, nº 4, São Paulo, 2005.

COLLING, Gabriela. **Estudo para desenho urbano de um loteamento para o bairro Vila Real de Chapecó-SC**. UNOCHAPECÓ (Monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo). Chapecó, SC, 2009.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 171-197.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VILA REAL. **Projeto: Minha família no bairro**. Chapecó, 2010, s/p.

FACCO, Janete; ENGLER, Júlie Monique. O processo histórico de urbanização de Chapecó (1950-2016): Notas sobre a ocupação urbano, planos diretores e conflitos ambientais. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). **Chapecó em foco: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: O Extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**. Tese. (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, UFSC. Florianópolis, SC, 2011.

FERREIRA, João Sette Whitaker. O Plano Diretor e a construção da cidade democrática. São Paulo, 2007. Artigo disponível no site http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/j_whitaker/correo2.html. Acesso em 01 de maio de 2020.

FORNECK, Elizandra; LUBENOW, Aline Maisa. Cooperativismo, modernização agrícola e desenvolvimento econômico no oeste catarinense. In: CARBONEIRA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (org.). **Chapecó, 100 anos de histórias plurais**. Chapecó, SC: Argos, 2017.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. (ORG.) CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FUJITA, Camila. **Dilema urbano-ambiental na formação do território brasileiro: desafios ao planejamento urbano no Brasil**, São Paulo, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/FAUUSP_2008_FUJITA_tese.pdf. Acessado em: 07 Jan. 2021.

GEBEL, Orian Carlos Gregorio. **Parque das Palmeiras: Uma análise de sua formação e situação atual**. UFFS (Monografia do curso de Geografia). Chapecó, SC, 2018.

GIACOMINI, Queila de Ramo. **Consistência da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Chapecó-SC**. Dissertação do Programa em Políticas Sociais e

Dinâmicas Regionais. UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, 2017.

GOMES, Paulo de Oliveira. **A ação da Igreja Católica no Bairro São Pedro: Um depósito de massa sobrando (1959-1985).** UNOCHAPECÓ (Monografia do curso de Licenciatura de história). Chapecó, SC, 1998.

HASS, Monica. **O Linchamento que muitos querem esquecer.** Argos: Chapecó: 2003.

HASS, Monica. **Os Partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local. (1945 a 1965).** UNOESC: Chapecó: 1997.

HASS, Monica; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana M. **A possibilidade de um pacto social à luz dos princípios do Estatuto da Cidade: o plano diretor de Chapecó (SC).** In: HASS, Monica; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana M. (Orgs.) Os planos diretores e os limites de uma gestão urbana democrática: as experiências de Chapecó, Xanxerê e Concórdia (SC). Chapecó: Argos, 2010. p. 59-120.

HASS, Monica. A governança no processo de discussão do plano diretor de Desenvolvimento territorial de Chapecó. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). **Chapecó em foco: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe.** Joaçaba, SC. UNOESC, 1996.

HOHN, Laura. **Organizando a cidade: Urbanização de Chapecó e a legalidade do bairro Esplanada.** UNOCHAPECÓ (Monografia do curso de Licenciatura de história). Chapecó, SC, 2003.

JORNAL CORREIO DO SUL, 21 de Janeiro, 1978. Ed. 24.

JORNAL CORREIO DO SUL, 18 de Maio, 1979. Ed. 89.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 24 de Fevereiro, 1984. Nº 93.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 26 de Fevereiro, 1984. Nº 94.

JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 07 de Fevereiro, 1997. Ed. 1420.

JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 16 de Abril, 1997. Ed. nº 14.

JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 08 de Maio, 1997. Ed. nº 49.

JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 17 de Dezembro, 1997. Ed. nº 182.

JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 10/11 de Janeiro, 1998. Ed. nº 197.

JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 08 de Janeiro, 1998. Ed. nº 195.

JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 10/11 de Janeiro, 1998. Ed. nº 197.

JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 03/04 e 05 de Abril, 1998. Ed. nº 246.

JORNAL DIARIO DO IGUAÇU, 01 de Outubro, 1998. Ed. nº 379.

JORNAL DIARIO DO IGUAÇU, 29 de Março, 1999. Ed. nº 547.

JORNAL DIARIO DO IGUAÇU, 28 de Abril, 1999. Ed. Nº 566.

JORNAL DIARIO DO IGUAÇU, 01 de Julho, 1999. Ed. Nº 608.

JORNAL DIARIO DO IGUAÇU, 28 de Julho, 1999. Ed. Nº 619.

JORNAL DIARIO DO IGUAÇU, 21 e 22 de Agosto, 1999. Ed. Nº 645.

JORNAL DIARIO DO IGUAÇU: **Conheça os bairros Desbravador, Vila Real e Líder.** Série: Chapecó no Topo. Disponível em: <https://diregional.com.br/diario-do-iguacu/chapeco-no-topo/episodio-04/no-episodio-de-hoje-conheca-os-bairros-desbravador-vila-real-e-lider>. Acessado em: 17 Jan. 2021.

JORNAL FOLHA D'Oeste, 8 de Setembro, 1973. Ed. 442.

JORNAL LÊ NOTÍCIAS. **Milton Sander fez importantes obras para a história de Chapecó,** atualizado em ago. 2017. Disponível em: <http://www.lenoticias.com.br/noticia/1722/milton-sander-fez-importantes-obras-parahistoria-e-chapeco>. Acesso em: 27 Janeiro. 2021.

LIMA, Josiane. **Análise do processo de formação e implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense LTDA., na região Oeste de Santa Catarina: 1969 - 1973.** Dissertação em História. Programa de Pós-graduação em História, UFFS, Chapecó, SC, 2018.

LINHARES, Maria Yeda. História Urbana. História Agrária. (ORG) CARDOSO, Ciro. Flamorian; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. ZARTH, Paulo Antonio; RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José (org.). **História da Fronteira Sul.** Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **A Cidade contra o campo.** BRANCHER, Ana. História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. 2ª Edição. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças no Contestado.** Campinas, SC: Unicamp, 2017.

MARCON, Telma. **Fontes Orais e Escritas** – Algumas reflexões. In. Cadernos do CEOM, Argos, ano 14, nº 12, Chapecó, SC. Dezembro/2000.

MARCONDES, Tabajara. **A agropecuária em Santa Catarina:** Cenário atual e as principais tendências. NECAT – Ano 5, nº 9, Jan-Jun de 2016.

MARQUES, Eduardo César Leão. **As redes sociais importam para a pobreza?** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, 2009, p. 471 -505.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo:** Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975, p. 02.

MEMÓRIA CHAPECÓ. Facebook, 22 de Set. de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/memoriachapeco/photos/a.1829390267305729/217917330232742>. Acesso em: 21 de Ago. de 2020.

MEMÓRIA CHAPECÓ. Facebook, 25 de Set. de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/memoriachapeco/photos/a.1829390267305729/218095996214875>. Acesso em: 21 de Ago. de 2020.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – Diretoria de serviços geográficos. **Carta cartográfica de Chapecó**. Folha sg. 22-Y-C-III-2, escala 1:50.000 (1975).

MOREIRA, Precila Kátia. **Ecos de Vozes sobre o rio Uruguai: A formação do Sujeito Balseiro na região Oeste de Santa Catarina (1920-1960)**. Dissertação em História. Programa de Pós-graduação em História, UFFS, Chapecó, SC, 2019.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Posseiros e Grileiros: no oeste paranaense**. Acervus, Passo Fundo, RS, 2020.

NASCIMENTO, Ederson; BEDIN, Mayling Vassoler. **Segregação socioespacial: apontamentos sobre a dinâmica recente da cidade de Chapecó, SC (1991-2010)**. VII Congresso de Geógrafos do Brasil. Anais do VII CGB, Vitória. Agosto/ 2014.

NASCIMENTO, Ederson; BEDIN, Mayling Vassoler. **Urbanização e segregação socioespacial em Chapecó, Santa Catarina, Brasil: Bases histórico-geográficas**. ANAIS do II SEPE – Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2015.

NASCIMENTO, Ederson. A segregação socioespacial em Chapecó: Formação histórico-geográfica e tendências contemporâneas. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). **Chapecó em foco: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

NASCIMENTO, Ederson; LEMOS, João Henrique Zöehler. **Territórios urbanos precários: uma análise da cidade de Chapecó, SC, Brasil**. Terr@Plural, v.14. Ponta Grossa, PR, 2020.

NODARI, Eunice Sueli; VIEIRA, Alexandre Sarda. **O Oeste de Santa Catarina: a renegociação das fronteiras étnicas**. Fronteiras (Florianópolis), Florianópolis, v. 9, p. 29-50, 2001.

NOELLI, Francico Silva. **A ocupação humana no Sul: Arqueologia, debates e perspectivas**. USP, São Paulo, nº 44, p. 218 – 269, dezembro/fevereiro, 1999-2000.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História - Nº 10. São Paulo: EDUC, 1993, p. 7-28.

O BAIRRO VILA REAL. **Região Pastoral Nordeste: A história da comunidade do bairro Vila Real**. Chapecó, SC. 2011. Disponível em: <https://rpnordeste.webnode.com.br/historia-das-comunidades/-/comunidade-vila-real/>. Acesso em: 28 Jan. 2021.

PAIM, Elison Antonio: **Relações entre memória e história**. In. Cadernos do CEOM, Argos,

ano 19, nº 25, Chapecó, SC. Dezembro/2005.

PERTILE, Noeli. **Formação do Espaço Agroindustrial em Santa Catarina: O Processo de produção de carnes no Oeste Catarinense.** Tese. (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia, UFSC. Florianópolis, SC, 2008.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. A evolução da cidade de Chapecó: do povoado a centro regional. In: PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, 1991, p. 284-310.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da Cidade:** Visões do imaginário urbano. 2ª ed. Porto Alegre, UFRSG, 2002.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Um desejo de cidade, um desejo de modernidade (Chapecó, 1931-1945).** (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em História, UFSC. Florianópolis: UFSC, 2008

PICOLI, Bruno Antonio. **Sob os Desígnios do progresso.** Xanxerê, SC: News Print, 2012.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos.** In: Revista Tempo/Universidade Federal Fluminense, Departamento de história, n. 2, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

RADIN, José Carlos; Os italianos nas terras novas do Oeste Catarinense. HEINSFELD, Adelar (org.). **A região em Perspectiva: diferentes faces da história catarinense.** Joaçaba, SC: UNOESC, 2001.

RADIN, José Carlos; VICENZI, Renilda. A colonização na perspectiva do centenário de Chapecó. In: CARBONEIRA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (org.). **Chapecó, 100 anos de histórias plurais.** Chapecó, SC: Argos, 2017.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. (ORG) CARDOSO, Ciro. Flamorian; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RECHE, Daniella; SUGAI, Maria Inés. **A influência do capital agroindustrial na distribuição sócio-espacial urbana do município de Chapecó no sul do Brasil.** In: X Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidade de Barcelona, 2008.

RECHE, Daniella; SUGAI, Maria Inés. **As agroindústrias e a distribuição sócio-espacial urbana de Chapecó – SC.** In: X Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Florianópolis: UFSC, 2007.

RECHE, Daniella. O Estado e a produção do espaço urbano de Chapecó nas décadas de 1970-1980. In: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). **Chapecó em foco:** textos e contextos sobre o espaço urbano-regional. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

RENK, Arlene. **O Oeste catarinense.** Chapecó: ABEU, 1999.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas.** Chapecó: Grifos, 2000.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença.** Chapecó: Argos, 2004.

RENK, Arlene. **A colonização do Oeste Catarinense**: As representações dos brasileiros. Ano 19, n. 23. CEOM. Chapecó: Argos, 2006.

Revista **do Sul**, Blumenau, anos: 1971-1973.

RIOS, Kênia de Souza. **História Oral** – que história é essa? In: Cadernos do CEOM, Argos, ano 14, nº 12, Chapecó, SC, Dezembro/2000.

ROVER, Oscar José. O orçamento participativo de Chapecó e sua dimensão rural. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil**: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003.

SBEGHEN, Marines Signori; MOTTA, Lucília Guinara; SANTIN, Roseli. **Histórico Sociocultural do Bairro Vila Real**: Da escola Vila Real. Chapecó, SC, 2001, s/p.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo, Schwarcz, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: Nobel, 2009.

SHARPE, Jink. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**:

SINGER, Paul. **Migrações Internas**: considerações teóricas sobre seu estudo. In MOURA, H. A (org.) Migração Interna: textos selecionados. BNB. Fortaleza, 1980.

SINGER, Paul. **A economia política da urbanização**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História Urbana. (ORG) CARDOSO, Ciro. Flamorian; SILVA, Claiton Márcio da; HASS, Monica. “**O Oeste Catarinense não pode parar aqui**”. **Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969)**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis. v. 9, n. 21, p. 338 – 374, maio/agosto. 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. Contexto, 3ª Edição, São Paulo, 2010.

SPAGNOL, Rangel Orsatto. **Cachaça na mesa e mulheres no quarto**: Uma cartografia da prostituição feminina em Chapecó nas décadas de 1970 e 1980. UFFS (Monografia do curso de Licenciatura de história). Chapecó, SC, 2016.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Marcelo. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 111-143.

SOUZA, Irineu. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis RJ: Vozes, 1980.

SOUZA, Maria Luiza; CORDEIRO, Wericles Macedo. Retomada Histórica como estratégia de aproximação na relação Escola e Comunidade. UFFS, Chapecó, SC, 2019.

VALENTINI, Daiane Regina. Paisagem e sistema de espaços livre no município de Chapecó: Um estudo de caso a partir do ordenamento territorial. *In*: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). **Chapecó em foco**: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

VALENTINI, Daiane Regina; FACCO, Janete; CONDE, Queila Rissi. Habitação de interesse social e a integração urbana no município de Chapecó. *In*: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Vianna (org.). **Chapecó em foco**: textos e contextos sobre o espaço urbano-regional. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

VALENTINI, Delmir José. **Tropeiros, Ervateiros e Balseiros: Memoráveis personagens da História do Sertão Catarinense**. In. Agora. Revista de divulgação científica, UnC, v. 6, n. 1, 1999, p. 79-89.

VALENTINI, Delmir José. A Guerra do Contestado (1912-1916). ZARTH, Paulo Antonio; RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José (org.). **História da Fronteira Sul. Porto Alegre**: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão: **Paisagem e imaginário**: Contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. Fenix - Revista de História e Estudos Sociais. Vol. 3, ano III, nº 3. RECIFE, 2006.

VITORIA, Fernando Antonio. **De “Velho Xapecó” a “Polo formador de polos”**: A construção discursiva da “Capital do Oeste”. (1970 – 1980). (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em História, UFSC. Florianópolis: UFSC, 2011.

ZENI, Vera Lúcia. **Desenvolvimento de cenários visando a mitigação de impactos ambientais em rios urbanizados**: o caso do Rio Passo dos Índios – Chapecó/SC. 2007. 146. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2007.

WAGNER, Altair. **E... Chapecó levantou vôo**. Florianópolis: De Letra, 2005.

WOLFF, Juçara Nair. Escritos sobre a cidade: “as mil portas” da modernização de Chapecó (1960/1970). NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (orgs). **Dimensões do Urbano**: Múltiplas facetas da cidade. Chapecó, SC: Argos, 2008.

WORSTER, Donald. **Para fazer história Ambiental**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 198-224.